

Universidade do Minho
Escola de Engenharia

Maria José Moutinho Ferreira

**Espaço Público e Estatuária: Diagnóstico de
Vivências e Composição Urbanística**

Tese de Mestrado
Engenharia Municipal
Trabalho efectuado sob a orientação da
**Professora Doutora Júlia Maria Brandão Barbosa
Lourenço**

AGRADECIMENTOS

Os meus sinceros agradecimentos vão, em primeiro lugar para a Professora Doutora Júlia Lourenço, pelas oportunidades que me concedeu enquanto Bolseira de Investigação, pelas orientações, disponibilidade, críticas e sugestões, essenciais para a concretização desta dissertação.

Agradeço também a toda a equipa do projecto “Impacto histórico-económico-urbanístico de estatuária em espaço público. Aplicação a Portugal nos séculos XIX e XX”, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), em especial para a coordenadora Professora Doutora Maria Cristina Moreira.

Gostaria ainda de agradecer aos meus pais Maria José Carvalho e Octaviano Ferreira, ao irmão Octaviano Ferreira e ao namorado Humberto Botelho, pelo apoio prestado em todos os momentos.

Aos amigos, que não os querendo nomear sob pena de falhar algum, para eles deixo aqui também uma palavra de apreço e estima.

A todos eles,

O meu muito obrigado.

RESUMO

O espaço público, enquanto sistema composto por vias de circulação, largos, praças, jardins e parques, entre outros, desempenha o papel de potenciador da acessibilidade e mobilidade de pessoas e bens, de palco de actividades de lazer, de convívio, de manifestação e ainda de valorização da cidade.

Nos últimos tempos, tem-se assistido a uma crescente aposta na requalificação dos espaços públicos portugueses, processo que deve pressupor a conservação e valorização do património urbano, arquitectónico e histórico da cidade.

Neste contexto, a presente dissertação apresenta como objectivo geral a avaliação urbanística dos espaços públicos com estatuária, sob o ponto de vista da sua vivência e composição. O desenvolvimento da dissertação dividiu-se em duas fases, sendo que a primeira fase compreendeu o estudo urbanístico dos espaços públicos portugueses dos municípios do Norte e capitais de distrito do Centro e Sul do país. Nesta fase, foram indagados aspectos relacionados com a tipologia, localização e função do espaço público; envolvente do local e acessibilidades e ainda questões relacionadas com os elementos de estatuária e sua inserção no espaço público.

A segunda fase da presente dissertação compreendeu o estudo aprofundado de um conjunto de sete estudos de caso, os quais correspondem às tipologias mais importantes, averiguadas na primeira fase, a saber: largos, rotundas e praças. Neste contexto, constituíram estudos de caso os Largos Condessa Mumadona, João Franco e Toural em Guimarães, Praça D. Pedro IV e Rotunda de Entrecampos em Lisboa e ainda a Praça da Liberdade e a Rotunda da Boavista, no Porto. Nesta fase, foram analisados os seguintes aspectos: desenho urbano; tipologia da área urbana e principal função; caracterização da envolvente; acessibilidades; visibilidade da estátua e existência de informação interpretativa; condições físicas e climáticas do local; interacção entre pessoas e estátua e vivências no espaço público.

Do estudo efectuado, foi possível perceber, que, de um modo geral, os espaços públicos portugueses com estatuária se localizam em áreas de reconhecida importância da cidade, servidas por uma grande diversidade de acessibilidades, sendo frequentadas por diversos tipos de utilizadores, e cujas envolventes se revelam capazes de proporcionar a vivência em sociedade. Por sua vez, o estudo da estatuária e da sua inserção no espaço público, permite antever grandes potencialidades deste elemento de composição no processo de regeneração urbana.

Palavras-chave: Espaço público; Estatuária

ABSTRACT

Public spaces, because they are systems comprising streets, squares, gardens and parks, promote the accessibility and mobility of people and goods, are venues of leisure and social interaction activities and are also of value to the city.

Lately, there has been an increasing support towards the requalification of the Portuguese public spaces, a process that must address the conservation and valorisation of the urban, architectural and historical heritage of the city. In this context, the dissertation presented herein sets the general goal of the urban evaluation of public spaces with statues, from the standpoint of enjoyment and composition. The development of the work was divided in two phases. The first one included the urban study of the Portuguese public spaces in the Northern municipalities and municipal seats of the Centre and South of the country. In this phase, the study focused on aspects related to the typology, location and function of the public spaces, surrounding areas and accessibility, further considering issues related to the statue elements and their insertion in the public space.

The second phase of the dissertation included the detailed study of seven case studies corresponding to the most important typologies – squares, roundabouts and plaza – identified in the previous phase. Therefore, the case studies included the Condessa Mumadona, João Franco and Toural Squares in Guimarães, the D. Pedro IV Plaza and Entrecampos Roundabout in Lisbon, and the Liberdade Plaza and Boavista Roundabout in Porto. During the this phase, the work addressed the aspects of urban design, type and main function of the urban area, characterisation of the surrounding areas, accessibility, visibility of the statue and the existence of information regarding it, physical and climate conditions of the location, the interaction among people and enjoyment and uses of the public space.

It was possible to understand that, in general, Portuguese public spaces with statues are typically located in areas of renowned importance in the city, are served by several accessibility options, are enjoyed by diverse people and encompass surroundings capable of providing societal living. The study of statues and their insertion in the public space allows the forecast of their great potential as an element of composition in the process of urban regeneration.

Keywords: Public spaces; Statues

ÍNDICE

| | |
|---|-----------|
| CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO | 1 |
| 1.1. PROBLEMÁTICA | 1 |
| 1.2. OBJECTIVOS | 3 |
| 1.3. METODOLOGIA | 4 |
| 1.4. ESTUDO DE CASO | 5 |
| 1.5. HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO | 6 |
| 1.6. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO | 6 |
| CAPÍTULO 2 – CONCEITOS E CRITÉRIOS APLICADOS | 8 |
| 2.1. CONCEITOS APLICADOS | 8 |
| 2.1.1. Conceito de espaço público | 8 |
| 2.1.2. Evolução da praça no tempo..... | 8 |
| 2.1.3. Características gerais das praças | 11 |
| 2.1.3.1. Características tipológicas | 11 |
| 2.1.4. A Praça e o Desenho Urbano..... | 14 |
| 2.1.5. Características da envolvente | 20 |
| 2.1.6. A vivência nas praças | 21 |
| 2.1.6.1. Actividades necessárias | 21 |
| 2.1.6.2. Actividades opcionais..... | 21 |
| 2.1.6.3. Actividades sociais | 21 |
| 2.1.6.4. Actividades anti-sociais..... | 22 |
| 2.1.7. Espaço público e arte pública | 22 |
| 2.1.7.1. Relação espaço público – arte pública..... | 23 |
| 2.2. CRITÉRIOS ABORDADOS: FASE I..... | 26 |
| 2.2.1. Temática | 26 |
| 2.2.2. Tipologia da área urbana e principal função | 26 |
| 2.2.3. Caracterização da envolvente | 27 |

| | |
|---|---------------|
| 2.2.4. Acessibilidades ao espaço público | 27 |
| 2.2.5. Visibilidade..... | 28 |
| 2.2.6. Existência de informação interpretativa sobre a estátua..... | 29 |
| 2.3. CRITÉRIOS ABORDADOS: FASE II | 29 |
| 2.3.1. Dimensões da estátua e da área envolvente..... | 30 |
| 2.3.2. Tipo de frequentadores do espaço público | 30 |
| 2.3.3. Condições físicas e climáticas do local | 31 |
| 2.3.4. Existência de outros elementos atractivos | 32 |
| 2.3.5. Interação entre as pessoas e a estátua | 32 |
| 2.3.6. Vivência em espaço público | 33 |
| CAPÍTULO 3 – ESTUDO DE CASO: FASE I..... | 34 |
| 3.1. INTRODUÇÃO | 34 |
| 3.2. AVALIAÇÃO URBANÍSTICA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS PORTUGUESES | 35 |
| 3.2.1. Tipologia do Espaço Público, sua localização e função | 35 |
| 3.2.2. Envolvente do local e acessibilidades | 38 |
| 3.2.3. Elementos de estatúria e sua inserção em espaço público | 41 |
| 3.3. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS | 45 |
| CAPÍTULO 4 – ESTUDOS DE CASO..... | 48 |
| 4.1. INTRODUÇÃO | 48 |
| 4.2. LARGO CONDESSA MUMADONA | 49 |
| 4.2.1. Evolução do Espaço | 49 |
| 4.2.2. Desenho urbano | 50 |
| 4.2.3. Tipologia da área urbana e principal função | 51 |
| 4.2.4. Caracterização da envolvente | 51 |
| 4.2.5. Acessibilidades | 53 |
| 4.2.6. Visibilidade da estátua e existência de informação interpretativa..... | 54 |
| 4.2.7. Condições físicas e climáticas do local | 55 |
| 4.2.8. Interação entre pessoas e estátua | 57 |

| | |
|---|-----------|
| 4.2.9. Vivências no espaço público | 57 |
| 4.3. LARGO JOÃO FRANCO..... | 57 |
| 4.3.1. Evolução do Espaço | 57 |
| 4.3.2. Desenho urbano | 58 |
| 4.3.3. Tipologia da área urbana e principal função | 59 |
| 4.3.4. Caracterização da envolvente | 59 |
| 4.3.5. Acessibilidades | 60 |
| 4.3.6. Visibilidade da estátua e existência de informação interpretativa..... | 62 |
| 4.3.7. Condições físicas e climáticas do local | 63 |
| 4.3.8. Interacção entre pessoas e estátua | 64 |
| 4.3.9. Vivências no espaço público | 65 |
| 4.4. LARGO DO TOURAL..... | 65 |
| 4.4.1. Evolução do Espaço | 65 |
| 4.4.1. Desenho urbano | 66 |
| 4.4.2. Tipologia da área urbana e principal função | 67 |
| 4.4.3. Caracterização da envolvente | 67 |
| 4.4.4. Acessibilidades | 68 |
| 4.4.5. Visibilidade da estátua e existência de informação interpretativa..... | 70 |
| 4.4.6. Condições físicas e climáticas do local | 71 |
| 4.4.7. Interacção entre pessoas e estátua | 73 |
| 4.4.9. Vivências no espaço público | 73 |
| 4.5. PRAÇA D. PEDRO IV – LISBOA | 74 |
| 4.5.1. Evolução do Espaço | 74 |
| 4.5.2. Desenho urbano | 75 |
| 4.5.3. Tipologia da área urbana e principal função | 75 |
| 4.5.4. Caracterização da envolvente | 76 |
| 4.5.5. Acessibilidades | 78 |
| 4.5.6. Visibilidade da estátua e existência de informação interpretativa..... | 80 |
| 4.5.7. Condições físicas e climáticas do local | 82 |
| 4.5.8. Interacção entre pessoas e estátua | 83 |
| 4.5.9. Vivências no espaço público | 84 |

| | |
|---|------------|
| 4.6. PRAÇA DA LIBERDADE – PORTO | 84 |
| 4.6.1. Evolução do Espaço | 84 |
| 4.6.2. Desenho urbano | 86 |
| 4.6.3. Tipologia da área urbana e principal função | 87 |
| 4.6.4. Caracterização da envolvente | 87 |
| 4.6.5. Acessibilidades | 88 |
| 4.6.6. Visibilidade da estátua e existência de informação interpretativa..... | 89 |
| 4.6.7. Condições físicas e climáticas do local | 91 |
| 4.6.8. Interacção entre pessoas e estátua | 92 |
| 4.6.9. Vivência em espaço público | 93 |
| 4.7. ROTUNDA DA BOAVISTA – PORTO | 93 |
| 4.7.1. Evolução do Espaço | 93 |
| 4.7.2. Desenho urbano | 94 |
| 4.7.3. Tipologia da área urbana e principal função | 95 |
| 4.7.4. Caracterização da envolvente | 95 |
| 4.7.5. Acessibilidades | 96 |
| 4.7.6. Visibilidade da estátua e existência de informação interpretativa..... | 98 |
| 4.7.7. Condições físicas e climáticas do local | 99 |
| 4.7.8. Interacção entre pessoas e estátua | 101 |
| 4.7.9. Vivência no espaço público..... | 101 |
| 4.8. ROTUNDA DE ENTRECAMPOS - LISBOA | 101 |
| 4.8.1. Evolução do Espaço | 101 |
| 4.8.2. Desenho urbano | 102 |
| 4.8.3. Tipologia da área urbana e principal função | 103 |
| 4.8.4. Caracterização da envolvente | 103 |
| 4.8.5. Acessibilidades | 103 |
| 4.8.6. Visibilidade da estátua e existência de informação interpretativa..... | 105 |
| 4.8.7. Condições físicas e climáticas do local | 106 |
| 4.8.8. Interacção entre pessoas e estátua | 106 |
| 4.8.9. Vivência no espaço público..... | 106 |
| 4.9. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS | 106 |

| | |
|---|------------|
| 5. CONCLUSÕES..... | 119 |
| 5.1. SÍNTESE FINAL..... | 119 |
| 5.2. LIMITAÇÕES DO ESTUDO DESENVOLVIDO | 123 |
| 5.3. DESENVOLVIMENTOS FUTUROS | 124 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS | 126 |
| ANEXOS | 129 |

ÍNDICE DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 – a) The closed square; b) the dominated square; c) the nuclear square; d) the grouped square e) the amorphous square..... | 13 |
| Figura 2 – Praças de largura dominante e de profundidade dominante..... | 13 |
| Figura 3 – Tipologias de praças: 132, 133 e 134) Praças triangulares; 135) Praça trapezoidal; 136, 137 e 138) Praças rectangulares; 139) Praça com formato em “L”; 140, 141, 142 e 143) Praças circulares e elipsoidais; 144, 145, 146 e 147) Praças semi-circulares..... | 17 |
| Figura 4 – Classificação de praças segundo Rob Krier | 18 |
| Figura 5 – Tipologia de espaços públicos com elementos de statuária | 36 |
| Figura 6 – Localização dos espaços públicos com statuária por área da cidade | 36 |
| Figura 7 – Tipologia da área urbana de ocorrência de statuária | 37 |
| Figura 8 – Espaço público vs Zonamento dos Usos..... | 37 |
| Figura 9 – Função do local de implantação da statuária..... | 38 |
| Figura 10 – Envolvente do local de implantação da statuária | 39 |
| Figura 11 – Espaço público e Elementos de ligação a áreas de lazer..... | 39 |
| Figura 12 - Acessibilidades ao local..... | 40 |
| Figura 13 – Temáticas do levantamento de statuária do Inquérito I..... | 41 |
| Figura 14 – Escala da estátua no meio envolvente..... | 42 |
| Figura 15 – Escala adequada de estátuas e meio envolvente – discriminação por espaço público | 42 |

| | |
|--|----|
| Figura 16 – Informação visível sobre estatuária..... | 43 |
| Figura 17 – Informação em materiais perenes..... | 43 |
| Figura 18 – Iluminação depois de escurecer | 44 |
| Figura 19 - Espaços públicos com iluminação suficiente depois de escurecer | 44 |
| Figura 20 – Edifício dos Novos Paços do Concelho em fase de demolição | 50 |
| Figura 21 – Vista aérea do Largo Condessa Mumadona..... | 50 |
| Figura 22 – Largo Condessa Mumadona..... | 51 |
| Figura 23 – Tribunal de Guimarães – Fachada Principal | 52 |
| Figura 24 – Paço dos Duques de Bragança | 52 |
| Figura 25 – Entrada parque de estacionamento subterrâneo | 53 |
| Figura 26 – Paragens de autocarro – Largo Condessa Mumadona | 53 |
| Figura 27 – Percurso Pedonal do Largo para o Centro Histórico..... | 54 |
| Figura 28 – Estátua Condessa Mumadona | 55 |
| Figura 29 – Estátua Condessa Mumadona | 55 |
| Figura 30 – Mobiliário urbano no Largo Condessa Mumadona | 56 |
| Figura 31 – Vegetação existente no nível inferior ao Largo | 56 |
| Figura 32 – Vista aérea do Largo João Franco..... | 58 |
| Figura 33 – Tribunal da Relação de Guimarães | 59 |
| Figura 34 – Igreja da Misericórdia | 60 |
| Figura 35 – Igreja Monumento a João Franco..... | 60 |
| Figura 36 – Estacionamento à superfície no Largo João Franco..... | 61 |
| Figura 37 – Percurso Pedonal no Largo João Franco..... | 61 |
| Figura 38 – Monumento a D. Afonso Henriques | 62 |
| Figura 39 – Iluminação do Monumento a D. Afonso Henriques | 63 |
| Figura 40 – Placa central do Largo João Franco | 64 |
| Figura 41 – Vegetação existente no Largo João Franco..... | 64 |
| Figura 42 – Largo do Toural | 66 |
| Figura 43 – Igreja de S. Pedro | 68 |
| Figura 44 – Parque de estacionamento do Largo do Toural..... | 69 |
| Figura 45 – Praça de Táxis no Largo do Toural..... | 69 |
| Figura 46 – Passagens para peões – Largo do Toural | 70 |
| Figura 47 – Fonte Monumental – Mil Anos Gloriosos se Passaram-1953..... | 71 |
| Figura 48 – Informação interpretativa na | 71 |
| Figura 49 – Bancos de jardim no Largo do Toural | 72 |

| | |
|---|-----|
| Figura 50 – Cabines Telefónicas no Largo do Toural | 72 |
| Figura 51 – Pessoas em momentos de descanso e/ou convívio..... | 73 |
| Figura 52 - Praça D. Pedro IV em Lisboa | 75 |
| Figura 53 – Teatro Nacional D. Maria II..... | 76 |
| Figura 54 – Varanda neoclássica que dá acesso à Rua da Bandeira..... | 77 |
| Figura 55 – Estação do Rossio | 77 |
| Figura 56 – Fonte na Praça D. Pedro IV | 78 |
| Figura 57 – Acesso Pedonal na Praça D. Pedro IV | 79 |
| Figura 58 – Paragem de autocarro na Praça D. Pedro IV em Lisboa..... | 79 |
| Figura 59 – Paragem do Metro na Praça D. Pedro IV..... | 80 |
| Figura 60 – Estátua D. Pedro IV..... | 81 |
| Figura 61 - Iluminação da Praça D. Pedro IV | 81 |
| Figura 62 – Informação interpretativa da estátua D. Pedro IV..... | 82 |
| Figura 63 – Comércio de rua na Praça D. Pedro IV em Lisboa | 83 |
| Figura 64 - Mobiliário Urbano e pavimento na Praça D. Pedro IV em Lisboa..... | 83 |
| Figura 65 – Praça da Liberdade..... | 86 |
| Figura 66 – Edifício da Câmara Municipal do Porto..... | 87 |
| Figura 67 – Estação de S. Bento..... | 88 |
| Figura 68 – Edifício do Banco de Portugal | 88 |
| Figura 69 – Travessias pedonais de acesso à Praça D. Pedro IV | 89 |
| Figura 70 – Estátua D. Pedro IV..... | 90 |
| Figura 71 – Candeeiros na Praça D. Pedro IV..... | 90 |
| Figura 72 – Informação interpretativa da estátua D. Pedro IV..... | 91 |
| Figura 73 – Bancos existentes na Avenida dos Aliados..... | 92 |
| Figura 74 – Pessoas sentadas no pedestal da estátua D. Pedro IV | 93 |
| Figura 75 – Rotunda da Boavista | 94 |
| Figura 76 – Casa da Música na envolvente da Rotunda da Boavista | 95 |
| Figura 77 – Travessia pedonal na Rotunda da Boavista..... | 96 |
| Figura 78 – Parque de estacionamento na Rotunda da Boavista..... | 96 |
| Figura 79 – Paragem de autocarro na Rotunda da Boavista..... | 97 |
| Figura 80 – Paragem de Metro nas imediações da Rotunda da Boavista..... | 97 |
| Figura 81 - Monumento aos Heróis da Guerra Peninsular | 98 |
| Figura 82 – Banco de jardim na Rotunda da Boavista | 99 |
| Figura 83 – Mobiliário Urbano (Papeleira e candeeiro) na Rotunda da Boavista..... | 100 |

| | |
|--|-----|
| Figura 84 – Mobiliário Urbano (Bebedouro) na Rotunda da Boavista | 100 |
| Figura 85 - Rotunda de Entrecampos | 102 |
| Figura 86 – Paragem de autocarro nas imediações da Rotunda de Entrecampos..... | 104 |
| Figura 87 – Praça de Táxis nas imediações da Rotunda de Entrecampos..... | 104 |
| Figura 88 - Monumento na Rotunda de Entrecampos visto pela Avenida das Forças Armadas..... | 105 |

ÍNDICE DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1 – Espaços públicos vs Acessibilidades..... | 40 |
|---|----|

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

1.1. PROBLEMÁTICA

Esta dissertação pretende estudar um conjunto de espaços públicos, nomeadamente, algumas praças, sob o ponto de vista da sua composição e vivência.

O interesse pelos espaços públicos reside, essencialmente, numa constatação que tem vindo a ganhar cada vez mais força, e que se relaciona com o facto de que parte da vida das pessoas é vivida e sentida, de forma consciente, em espaço público. Este despertar, poderá dever-se à maior informação a que as pessoas, hoje em dia, têm acesso e, também, pela sua percepção de que os sítios e lugares onde vivem, influenciam realmente a qualidade da sua vida, podendo antever-se uma relação muito estreita entre esta e a qualidade do espaço público.

O espaço público não é apenas um conjunto de ruas e praças da cidade, mas também jardins ou parques, isto é, todos os locais cujo acesso não obedece a restrições, podendo, por isso, ser considerado de acesso livre. Neste contexto, todo e qualquer espaço de livre acesso, destinado a várias actividades, funciona como um lugar comunitário despoletando assim uma entidade social (SERDOURA, 2006), isto é, um suporte de significados comuns à comunidade, pois é nos locais públicos que pessoas de diferentes culturas se encontram num ambiente e num contexto de diversão mútua.

O estudo dos espaços públicos está inserido num contexto maior que é o desenho urbano. O conhecimento dos espaços públicos propicia não só um diagnóstico preciso sobre os mesmos, assim como oferece importantes contributos para o planeamento da cidade como um todo.

Um aspecto importante a considerar, relaciona-se com o facto de um mesmo tipo de espaço público poder ser usado de modo diferente, em diferentes épocas, por diferentes populações. Para isso, importa relacionar os espaços públicos com o contexto urbano em que estes se inserem, de modo a analisar as mudanças culturais e de vida pública que as pessoas promovem, individualmente e em grupo, já que são estas mesmas mudanças nas pessoas que promovem novas necessidades e novos espaços (SERDOURA, 2006). Neste âmbito, surge um fenómeno de moda, que é nos dias de hoje, a ocupação dos espaços públicos, quer seja para o gozo de alguns momentos de

descanso quer seja para a realização efectiva de determinadas actividades físicas. Hoje em dia, verifica-se que os municípios têm já uma crescente preocupação em criar espaços públicos que sirvam a cidade e os seus habitantes. Isto acontece, em parte, pelo facto de se ter intensificado, nos últimos anos, a importância que determinadas actividades têm na saúde e qualidade de vida das pessoas.

A vivência das praças pode ser entendida como sendo as manifestações humanas e os diferentes usos que se conferem a estes espaços, pelo que será importante averiguar sempre que se projecta um espaço público, que actividades sociais se pretende desenvolver nos mesmos, assegurando deste modo que o desenho e a função do espaço público estejam em sintonia, garantindo deste modo a satisfação de todos os cidadãos que deles usufruam.

No que respeita à composição dos espaços públicos, estes podem ser compostos por vários elementos, sendo um deles a arte pública. E no vasto conceito que é a arte pública, seleccionou-se como objecto de estudo, a statuária. Tal deve-se ao facto de se constatar que a statuária é um elemento comum a quase todos os espaços públicos portugueses.

A arte pública em espaço público deve as suas origens a urbanistas como Cerdá, que reclamou, a partir de 1897, a importância da arte pública nas cidades, começando a falar de arte no exterior e em arte urbana, numa tentativa de estabelecer uma definição entre os planos urbanos e a inserção de trabalhos artísticos nos mesmos.

Desde o tempo de Cerdá, esta preocupação foi cumprida pelos planeadores e urbanistas que se lhe seguiram. Se por um lado, se pode afirmar que os espaços públicos podem ser realmente considerados autênticas galerias de arte, dado o elevado número de peças de statuária, por outro lado pode-se afirmar que muitas vezes, a desarticulação entre o desenho do espaço público e a sua statuária, é evidente (Piteira, 2003).

Esta última questão afigura-se bastante importante, uma vez que é notório que apesar da arte pública ser comum à maioria dos espaços públicos, nem sempre é conseguida a harmonia entre a statuária e o desenho urbano do local. Assim, o espaço público onde se insere a estátua é bastante importante para perceber quais as possibilidades da estátua enquanto elemento de atracção e de que maneira o local pode beneficiar da implantação da estátua enquanto elemento dinamizador do mesmo. O exemplo de um espaço público bem pensado aquando da sua concepção, pode por um lado beneficiar a projecção de uma peça de statuária, que em outras circunstâncias

pode até passar despercebida. Por outro lado, também se compreende que uma peça de statuária cuja temática seja do agrado/conhecimento dos cidadãos, pode funcionar como uma atracção, tirando partido disto, quer o espaço público, quer a estátua.

1.2. OBJECTIVOS

Esta dissertação tem como objectivo principal o estudo da composição e vivência dos espaços públicos portugueses. Porém, este objectivo principal pode ainda subdividir-se nos seguintes objectivos específicos:

- Operacionalizar os conceitos apreendidos na pesquisa bibliográfica referente ao tema desta dissertação;
- Propor uma metodologia específica de levantamento da informação relativa às principais características urbanísticas dos espaços públicos portugueses com statuária;
- Avaliação de alguns espaços públicos portugueses, compreendendo quais as principais características urbanísticas que caracterizam os mesmos, procurando perceber se, no limite, os mesmos satisfazem as necessidades dos cidadãos;
- Avaliação de um grupo específico de espaços públicos, procurando identificar elementos relevantes, nomeadamente, a statuária, e pretendendo perceber a mesma como suporte físico dos elementos urbanos, tendo por base a relação existente entre o espaço público e a statuária pública.

1.3. METODOLOGIA

A presente dissertação contemplou, numa primeira fase, a pesquisa bibliográfica no campo dos temas “espaços públicos” e “arte pública”. Esta primeira fase revestiu-se de uma importância extrema, na medida em que serviu de base de sustentação aos fundamentos teóricos que se apresentam no desenvolvimento de toda a tese.

Numa segunda fase, e, no âmbito do Projecto POCI/HEC/59348/2004 financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), procedeu-se ao envio do Inquérito I (ver Anexos), a todas as sedes de concelho do Norte de Portugal e capitais de distrito do Centro e Sul do País, que, após convite, mostraram interesse e meios disponíveis para colaborar com o presente trabalho. O inquérito realizado teve como principal objectivo, a caracterização da generalidade dos espaços públicos portugueses e sua estatuária, sob o ponto de vista urbanístico. Deste modo, a estrutura do Inquérito I permitiu averiguar alguns aspectos relacionados com as características urbanísticas dos espaços públicos, tais como: tipologia, localização e função do espaço público; caracterização da envolvente e acessibilidades. Relativamente à estatuária em espaço público, foram indagados aspectos como a temática, e ainda escala, visibilidade, existência de informação e iluminação, no sentido de estudar a inserção da mesma no espaço público.

Depois de recebidos os inquéritos, procedeu-se à criação de uma base de dados contendo toda a informação recolhida, utilizando para tal um programa específico, o SPSS 14.0 for Windows.

A fase seguinte constou do tratamento, análise e processamento desses mesmos dados, cujos resultados permitiram a caracterização na generalidade de uma amostra muito significativa (307) de espaços públicos portugueses e sua estatuária.

Posto isto, apresenta-se nesta dissertação, um conjunto de sete espaços públicos, compreendendo largos, rotundas e praças, cuja selecção contemplou os resultados do Inquérito I, que aponta estas tipologias como as mais importantes.

Deste modo, constituíram objecto de estudo, os seguintes espaços públicos: Largos Condessa Mumadona, João Franco e Toural, da cidade de Guimarães; Rotunda da Boavista e de Entrecampos, situados no Porto e Lisboa respectivamente, e, ainda, as Praças D. Pedro IV, uma situada em Lisboa e outra no Porto.

Importa referir, que presidiu à selecção destes espaços públicos, o facto de serem todos eles, locais simbólicos das cidades de Guimarães, Porto e Lisboa.

Após a selecção dos espaços públicos mencionados anteriormente, e, no sentido de proceder ao levantamento da informação que sustentou o estudo dos mesmos e da respectiva statuária, procedeu-se à aplicação, *in situ*, dos Inquérito I e II (ver Anexos), os quais, foram elaborados, no âmbito do Projecto POCI/HEC/59348/2004. Os inquéritos em questão, permitiram averiguar aspectos relacionados com as características urbanísticas dos espaços públicos, bem como aspectos relacionados com a statuária. Assim, com a aplicação destes inquéritos foram indagados os seguintes aspectos: desenho urbano; tipologia da área urbana e principal função do local; caracterização da envolvente e principais acessibilidades; visibilidade e existência de informação interpretativa da estátua; condições físicas e climáticas do local e, ainda, a interacção entre pessoas e estátua. A fase seguinte ao preenchimento dos inquéritos, constou de um estudo aprofundado dos espaços públicos seleccionados para análise de pormenor, e que se apresenta no Capítulo 4.

1.4. ESTUDO DE CASO

Da vasta panóplia de espaços públicos portugueses (307) estudados numa primeira fase, constituirá matéria de estudo apenas um conjunto muito restrito de espaços públicos, cujas características urbanas, sob o ponto de vista da sua composição e vivência sejam mais interessantes e cujas tipologias correspondam às mais importantes, de acordo com os resultados da primeira fase. Assim, procurou-se, responder a questões tais como: que relação existe entre o espaço público e arte pública? Estarão os espaços públicos projectados, tendo em vista o seu fim último, que é a satisfação das necessidades dos cidadãos? Em que medida poderá a statuária impor-se como elemento de regeneração urbana dos nossos espaços públicos?

1.5. HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO

No contexto do presente trabalho, podem ser consideradas as seguintes hipóteses de investigação posteriormente analisadas ao longo da realização do trabalho:

- 1) É notório o elevado número de espaços públicos que contêm em si arte pública, nomeadamente a statuária, mas que, contudo, nem sempre a statuária está em harmonia com o desenho urbano do local.
- 2) O espaço público onde se insere a estátua é bastante importante para perceber quais as possibilidades da estátua enquanto elemento de atracção e de que maneira o local pode beneficiar da implantação da estátua enquanto elemento dinamizador do mesmo.

1.6. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

De seguida apresenta-se uma organização sucinta da dissertação e um breve resumo de cada um dos capítulos, nos seus aspectos mais relevantes. A dissertação está organizada em cinco capítulos, a saber:

No primeiro capítulo, fazem parte da introdução da dissertação, a abordagem à problemática do tema, os objectivos que se pretendem atingir, as hipóteses de investigação e a definição dos estudos de caso.

No segundo capítulo, é feita uma abordagem teórica aos conceitos adquiridos em resultado da pesquisa bibliográfica, nomeadamente, no que se refere ao desenho dos espaços públicos e à arte pública implantada nos mesmos, neste caso, a statuária.

O terceiro capítulo, exporá a metodologia e critérios que sustentam o levantamento da informação relativa às características urbanísticas dos espaços públicos portugueses que contêm em si peças de statuária. Apresenta-se, ainda, os resultados provenientes da aplicação da metodologia proposta, procurando identificar não só os principais traços urbanísticos que caracterizam a generalidade dos espaços públicos portugueses, assim como a integração da statuária nos mesmos.

No capítulo quarto apresentam-se os estudos de caso, onde, primeiramente, é efectuada uma abordagem à metodologia e critérios que sustentam o estudo da vivência e composição de um grupo restrito de espaços públicos portugueses. Por último, apresenta-se os resultados da análise realizada sobre o estudo de caso e respectivas conclusões.

No quinto e último capítulo são apresentadas as conclusões deste trabalho, com base nas hipóteses de trabalho consideradas e nos objectivos que se pretendiam alcançar, tendo em conta as limitações existentes.

CAPÍTULO 2 – CONCEITOS E CRITÉRIOS APLICADOS

Qualquer trabalho de natureza científica exige, em primeiro lugar a aquisição de conhecimentos, relativos ao objecto de estudo que se pretende estudar.

Neste âmbito, o segundo capítulo apresenta alguns conceitos teóricos relacionados quer com os espaços públicos quer com arte pública.

2.1. CONCEITOS APLICADOS

2.1.1. Conceito de espaço público

O termo composto de *espaço público* compreende todo e qualquer lugar de livre acesso destinado a várias actividades, funcionando deste modo como um lugar comunitário despoletando, assim, uma entidade social (SERDOURA, 2006). Isto é, um suporte de significados comuns à comunidade, pois é nos locais públicos que pessoas de diferentes culturas se encontram num ambiente e num contexto de diversão mútua (cit. SERDOURA, 2006). O espaço público não é apenas um conjunto de ruas e praças da cidade, mas também jardins ou parques, isto é, todos os locais cujo acesso não obedece a restrições, podendo, por isso, ser considerado de acesso livre.

2.1.2. Evolução da praça no tempo

O termo *praça* deriva do latim, *platea*, e a sua utilização procura identificar um espaço público de carácter excepcional que, morfologicamente, se distingue dos espaços canais constituídos pelas ruas (Coelho, 2008).

Da Ágora, passando pelo Fórum Romano, pelas praças medievais, renascentistas e modernas, até aos dias de hoje, é possível constatar que as praças desempenharam, e desempenham, um papel de elevada importância na vida cidadina.

A Ágora era a praça principal da cidade grega da Antiguidade Clássica, apresentando-se, normalmente, como um espaço livre de edificações, configurada pela presença de mercados e feiras, assim como por edifícios de carácter público. Enquanto elemento de constituição do espaço urbano, a Ágora manifesta-se como a expressão

máxima da esfera pública na urbanística grega, sendo o espaço público por excelência. Apresenta-se, assim, como um espaço onde ocorrem as discussões políticas e os tribunais populares, constituindo portanto o espaço da cidadania. Por este motivo, a Ágora era considerada um símbolo da democracia directa, e, em especial, da democracia ateniense, na qual todos os cidadãos tinham igual voz e direito a voto.

Já o Fórum Romano difere da Ágora Grega devido à sua funcionalidade complexa, em que se misturavam os edifícios destinados a diversas funções: a igreja, a praça central, o mercado, o templo e o teatro.

Na Idade Média, surge uma praça que corresponde a um espaço físico irregular que parece resultar mais dos vazios da estrutura urbana que propriamente do desenho pensado e estudado. A praça medieval é um espaço social por excelência, lugar de mercado e ponto de encontro político.

No Renascimento, as praças surgem como um dos principais elementos urbanísticos da cidade e é a partir deste período que as praças se inserem, definitivamente, na estrutura urbana. A praça assume neste período um valor social, simbólico e artístico, quer pelo entendimento da praça como um lugar especial e, não um espaço vazio na estrutura urbana, quer pelos pórticos, obeliscos, fontes, colunas que as adornavam.

Ao contrário, a praça barroca, apresentava um valor mais monumental que funcional, fruto da arquitectura rica desse período. No entanto, de referir que no período do Barroco e no contexto do Iluminismo surgiram as Praças Reais como cenário para a erecção das estátuas dos soberanos e representação do poder, as quais, foram uma excepção em Portugal, apesar da Praça do Comércio em Lisboa constituir um exemplar deste tipo (Coelho, 2008).

É no final da Idade Média e Idade Moderna que a praça reforça o seu carácter colectivo assumindo uma importância destacada, em comparação com os outros espaços públicos urbanos, facto explicado por esta ter servido a múltiplas funções - comerciais, políticas, sociais e religiosas – marginada pelos edifícios públicos e privados de maior importância na cidade. Em qualquer tipo de tecido, a sua superioridade hierárquica evidencia-se, não só pelas funções que suporta, como pela natureza finita do seu espaço, pela sua dimensão relativa ou qualidade da arquitectura, independentemente da origem da sua formação (Coelho, 2008). A Praça do Rossio, em Lisboa, constitui um exemplo claramente representativo deste elemento urbano pela sua natureza, como espaço de

excepção, definição espacial, conteúdos funcionais, qualidade dos seus edifícios ou mesmo enquanto símbolo de um espaço urbano singular (Coelho, 2008).

Mais tarde, durante o século XIX, devido ao trabalho desenvolvido por profissionais como Haussmann em Paris e Cerdá em Barcelona, o desenho específico de espaço público passa a constituir matéria própria, inserido em grandes alinhamentos viários ou estruturas urbanas de matriz extensivamente regulares (Piteira, 2003).

No que respeita à evolução da praça em Portugal, importa dizer que a praça urbana só muito lentamente se implanta na cultura urbanística portuguesa. O processo de estruturação urbana é muito lento, e só no século XVI são modernizadas e formalizadas muitas praças urbanas portuguesas. Neste sentido, e, de acordo com Rossa (1995), citado por Madeira (1999), os rossios, terreiros ou largos junto às portas das cidades, por regra sempre exteriores, foram gradualmente reformados em praças onde frequentemente se construiu de novo a casa da Câmara, o quase inseparável açougue e se ergueu o pelourinho. São espaços, equipamentos ou instituições velhos com novo significado, atribuições de poder, símbolos de Estado já bem enraizado. Nas novas praças, implantou-se o equipamento urbano de intervenção mais recente, a Misericórdia. Esta deve ser entendida como um conjunto de igreja, zona administrativa e todas as dependências assistenciais que eram a essência do seu funcionamento, hospitais e albergarias.

É neste período do século que se observa a construção, pela primeira vez em Portugal, de praças urbanas regulares no interior de tecido urbano. Na maior parte das cidades medievais planeadas no século XIII e princípio do século XIV, as praças ou não existiam ou os espaços urbanos que cumpriam estas funções não tinham as características morfológicas ou a localização na malha urbana que permitissem classificá-las como praças (TEIXEIRA, 1999).

Deste modo, a partir do século XV é frequente encontrar mais do que uma praça em cada cidade. Cada praça está associada a uma determinada função: há a praça de carácter civil, associada ao edifício da Câmara ou a um edifício administrativo ou, por vezes, ao pelourinho; há a praça religiosa, normalmente associada à igreja matriz, a um convento ou à Misericórdia e há a praça ligada ao mercado (MADEIRA, 1999).

No século XIX, desenha-se a praça viária, particularmente expressa nas grandes rotundas, mas também a praça urbana ajardinada, em muitos casos desligada das antigas funções desta tipologia de elemento urbano (Coelho, 2008).

No século XX, o espaço da praça vê-se invadido pelo estacionamento automóvel, principalmente nas praças de melhor acessibilidade e de maior dimensão (Coelho, 2008).

Em suma, a praça é entendida como um recinto ou lugar especial, e não apenas um vazio na estrutura urbana. É o lugar público, onde se concentram os principais edifícios e monumentos - quadro importante de arte urbana. A praça adquire valor funcional e político-social, e também o máximo valor simbólico e artístico. A praça é também cenário, espaço embelezado, manifestação de vontade política e de prestígio.

2.1.3. Características gerais das praças

A caracterização do espaço público é bastante variada, podendo este ser classificado segundo as suas características tipológicas, funcionais e ambientais. No entanto, e atendendo ao objecto de estudo deste trabalho, serão apenas abordadas as características tipológicas e funcionais.

2.1.3.1. Características tipológicas

Em matéria de caracterização tipológica, Lynch (1981) classificou os espaços públicos em espaços públicos lineares e não lineares. As ruas e frentes ribeirinhas constituem espaços públicos lineares, enquanto que os largos, parques, parques de diversões, espaços livres comunitários, espaços livres de bairro e mercados fazem parte do leque de espaços públicos não lineares.

Apesar de ter considerado seis tipos de espaços públicos, Lynch (1981) analisa com mais profundidade, as praças, largos e parques urbanos.

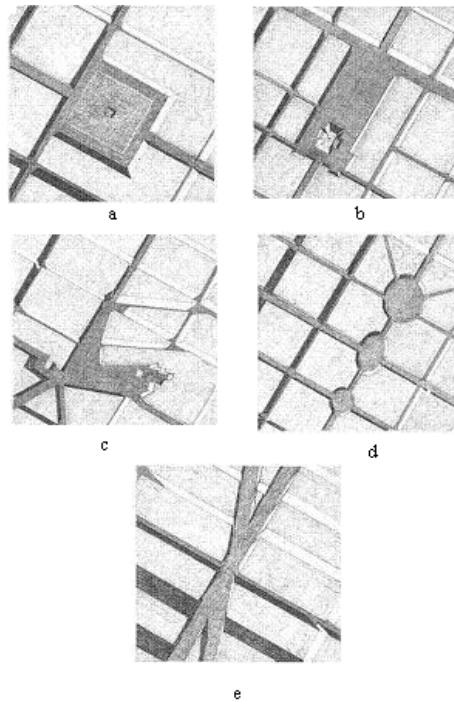
As praças e largos são espaços derivados pela confluência de ruas, caracterizando-se essencialmente por constituírem locais de encontro e lazer, capazes de proporcionar o bem-estar das pessoas que deles usufruem.

Ainda em relação à tipologia, é importante perceber que os espaços públicos, nomeadamente as praças devem ser planificados em consonância com as necessidades da “urbe”, e não apenas como simples elemento “decorativo”.

Deste modo, a praça não é apenas um agente físico estruturador, mas também um elemento que referencia a paisagem local, adquirindo uma conotação simbólica, onde o observador a retém na memória enquanto ponto de referência. Posto isto, a praça deverá ser povoada com objectos de modo a separar os fluxos dissociados de pessoas em grupos. É aqui que a estatúária assume alguma da sua importância em termos urbanísticos, na medida em que é comum estas tornarem-se num ponto de referência no espaço urbano. Exemplo disto mesmo é a rotunda da Boavista, no Porto, que é marcada pelo Monumento aos Heróis da Guerra Peninsular.

No que se refere à tipologia das praças, e de acordo com Matas Colom et al. (1983), citado por Angelis *et al* (2004), as praças podem ser: praças de significação simbólica, de significação visual, praças com função de circulação e praça com funções recreativas. A praça com significação simbólica é um marco urbano, quase sempre, de desenho monumental e que se relaciona com algum acontecimento de importância nacional. Por sua vez, a praça com significação visual é aquela que não se recorda por si, mas sim pelo monumento ou edificação, geralmente pública, que a define e ao qual ela está subordinada. A praça com função recreativa é aquela que se reconhece pelo desenvolvimento de actividades de entretenimento, passeio ou encontro. Por fim, a praça com função de circulação é aquela que, devido à sua localização, converte-se num lugar de passagem obrigatória de veículos e/ou pedestres. Por sua vez, Zucker (1959) citado por Kostof (1992) classificou as praças em cinco arquétipos, a saber: *closed square*, ou seja, a praça fechada no seu próprio espaço; *dominated square*, isto é, a praça envolvida por edifícios e onde o espaço é dirigido a um objecto que pode ser uma igreja, um arco, uma fonte ou uma vista sobre o mar, por exemplo; *nuclear square*, onde o espaço é formado em torno de uma estátua ou fonte central; *grouped square*, que resulta de uma combinação de várias praças; e *amorphous square*, onde o espaço da praça é indefinido (Figura 1).

Figura 1 – a) The closed square; b) the dominated square; c) the nuclear square; d) the grouped square e) the amorphous square



Fonte: Kostof (1992)

Sitte (1992), tendo por base a relação entre as praças e os seus edifícios circundantes, identificou duas categorias de praças: as de largura dominante (Piazza Reale, em Modena) e as de profundidade dominante (Piazza di S. Domenico), (Figura 2).

Figura 2 – Praças de largura dominante e de profundidade dominante



Fonte: Moughtin (2003)

Rigotti (1956) citado por Angelis *et al* (2004) distinguiu as praças em dois grandes grupos: de descanso e de circulação. As praças de circulação dividem-se em praças de estacionamento, praças de estação (ferroviária, transportes) e praças para edifícios públicos.

Por sua vez, as praças de descanso compreendem: praças de mercado, de igrejas e palácios, de reunião e monumentais, e praças para espectáculos.

As praças são espaços destinados, principalmente, ao encontro e convívio dos cidadãos e para o desenvolvimento, por parte destes, de várias actividades. Por este motivo, estes locais devem evidenciar uma relação adequada entre o equipamento urbano e material constituinte do mesmo e as actividades que se pretendem efectivar no espaço da praça, garantindo sempre as melhores condições de conforto para a vivência e prática das mesmas. Em suma, os espaços públicos devem ser locais aprazíveis, capazes de oferecer múltiplas vivências, pelo que é necessário assegurar que estes atendam às necessidades de todos os utilizadores, que variam de pessoa para pessoa, e não apenas a um sector específico da sociedade, maximizando a ideia de que o espaço público, como a própria designação indica, é de todos e para todos.

2.1.4. A Praça e o Desenho Urbano

A praça é um elemento morfológico das cidades europeias e distingue-se dos outros espaços, que são resultado accidental de alargamento ou confluência de traçados – pela organização espacial e intencionalidade de desenho. A praça pressupõe a vontade e o desenho de uma forma e de um programa. Contudo, a forma terá de se relacionar com a função de modo a permitir o desenvolvimento eficaz das actividades que nela se processam (Lamas, 1992).

Por sua vez, o desenho urbano é, na sua essência, o instrumento através do qual é dada expressão à configuração das cidades e dos espaços urbanizados (Fadigas, 2006). Através dele é possível definir as formas, delimitar os contornos e construir a relação mais ou menos harmoniosa entre espaços edificados e não edificados, entre espaços ocupados e espaços vazios.

É no contexto do desenho urbano que se insere o estudo das praças. Esse conhecimento das praças propicia não só um diagnóstico preciso sobre esses espaços,

assim como oferece importantes contributos para o planeamento da cidade como um todo. A definição de praça na cidade tradicional, implica a estreita relação do vazio (espaço de permanência) com os edifícios, os seus planos marginais e as fachadas. Estas definem os limites da praça e caracterizam-na, organizando o cenário urbano. A praça reúne a ênfase do desenho urbano como espaço colectivo de significação importante. Este é um dos seus principais atributos e que a distingue dos outros vazios da cidade (Lamas, 1992).

Um dos factores que mais distingue as praças entre si, é o próprio processo que as origina, isto é, se foram o resultado de um processo evolutivo que foi sedimentando progressivamente a sua forma ou, pelo contrário, se foram construídas a partir de um projecto integralmente pré-concebido (Coelho, 2008). A Praça do Areeiro, em Lisboa, foi integralmente projectada por Cristino Silva, contrastando com a Praça Mouzinho de Albuquerque, vulgo Rotunda da Boavista, no Porto, onde os edifícios foram projectados autonomamente do espaço, respeitando sempre o alinhamento de conjunto, definição de frentes e cérceas, isto até à construção da Casa da Música, implantada sem a lógica de desenvolvimento da rotunda (Coelho, 2008).

De acordo com Coelho (2008), a relação da praça com o restante tecido urbano pode assumir aspectos muito distintos: constituir o elemento gerador do próprio traçado; articular dois ou três tecidos distintos; sobrepor-se ao princípio compositivo do tecido urbano; ou mesmo existir como elemento autónomo de uma estrutura urbana. As praças assumem um papel de articulação entre diversos tecidos urbanos, especialmente no caso das cidades onde se constitui um espaço exterior à muralha, a partir do qual se processou a expansão.

A configuração espacial das praças, tem sempre em conta o factor ou conjunto de factores que as originam e os papéis urbanos que lhe foram atribuídos, pelo que vêm a possuir dimensões absolutas muito variadas, que podem ser comparadas entre si e também com o restante tecido urbano (Coelho, 2008).

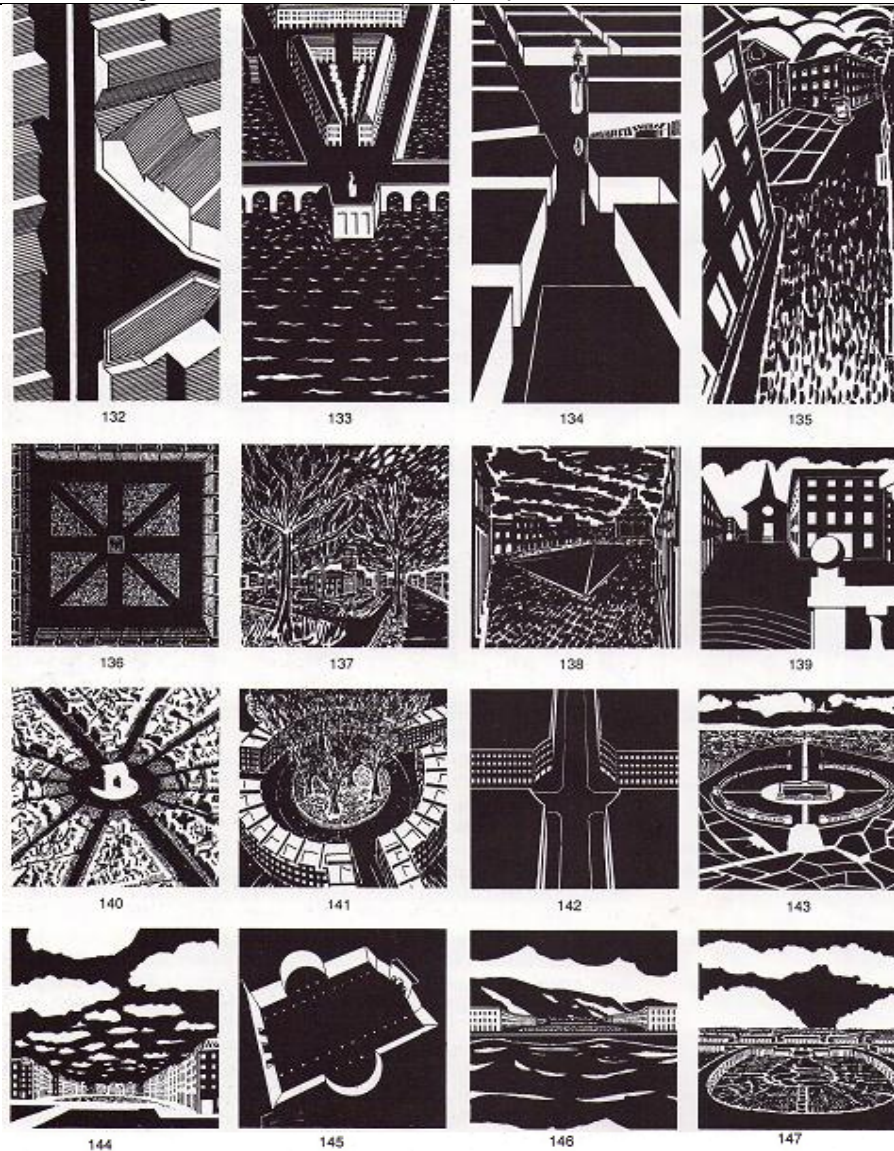
No entanto, praças que cumprem funções idênticas não têm que ter, necessariamente, a mesma forma, pelo que quanto menos rígida é a forma da praça, mais funções esta consegue cumprir. Por sua vez, se a concentração das principais funções urbanas não se efectiva no mesmo espaço, a centralidade do núcleo urbano pode ser assumido quer por outra praça quer por outros elementos urbanos, como por exemplo uma rua estruturante. No entanto, uma praça pode ser organizada em função de um edifício com um significado colectivo expressivo, pelo que se estabelece uma

relação de predomínio do edifício em relação ao espaço da praça. Por outro lado, as praças podem organizar-se não só em função de um edifício, mas também para responder a determinada função que ocorre no próprio espaço. As praças de mercado e as praças de Armas são exemplos de espaços cujas funções se sobrepuseram à importância do edificado que as delimitava. A função viária, evidente em entroncamentos e cruzamentos, possibilitou também a criação de espaços urbanos distintos, transformando-os em locais especiais e com grande identidade, seja pela sua identificação através da localização de monumentos, de que são exemplo as grandes rotundas, seja por constituírem uma entidade autónoma das ruas que interceptam (Coelho, 2008).

No que respeita à morfologia das praças, Sitte (1992), ao abordar a influência das vias públicas na conformação das praças, diagnosticou três sistemas principais – o sistema rectangular; sistema radial e o sistema triangular. Na década de cinquenta, Rigotti (1956) apresentou os primeiros estudos mais aprofundados sobre a inserção das praças na malha urbana, levando em consideração a presença e número de vias enquanto elemento estruturador desses espaços. É nesse contexto que o referido autor classifica as praças em quatro grupos: praças radiais (quando diversas vias confluem simetricamente ou não a um único foco no centro de um amplo espaço); em leque (são consideradas uma parte menor da anterior, onde a confluência num ponto é limitada a poucas vias que partem em raios de um único sector); de junção tangencial (são as que permitem uma circulação giratória, a partir de uma única via que faz a circulação da mesma); e, de junção axial ou de atravessamento directo (a intersecção ortogonal de duas vias propicia o aparecimento desse tipo).

No que se refere ao desenho de praças, Kostof (1992) distinguiu os seguintes tipos de praças: triangulares; trapezoidais; rectangulares; formatos em “L”, circulares, elipsoidais e semi-circulares (Figura 3).

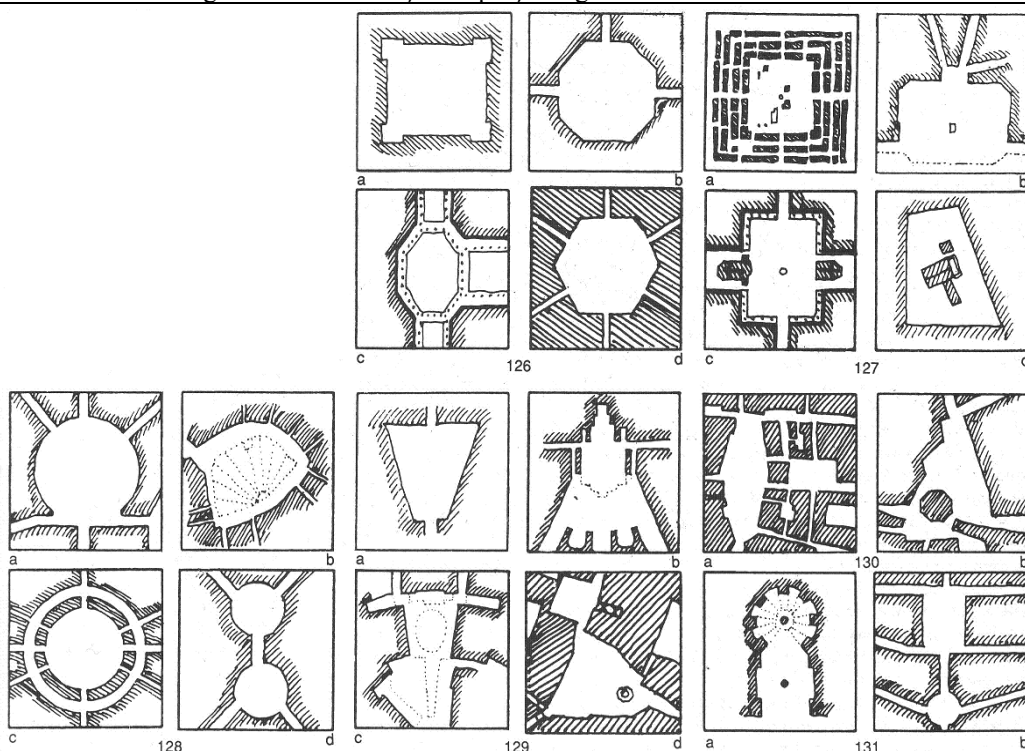
Figura 3 – Tipologias de praças: 132, 133 e 134) Praças triangulares; 135) Praça trapezoidal; 136, 137 e 138) Praças rectangulares; 139) Praça com formato em “L”; 140, 141, 142 e 143) Praças circulares e elipsoidais; 144, 145, 146 e 147) Praças semi-circulares



Fonte: Kostof (1992)

Rob Krier (1979), citado por Kostof (1992) ordenou o espaço urbano em três tipologias básicas: quadrados, círculos e triângulos, sobre os quais actuam forças de transformação, tais como dobrar, dividir, somar, sobrepor, mesclar e diferenciar que dão origem a diversas formas ().

Figura 4 – Classificação de praças segundo Rob Krier



126 Rectangular squares with variations: a) an imaginary square with modified corners; b) Turin, Piazza di S. Lorenzo Nuovo (F. Navona, 1775); c) Stuttgart, Rotebuhlplatz (Rob Krier, scheme, 1973); d) Palmanova (Giulio Savorgnan, 1593).

127 Orthogonal plans of squares: a) Freudenstadt (1599); b) Bordeaux, Place Royale la Bourse (Jacques Gabriel, designed 1730); c) Le Corbusier's "redents", 1922; d) a variant with central buildings: Leptis Magna, Roman period.

128 Circuses and variations: a) Paris, Place des Victoires (J. H. Mansart, 1705); b) Siena, Campo; c) a variant with an inset ring of buildings: Paris, Place de Louis XV (project by M. Pularde, 1750); d) combination of circuses (imaginary plan by Rob Krier).

129 Triangular squares and their derivatives: a) Paris, Place Dauphine (begun 1608); b) Versailles, Place d'Armes (J. H. Mansart and Le Vau, late 17th century); c) Rome, Campidoglio (Michelangelo, 1537); d) S. Gimignano, Piazza del Duomo and Piazza della Cisterna.

130 Spaces which are angled divided, added to an superimposed: a) Verona, Piazza delle Erbe and Piazza dei Signori; b) Volterra, Piazza del Battistero.

131 Geometrically complex systems: a) Ludwigsburg, on the ramparts (D. Frisoni, early 18th century); b) Karlsruhe, Marktplatz and Rondellplatz (Weinbrenner, 1797).

Fonte: Krier (1975) in Kostof (1992)

Kostof (1992) considera o retângulo a forma mais frequentemente usada no espaço público, apontando como uma das suas vantagens, o facto de permitir um eixo direccional sobre um monumento, quando este exista no espaço da praça rectangular. Coelho (2008) partilha também esta opinião de que as praças rectangulares, são as mais comuns em traçados regulares ou pré-definidos, que podendo resultar de uma simples

supressão de quarteirão num determinado traçado ou de um processo mais complexo, permitem evidenciar um edifício, esteja este disposto paralela ou perpendicularmente ao eixo maior.

Por sua vez, os espaços quadrados constituem casos particulares das praças rectangulares, apresentando como principal característica um potencial equilíbrio entre as suas frentes (Kostof, 1992).

Relativamente aos espaços triangulares, estes surgem muitas vezes associados ao entroncamento de arruamentos, possibilitando uma aproximação axial à frente perpendicular ao eixo da via principal, ou à acção de edifícios de grande dimensão sobre o tecido urbano. Por último, os espaços circulares, menos frequentes, ocorrem na cidade europeia como resultado do processo de sedimentação, determinado, em geral por efeitos de atracção de um edifício isolado, num contexto bem distinto e mais recente, como resultado dos projectos de expansão da cidade oitocentista (Coelho, 2008). As formas circulares, como formas puras, eram as favoritas do Neoclassicismo (Kostof, 1992). A primeira praça circular, a Place des Victoires em Paris, 1684-1687, foi concebida como praça residencial e caracterizava-se, essencialmente, pelo monumento a Luís XIV com posição central e pela confluência de cinco ruas. *Rond-point*, é o termo francês que designa as praças circulares, mais comumente designadas de rotundas, e que no contexto de cidade planeada não necessita de estar ligada a uma rede de edifícios, mas, deve antes ser uma área circular aberta, mais extra urbana, na qual as avenidas convergem (Kostof, 1992).

No contexto português, a morfologia das praças compreende espaços: regulares; irregulares; rectangulares; quadrados; triangulares e circulares. A regularidade geométrica tridimensional sempre foi uma excepção e ocorre somente em praças construídas integralmente a partir de um projecto que tenha considerado o desenho do espaço e também dos edifícios (Coelho, 2008). Por sua vez, sobre as praças irregulares, também pouco comuns, não é possível conjecturar formas elementares de composição.

A organização espacial de uma praça pode sobrepor ou integrar a presença de um elemento central que, pela sua dimensão, pode pontuar e caracterizar o espaço da praça, sendo exemplo disto mesmo, fontanários, pequenos monumentos escultóricos ou pelourinhos. O monumento é um facto urbano singular, elemento morfológico individualizado pela sua presença, configuração e posicionamento na cidade e pelo seu significado. Também a escultura, o obelisco, a fonte, são elementos utilizados desde a

Grécia e Roma Antiga como meio de embelezamento urbano, por vezes unindo-se a necessidade utilitária (fonte e o chafariz), ou apenas como significações religiosas, sociais, políticas e culturais. A partir do Renascimento e do Barroco, o monumento assume um carácter diferente na determinação da forma urbana, pelo que este não se destina apenas a mobilar, completar o espaço ou preencher o vazio, sendo gerador do próprio espaço urbano. As praças são pontuadas com monumentos, mas estes fazem parte integrante da praça e da sua significação (Lamas, 1992).

Segundo Poéte, citado por Lamas (1992), o monumento serve para compor a fisionomia da cidade, sendo um dos elementos que fundamentam o princípio das permanências, ou seja, um dos factos urbanos que melhor persistem no tecido urbano e resistem a transformações. A sua presença é determinante na imagem da cidade. A título de exemplo, cita-se a imagem de Lisboa que é dada pelos seus monumentos, mesmo que eles sejam marcos sem finalidade de uso, mas detêm significação social, histórica ou cultural (Estátua equestre de D. José). O monumento desempenha um papel essencial no desenho urbano, na medida em que caracteriza a área ou bairro e torna-se pólo estruturante da cidade. A ausência de monumentos representa, de certo modo, o vazio de significado das estruturas e vazio cultural das gestões urbanísticas contemporâneas (Lamas, 1992).

2.1.5. Características da envolvente

Uma praça não é um elemento disperso na cidade, mas sim um elemento que compõe e interage com todos os outros espaços públicos. Qualquer que seja a configuração da praça é importante assegurar que esta esteja inserida num contexto tal, que se verifique a continuidade de um sistema de espaços públicos urbanos interligados – parques, praças, largos, espaços verdes, entre outros.

Deste modo, a praça não pode ser estudada como um elemento isolado, pressupondo assim a análise do espaço que a circunda. Curioso, é o facto da relação recíproca que existe entre o meio envolvente e o espaço público, visto que o sucesso e o fracasso de um, condiciona o sucesso ou o fracasso do outro. O que aqui se pretende transmitir, é que um espaço público agradável torna-se um “pólo de atracção”, contribuindo para o desenvolvimento da envolvente, e vice-versa.

Por fim, um aspecto importante que deve ser tido em linha de conta, relaciona-se com o facto de que um mesmo tipo de espaço público pode ser usado de modo diferente, em diferentes épocas, por diferentes populações (REIS, 2005). Por isso, importa relacionar os espaços públicos com o contexto urbano em que estes se inserem, de modo a analisar as mudanças culturais e da vida pública que as pessoas promovem, individualmente e em grupo, já que são estas mudanças nas pessoas, que promovem novas necessidades e novos espaços.

2.1.6. A vivência nas praças

A vivência das praças é, no âmbito da presente dissertação, entendida como sendo as manifestações humanas e os diferentes usos que se confere a estes espaços, pelo que se apresenta de seguida um conjunto de actividades e práticas que têm lugar nos espaços públicos, nomeadamente nas praças.

2.1.6.1. Actividades necessárias

As actividades necessárias são as actividades de deslocação que as pessoas realizam com o intuito de se deslocarem de casa para o local de trabalho e vice-versa.

2.1.6.2. Actividades opcionais

As actividades opcionais, são como o próprio nome indica, as actividades que resultam da opção dos utilizadores quando combinadas com a predisposição, a qualidade do ambiente urbano e as condições climáticas. Incluem-se nesta categoria, funções de estar, lazer e permanência (SERDOURA, 2008).

2.1.6.3. Actividades sociais

As actividades sociais dizem respeito às actividades que se desenvolvem quando os indivíduos interagem entre si, contribuindo para uma maior dinâmica da vida pública que lá tem lugar. O convívio, recreio e troca são exemplos destas actividades. No

entanto, no âmbito das funções de convívio, encontram-se actividades como a conversa e o encontro entre pessoas. Já as funções de recreio podem incluir actividades como jogar, correr, andar de bicicleta, entre outras. Por fim, o comércio de rua é exemplo de uma função de troca (SERDOURA, 2008).

2.1.6.4. Actividades anti-sociais

O crime urbano, mendicidade e vandalismo, são algumas das actividades anti-sociais que têm lugar no espaço público.

2.1.7. Espaço público e arte pública

A abordagem ao tema “Espaço Público e Arte Pública”, reveste-se aqui de grande importância, uma vez que um dos objectivos deste trabalho, foi precisamente o levantamento de elementos de estatúária, com interesse histórico, económico e urbanístico.

Deste modo, e em primeiro lugar, será importante explicar o porquê de se ter escolhido a estatúária, de entre os demais elementos que compõem os espaços públicos de uma cidade. Tal deve-se ao facto de se constatar que a estatúária é um elemento comum a quase todos os espaços públicos. Isto, porque em tempos idos, principalmente no séc. XIX era frequente erigir em praças, parques e jardins, estátuas e monumentos em homenagem aos vultos da História. Era a chamada «estatuamania» – expressão criada pelo historiador francês Maurice Agulhon para designar o desenvolvimento da escultura nas praças públicas com o objectivo de promover o civismo (ORIÁ, 2001). Este fenómeno inicia-se em meados do séc. XIX em França e estende-se por diversos países. Pretendia-se, através da edificação de estátuas e monumentos, construir a “memória da nação”, onde eram seleccionados os factos históricos e personagens dignos de registo para a posteridade em “pedra e bronze”, que serviriam de instrumento de legitimação do estado nacional e à promoção de uma consciência cívica da população, que deveria inspirar-se no exemplo patriótico dos “heróis nacionais” (ORIÁ, 2001).

No entanto, é curioso verificar que muita da estatúária em espaço público, nomeadamente a mais recente, diz respeito a diversos temas, que não à História Nacional, ao contrário das estátuas mais antigas. Exemplos disto mesmo são os temas

abstractos que compõem a arte do Parque da Nações. Assim, e citando Machado (2006), o conceito de arte pública adquiriu na sociedade moderna uma abrangência mais ampla do que tinha anteriormente e que ia desde estátuas aos espaços urbanos públicos até ao conjunto da cidade lida como paisagem artificial. Assim, e no seguimento desta linha de raciocínio, o mesmo autor refere que a arte pública vem subverter a ideia que outrora prevalecia quanto à estatuária existente no centro das praças públicas, portadora de uma simbologia de cariz institucional que se observava nas obras públicas relacionadas com a evocação de uma ocasião, com a glória de um regime, com uma individualidade, etc.

Assim, e julgando que será importante perceber que relação poderá haver entre o espaço público e a arte que neste se insere, apresenta-se de seguida uma análise sintética sobre este tema.

2.1.7.1. Relação espaço público – arte pública

O espaço público que contenha em si, arte pública, nomeadamente estátuas, permite aos seus frequentadores uma contemplação gratuita das mesmas. No entanto, e por várias razões, nem sempre as estátuas são objecto da atenção dos utilizadores do espaço público.

Segundo Reis (2005), até mesmo nos locais que apresentam as melhores condições para a contemplação da arte pública, como é exemplo, o Parque das Nações em Lisboa, as pessoas não se mostram impressionadas e muito menos envolvidas com a arte pública que lá se pode encontrar. Porém, isto não poderá ser de todo generalizado, uma vez que é comum presenciar atitudes que demonstram um certo envolvimento das pessoas com as estátuas. A título de exemplo, é frequente ver pessoas a fotografar estátuas, denotando-se deste modo alguma empatia, provando que as pessoas não são completamente indiferentes à estatuária em espaço público.

Segundo Remesar (cit. REIS, 2005), as pessoas não entendem as obras mas consentem-nas, uma vez que não tem atitudes de reprovação mas de indiferença perante as obras. Isto não será totalmente verdade, se tivermos em conta a controvérsia gerada pelas estátuas de Catherine of Braganza em Brooklyn; Heróis do Vietname em Washington; Sá Carneiro no Areeiro, entre outras. A implementação destas estátuas em espaço público foi objecto de grande polémica e discussão no seio da população, tendo até merecido comentários na imprensa. Ora, colocando de lado razões políticas ou de outra índole, isto revela que a população tem consciência de que sendo estátuas

públicas, estas são suas por direito e localizar-se-ão em sua propriedade, o espaço público, mostrando que a apatia não é assim tão grande.

Os espaços públicos devem ser entendidos não só como locais de livre acessibilidade mas também como locais capazes de “desencadear a vida social”, pelo que se tem notado uma certa tendência para o apetrechamento dos espaços públicos com várias obras de arte, no sentido de estes proporcionarem um prazer lúdico. A título de exemplo, mencionam-se os municípios de Santo Tirso, Vila Nova de Cerveira e Barcelos, cujos espaços públicos oferecem aos transeuntes vários exemplares de arte pública.

Segundo REIS (2005), a arte pública potencia uma relação quotidiana com os nossos gestos e rotinas, encoraja o diálogo entre cidadãos, estimula o pensamento e a imaginação e define espaços únicos e específicos, estabelecendo relações entre o observador, a obra e o contexto e é fisicamente e intelectualmente acessível a toda a sociedade. Este último pressuposto pode ser contestado, principalmente quando se trate de pessoas com mobilidade reduzida e/ou invisuais, em que o acesso físico e/ou intelectual pode revelar-se bastante complicado.

- Relação quotidiana com os nossos gestos e rotinas

A statuária existe muito próximo das pessoas, quer no local onde vivem quer onde trabalham. Muitas vezes, os percursos, são indissociáveis das obras, servindo estas como pontos de referência ou como pretexto para denominar um local (REIS, 2005).

- Encoraja o diálogo entre cidadãos

O facto das obras públicas se localizarem em espaços que são frequentados por diferentes grupos de pessoas, estas têm a capacidade de despertar um diálogo entre estes, constituindo desta forma, uma maneira de estabelecer relações sociais (REIS, 2005).

Contudo, esta ideia poderá ser mais uma hipótese a investigar que propriamente um postulado. O facto das estátuas se localizarem em espaço público pode suscitar conversas e diálogos entre as pessoas, mas não obrigatoriamente.

- Estimula o pensamento e a imaginação

Quando uma pessoa observa uma estátua, várias perguntas percorrem a sua cabeça despertando por certo o seu intelecto. Algumas perguntas poderão ser: quem pretende representar? Qual o motivo para a sua localização nesse local? As estátuas podem ter, então, a capacidade de produzir um efeito surpresa que estimulará as pessoas, por exemplo a caminho do emprego. Este “efeito surpresa” pode despoletar uma relação empática entre o observador e a obra, (REIS, 2005).

Porém, este efeito surpresa, será mais um efeito de “encantamento” no caso de se tratar do habitante ou transeunte que estão habituados à presença da estátua, ao passo que o turista que não a conhece e a admira pela primeira vez, pode efectivamente sentir um efeito surpresa.

- Define espaços únicos e específicos, estabelecendo relações entre o observador, a obra e o contexto

O espaço em que a escultura é inserida torna-se automaticamente outro, ou seja, de espaço, transforma-se em lugar, lugar de projecção de nós mesmos e de outros (ALVES, 2005).

É neste sentido que surgem as obras *site-specific*, que romperam com a “escultura de pedestal” estabelecendo assim novas relações entre o observador, a obra e o contexto. Esta mudança da concepção das obras constitui um marco importante no desenvolvimento da arte pública, pois revelou que o contexto, ou seja, o espaço envolvente, é um factor da maior importância na concepção e recepção da obra (REGATÃO, 2003).

Uma obra inserida num determinado contexto altera-o. Um determinado contexto altera a percepção que o observador tem da obra. O observador, dada a possibilidade que tem de interagir com o contexto e, muitas vezes com a obra, altera a própria obra e o contexto onde esta se insere, transformando assim também a percepção que outros observadores têm da obra em causa (REIS, 2005).

2.2. CRITÉRIOS ABORDADOS: FASE I

Neste item, apresenta-se os critérios abordados no âmbito da aplicação do Inquérito I, com vista a recolher a informação, que se julgou ser necessária para efectuar a análise urbanística de cada espaço público. Assim, os critérios abordados foram os seguintes:

- temática;
- tipo de local e principal função;
- caracterização da envolvente;
- acessibilidades ao espaço público envolvente à estátua;
- visibilidade;
- existência de informação interpretativa sobre a estátua.

De seguida, faz-se uma abordagem a cada um destes pontos de estudo, tentando sempre relacionar a statuária com o espaço público.

2.2.1. Temática

Embora este aspecto não seja aprofundado no âmbito desta dissertação, foram averiguadas as principais temáticas que caracterizam as estátuas em espaço público, uma vez que são vários os temas a que estas reportam, e que nem sempre são perceptíveis a todos os utentes do espaço público.

2.2.2. Tipologia da área urbana e principal função

O tipo de local onde se insere a estátua é um aspecto que se reveste de grande importância, porque permite perceber quais as possibilidades da estátua enquanto elemento de atracção e de que maneira o local pode beneficiar a estátua no cumprimento deste objectivo. Assim, o facto de o espaço público se localizar no centro ou na periferia da cidade ou se o local é o centro histórico, um bairro residencial ou uma zona mista de

comércio e serviços ou uma zona comercial, terá diferentes impactos quer na afirmação do próprio espaço público quer na percepção da statuária.

Aquando da análise da statuária, interessa, em termos urbanísticos, identificar não só o tipo de local em que esta se insere, mas também a sua principal função, uma vez que diferentes espaços públicos apresentam diferentes funções. Para isso, tem-se, que espaços públicos como sejam uma rua, um jardim ou parque, podem conter em si funções similares, mas também bastantes diferentes. Por isso, embora sejam todos eles espaços públicos, poderão encerrar em si diferentes funções que poderão ou não ser compatíveis com a statuária. Por certo, um espaço público com uma função predominante de atravessamento de tráfego sem possibilidade de contemplação, não será o local ideal para implantar uma estátua, mas se este apresentar funções de descanso e estadia já terá algum potencial como local de implantação da mesma.

2.2.3. Caracterização da envolvente

O estudo da envolvente impõe-se como um aspecto importante na escolha do local de implantação da estátua, pelo que é necessário averiguar se a envolvente apresenta condições que promovam a projecção do local e, consequentemente, a estátua que lá se localiza.

Cafés, percursos pedonais, locais de descanso, são elementos da envolvente que podem contribuir para atrair as pessoas ao local, fazendo com que estas possam observar o espaço e a statuária que este exhibir.

2.2.4. Acessibilidades ao espaço público

A acessibilidade é um factor de extrema importância na medida em que determina o modo de utilização do espaço público. No que respeita a este aspecto e segundo Whyte 1980 (cit. SERDOURA, 2006), um espaço para ser acessível fisicamente não deve apenas estar livre de barreiras físicas, mas as suas entradas devem estar conectadas, interligadas com padrões de circulação existentes. Assim, deve ser dada a máxima importância a este factor, garantindo uma boa e adequada acessibilidade ao espaço público, contribuindo deste modo para a garantia da sua ocupação por parte dos transeuntes.

No que se refere à estatuária inserida em espaço público, é necessário assegurar a acessibilidade até esta, uma vez que este é um dos factores que mais influencia o sucesso da implantação da arte em espaço público. Uma boa e adequada acessibilidade à estátua determina uma maior interacção entre esta e o público. Ora, havendo uma boa acessibilidade à estátua, há também uma boa interacção com o público, levando desta forma, a que tanto a estátua como o espaço público, sejam beneficiados. A estátua é beneficiada, na medida em que é reconhecido o seu valor artístico e cultural, sendo fomentada a sua procura por parte das pessoas, tornando-se muitas vezes num ponto de referência local. Exemplo disto é o Monumento aos Heróis da Guerra Peninsular, na rotunda da Boavista no Porto, que é uma “espécie” de marco de referência daquela zona. De acordo com Lamas (1992), o sistema de orientação numa cidade será como um sexto sentido, e numa cidade dependerá fundamentalmente dos sistemas de referência: marcos ou monumentos, zonas ou bairros, traçados, nós. Relativamente ao espaço público, este sai beneficiado uma vez que as pessoas ao deslocarem-se para contemplar a estátua estão também a usufruir do espaço público, o qual foi concebido para servir as pessoas.

A acessibilidade ao espaço público pode ser assegurada e promovida por percursos pedonais, parques de estacionamento, paragens de transporte e praças de táxis.

2.5. Visibilidade

No que respeita à estatuária pública, este é talvez um dos aspectos mais importantes, uma vez que o seu alcance visual por parte dos transeuntes determina decisivamente o seu maior ou menor sucesso. Se a estátua não é visível, passa completamente despercebida e, perde, por isso a possibilidade de ser contemplada. Neste caso, perde a estátua e igualmente o espaço público em que esta se insere. Contudo, interessa também alertar para a questão da fraca visibilidade no período nocturno, pelo que deve ser fomentado o uso de uma iluminação adequada e suficiente, capaz de expor a estátua aos olhos dos transeuntes. A existência de iluminação no período da noite revela-se importante, não só por isto, mas também pelo facto de contribuir para um espaço mais seguro.

2.2.6. Existência de informação interpretativa sobre a estátua

A percepção de uma estátua, no sentido de identificar “quem” ou o “quê” esta representa, pode revelar-se complicado por várias razões. Por isso, a informação interpretativa da estátua é tão importante, na medida que esclarece este e outros tipos de dúvidas. Um exemplo pertinente é a estátua de D. Sebastião, em Lagos, que no caso de não haver informação, poderia levar a que o personagem representado fosse confundido com um qualquer miúdo, uma vez que as estátuas de reis mais comuns obedecem quase todas a um mesmo padrão, caracterizado normalmente pela presença de um cavalo, uma farda, uma espada, ou qualquer outro elemento que nos reporte à realeza. Por sua vez, também é importante assegurar que a informação seja de fácil leitura, acompanhada de um tamanho e tipo de letra adequados e nunca esquecendo a posição desta informação. A estátua de D. Pedro IV em Lisboa serve como exemplo negativo, visto que a vária informação que complementa a estátua, para além de ser constituída por letras da mesma cor e material do pedestal, encontra-se acima do campo de visão, pelo que a sua leitura é difícil, principalmente para crianças e idosos.

2.3. CRITÉRIOS ABORDADOS: FASE II

Pretende-se neste item, esclarecer quais os critérios abordados no âmbito da aplicação do Inquérito II, e que permitiram analisar os espaços públicos alvo de estudo nesta dissertação.

Deste modo, e no que respeita ao espaço público, foram abordadas questões relacionadas com as suas dimensões, o tipo de frequentadores, condições físicas e climáticas do local e, ainda, a vivência em espaço público. Foram ainda indagados aspectos tais como: tipologia da área urbana e principal função; caracterização da envolvente e acessibilidades, que, por sua vez, constituíram também matéria de estudo na Fase I.

Por sua vez, e no que se refere aos elementos de estatuária, foram averiguadas, para além das suas dimensões, a existência de outros elementos atractivos, bem como a visibilidade e existência de informação interpretativa e interacção entre as pessoas e a estátua.

2.3.1. Dimensões da estátua e da área envolvente

As dimensões da estátua devem ser adequadas, uma vez que este é um factor que assume grande importância na visibilidade da mesma. Assim, deve procurar-se sempre que as dimensões permitam não só uma boa exposição e visibilidade, mas também que se enquadrem com as dimensões do local e sua envolvente. Pode-se aqui introduzir o conceito de escala, procurando sempre que a estátua esteja à escala do meio envolvente, conjugando para isso, as dimensões da estátua com as do local onde esta se insere, de modo a que haja um equilíbrio.

Atente-se no caso da estátua de D. Pedro IV no Rossio, em Lisboa. Esta assenta num pedestal, perfazendo no total uma altura de cerca de 27,5 m, pelo que a sua contemplação de longe é favorecida, ao contrário do que acontece em plena praça do Rossio, onde é difícil perceber a existência de D. Pedro IV a tão elevada altura.

2.3.2. Tipo de frequentadores do espaço público

Esta é uma questão que se encontra mais relacionada com o aspecto da vivência em espaço público. Uma vez que os espaços públicos encerram em si, a função primordial de servir as pessoas, procurou-se perceber que grupo de pessoas frequenta os espaços públicos estudados. Neste caso, é natural que sendo todos eles, espaços públicos de grande destaque nas cidades em que se localizam, sejam frequentados não só por residentes ou trabalhadores mas, até mesmo, por turistas. Quando um espaço público é frequentado por residentes e/ou trabalhadores pode prever-se que este local acomoda em si as necessidades deste tipo de pessoas. O contrário disto poderá revelar uma certa falta de empatia entre as pessoas e o espaço público, antevendo-se aqui que o mesmo não cumpre a sua função mais primária.

Por sua vez, o facto de um espaço público ser frequentado por turistas, pode revelar a sua importância, sendo o mesmo reconhecido como um ponto de referência. E, neste caso, beneficiam quer o espaço público quer a estátua.

2.3.3. Condições físicas e climáticas do local

Insere-se neste item um conjunto de questões relacionadas com o “conforto” físico dos espaços públicos. De acordo com Machado (2006), o Núcleo Urbano de Pesquisa e Intervenção da Câmara Municipal de Lisboa (1997), apresenta o mobiliário urbano e as espécies vegetais como características estruturantes dos espaços públicos.

Pardal (1998) citado por Machado (2006) refere que o mobiliário urbano compreende todo o equipamento capaz de contribuir para o conforto e eficácia dos aglomerados urbanos, nomeadamente: bancos, cabinas telefónicas, recipientes para lixo, abrigos para peões, mapas e cartazes informativos, etc.

O mobiliário urbano não pode ser considerado de ordem secundária, dadas as implicações na forma e equipamento da cidade. Assume grande importância no desenho da cidade e a sua organização revela-se na qualidade do espaço (Lamas, 1992).

Ora neste contexto, pretendeu-se saber se os espaços públicos são dotados de bancos/zonas de descanso e ainda se estes têm em linha de conta a existência da estátua. A existência de bancos/zonas de descanso é um aspecto bastante importante, uma vez que estes elementos, convidam as pessoas a permanecerem no espaço público e quando são localizados tendo em conta a existência da estátua, proporcionam a contemplação da mesma.

Visto que os espaços públicos são frequentados por uma grande diversidade de pessoas, como idosos e incapacitados, procurou-se averiguar se as necessidades deste grupo de pessoas são satisfeitas.

Uma vez que a exposição dos espaços públicos pode condicionar a procura destes por parte das pessoas, procurou-se averiguar a exposição solar, o ensombramento e a exposição a ventos.

De acordo com investigadores da Urbe (1997), citados por Machado (2006), a integração de espécies vegetais no espaço público deve atender às condições naturais (microclima, tipo de solos, orientação) e artificiais (tipos de usos e de utentes, frequência e intensidade da utilização, escala e formas urbanas, facilidade de manutenção). Por outro lado, e de acordo com Coelho (2009) citado por Machado (2006), a selecção da vegetação deverá ainda prever uma adequação com determinado tipo de funções relacionadas com a própria sustentabilidade urbana, evitando dessa forma o sobre aquecimento e o excesso de vento, fixando poeiras e aumentando a eficiência da drenagem pluvial.

Por último, e citando Lamas (1992), as árvores e demais vegetação caracterizam a imagem da cidade, tem individualidade própria; desempenham funções precisas; são elementos de composição e do desenho urbano; servem para organizar, definir e conter espaços, para além, de assumirem grande importância no controlo do clima.

2.3.4. Existência de outros elementos atractivos

A existência de outros elementos atractivos, apresenta duas facetas, uma que não beneficia a estátua e outra que se for bem pensada até poderá ajudar na projecção da mesma.

Uma estátua pode ser prejudicada pela existência de outros elementos atractivos, como museus e igrejas, pelo facto das atenções serem repartidas e dirigidas para outros elementos. No entanto, vendo por outro prisma, esses outros elementos podem funcionar como um atractivo, na medida em que as pessoas se deslocam até ao local para conhecer apenas a estes e deparam-se com a estatuária acabando por lhe dedicar alguma da sua atenção. Ora, uma vez que a estátua se localiza em espaço público, ter-se-á então uma situação em que este será beneficiado, na medida em que será mais usufruído por parte das pessoas.

2.3.5. Interação entre as pessoas e a estátua

Para além da existência de informação interpretativa sobre a estátua, foi averiguada a possibilidade de interacção através de acções como tocar ou subir.

A informação interpretativa deve ser não só esclarecedora mas também de fácil visualização, o que nem sempre se verifica. Uma vez a informação é inexistente, noutras existe mas não se apresenta perfeitamente legível, contribuindo para esta situação várias razões.

Na interacção das pessoas com a estátua é importante, sempre que se justifique, averiguar se existe espaço disponível para a contemplação da mesma sem interferir com pessoas sentadas ou em “trânsito”, ou então se foram atribuídas a estas funções, caso existam, subáreas da praça para evitar conflitos.

2.3.6. Vivência em espaço público

No contexto da presente dissertação, a vivência em espaço público, foi abordada como sendo o conjunto de actividades relacionadas com o estar urbano (ex. fazer refeições), o lazer (ex. estar sentado a observar o pôr do sol) ou o recreio não convencional (ex. andar de bicicleta e passear o cão) (SERDOURA, 2008).

CAPÍTULO 3 – ESTUDO DE CASO: FASE I

3.1. INTRODUÇÃO

Neste capítulo aborda-se a primeira fase do levantamento da informação considerada pertinente para a caracterização dos espaços públicos portugueses. Para tal foi aplicado o Inquérito I (ver Anexos), com o qual se pretendeu não só inventariar os espaços públicos portugueses com elementos de estatúria, assim como conhecer as suas principais características urbanísticas, de modo a obter uma fotografia dos espaços públicos portugueses.

O Inquérito I aborda questões relacionadas com o espaço público e com a sua estatúria. No que respeita ao espaço público, são abordados aspectos relacionados com a sua tipologia, função e localização, assim como a envolvente e acessibilidades dos mesmos. Por sua vez, a temática, escala, existência de informação interpretativa e iluminação são os aspectos relacionados com a estatúria em espaço público. Nos pontos 3.2 e 3.3. deste capítulo são apresentados e discutidos os resultados relativos aos aspectos colocados sob estudo.

Assim, este inquérito foi enviado, no âmbito do Projecto POCI/HEC/59348/2004 financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), a todas as Câmaras Municipais das sedes de concelho do Norte e capitais de distrito do Centro e Sul de Portugal Continental, que após convite aceitaram colaborar com esse projecto. De notar, que a participação dos municípios se revestiu de uma importância fulcral, uma vez que sem este contributo, teria sido muito difícil recolher toda esta quantidade de informação.

Numa primeira fase, responderam ao inquérito enviado, 52 das 81 sedes de município às quais foi solicitado o preenchimento do Inquérito I. De destacar aqui, que alguns concelhos não responderam ao inquérito, por várias razões, tais como falta de meios técnicos e humanos. No que respeita ao município de Lisboa, e devido ao elevado número de espaços públicos com estatúria, não foi preenchido um inquérito por espaço público com estatúria, mas foi facultado, o roteiro intitulado “Estatúria e Escultura de Lisboa”, uma edição do Departamento de Património Cultural da Câmara Municipal de Lisboa, em que foi possível encontrar alguma informação relevante para o desenvolvimento do trabalho.

3.2. AVALIAÇÃO URBANÍSTICA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS PORTUGUESES

Apresenta-se os resultados relativos ao Inquérito I, através dos quais se pode perspectivar as principais características dos espaços públicos portugueses. Para o processamento dos dados recolhidos, e que se referem a um universo de 307 espaços públicos, correspondente ao somatório de todos os inquéritos recebidos, efectuou-se numa primeira fase, uma base de dados no programa SPSS 14.0 for Windows, sobre a qual, posteriormente, foram realizados todos os cruzamentos necessários para obter a informação mais relevante no contexto desta dissertação.

De notar, que estes resultados dizem respeito aos municípios que se encontram listados nos Anexos, tendo-se optado por não considerar os inquéritos do concelho de Castelo Branco. Tal decisão baseou-se no facto, deste município ter apresentado noventa e nove estátuas, todas elas de temática religiosa e localizadas num mesmo jardim, o Jardim do Paço Episcopal.

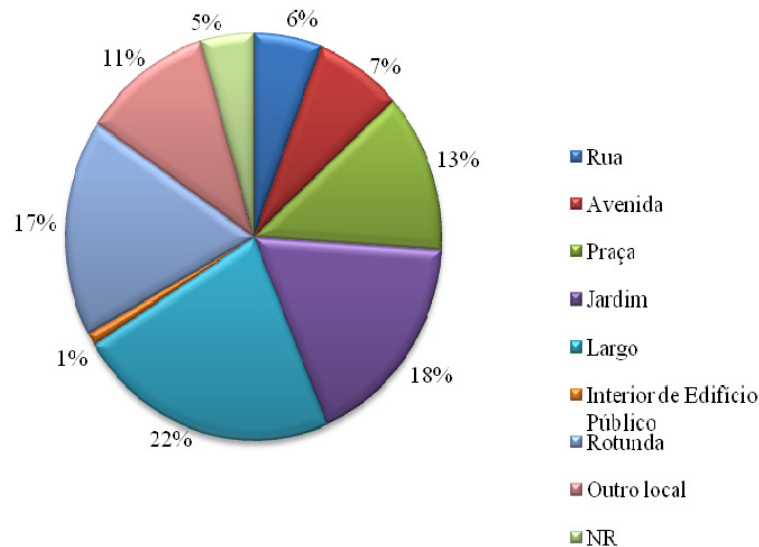
Assim, e considerando que este número teria um peso muito significativo na amostra recolhida, optou-se por não considerar os dados recolhidos no concelho de Castelo Branco.

3.2.1. Tipologia do Espaço Público, sua localização e função

Num primeiro momento, interessa averiguar quais as tipologias de espaços públicos com maior ocorrência, assim como a respectiva localização e função. Deste modo, apresenta-se de seguida a análise relativa a estes aspectos.

A Figura 5 ilustra o tipo de espaço público que contem em si elementos de estatúria. Pela sua observação é possível constatar que a maioria dos espaços públicos onde se encontram implantados monumentos de estatúria são largos, seguidos de jardins, rotundas e praças, respectivamente.

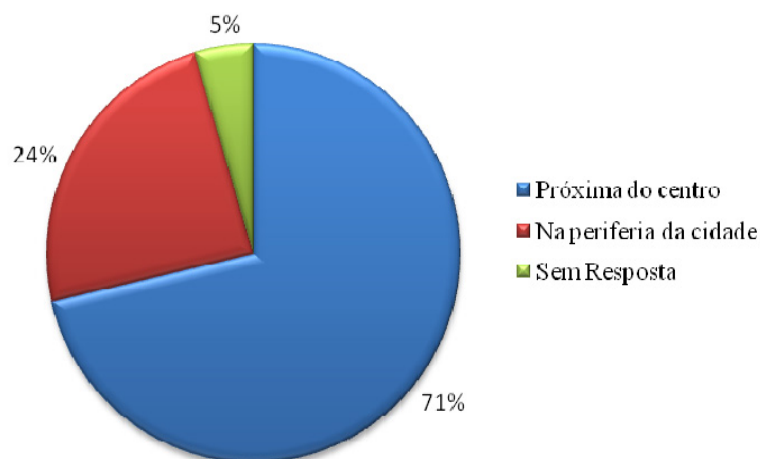
Figura 5 – Tipologia de espaços públicos com elementos de estatuária



Fonte: Elaboração própria, 2008

No que respeita à área da cidade, e tendo por base a Figura 6, constata-se que a esmagadora maioria dos espaços públicos, localiza-se próxima do centro da cidade.

Figura 6 – Localização dos espaços públicos com estatuária por área da cidade

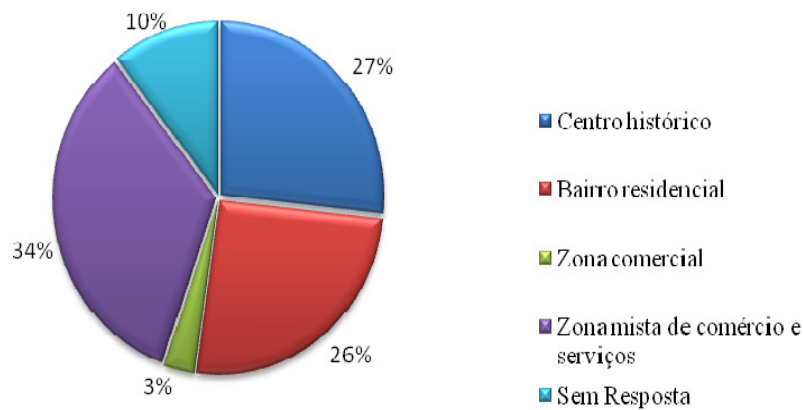


Fonte: Elaboração própria, 2008

Relativamente ao tipo de área urbana considerando os usos, é em zonas mistas de comércio e serviços, centros históricos e zonas comerciais, que os espaços públicos com estatuária são mais frequentes, como se pode avaliar na Figura 7. Contudo, através

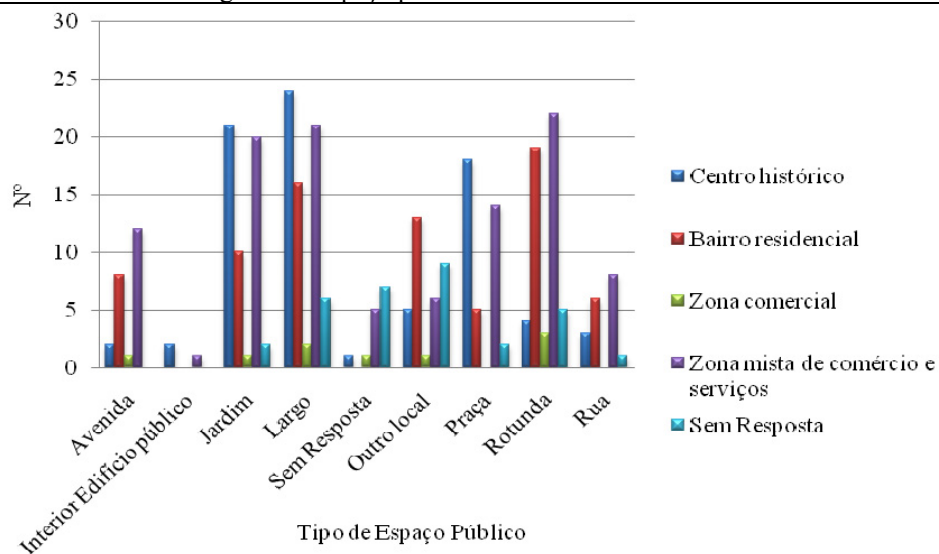
da Figura 8, é possível perceber que é nas proximidades do centro histórico que se localizam principalmente os largos, jardins e praças. Ao contrário, as avenidas, ruas e rotundas com estatuária, localizam-se mais frequentemente em zonas mistas de comércio e serviços.

Figura 7 – Tipologia da área urbana de ocorrência de estatuária



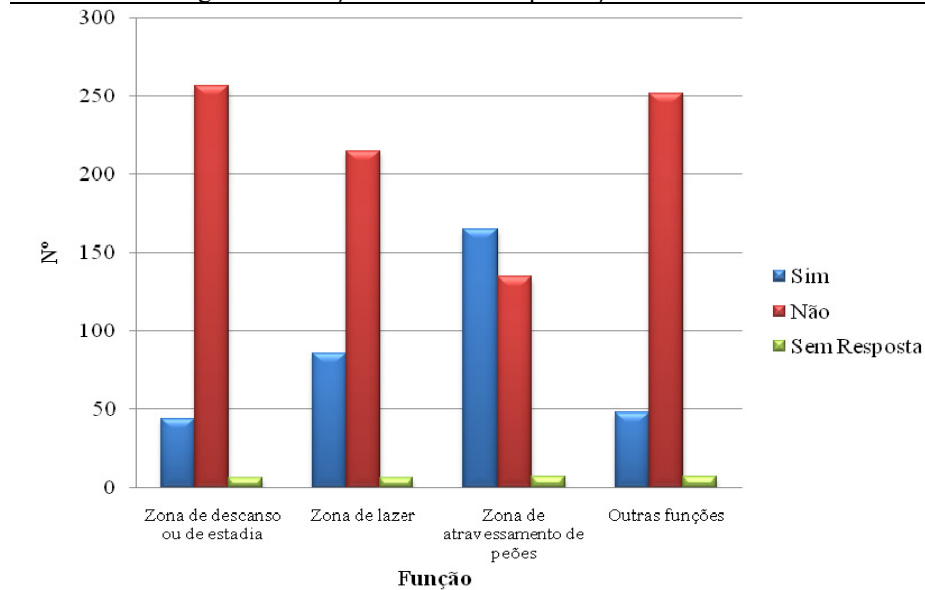
Fonte: Elaboração própria, 2008

Figura 8 – Espaço público vs Zonamento dos Usos



Fonte: Elaboração própria, 2008

Figura 9 – Função do local de implantação da statuária



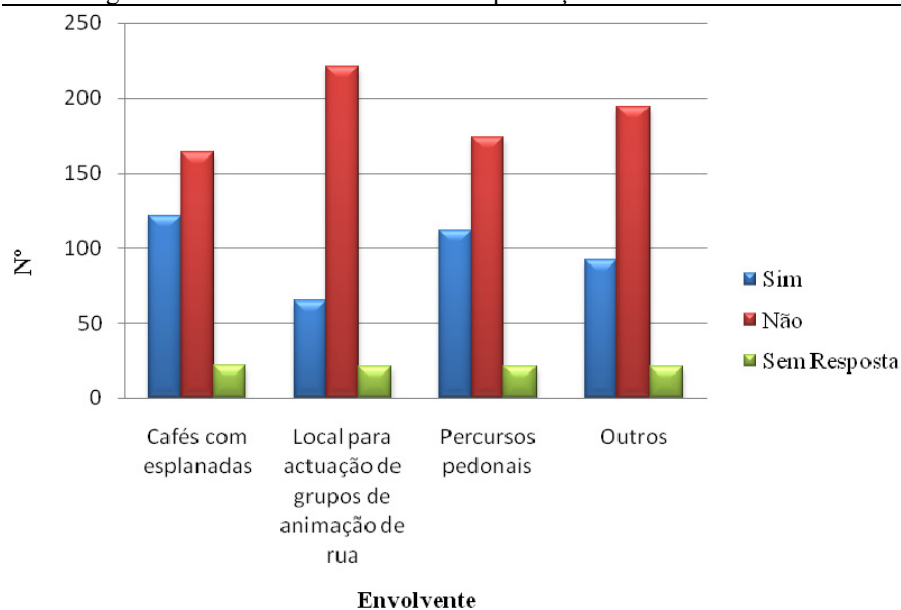
Fonte: Elaboração própria, 2008

Por último e no que respeita à função do local de implantação da statuária que pode ser de descanso/estadia, lazer, atravessamento de peões ou outros (Figura 9), verifica-se que os espaços públicos estudados raramente têm como principal função o descanso /estadia, lazer evidenciando-se assim o atravessamento de peões. A função de atravessamento de peões em número superior ao apresentado pelo conjunto das funções de descanso/estadia e lazer aparece como predominante.

3.2.2. Envolvente do local e acessibilidades

Em relação à envolvente dos espaços públicos, pode perceber-se que os dados recolhidos neste inquérito são muito homogéneos (Figura 10), obtendo-se uma distribuição muito idêntica para as hipóteses apresentadas, não havendo por isso um tipo de envolvente que se destaque significativamente das demais analisadas.

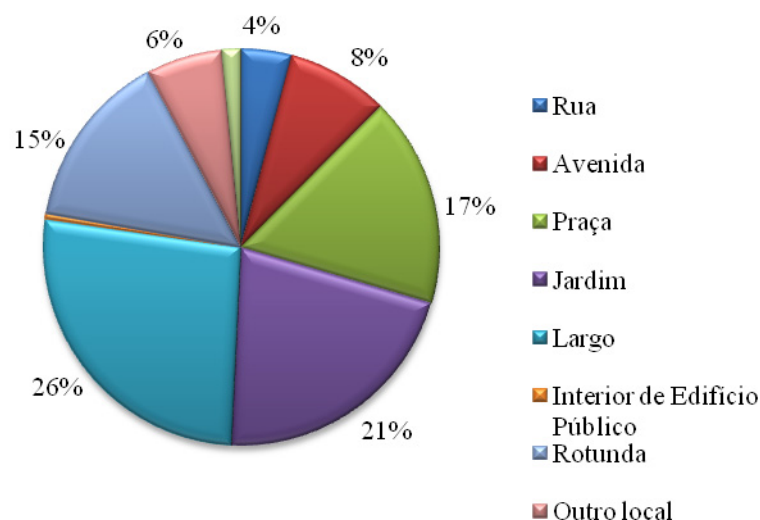
Figura 10 – Envolvente do local de implantação da estatuária



Fonte: Elaboração própria, 2008

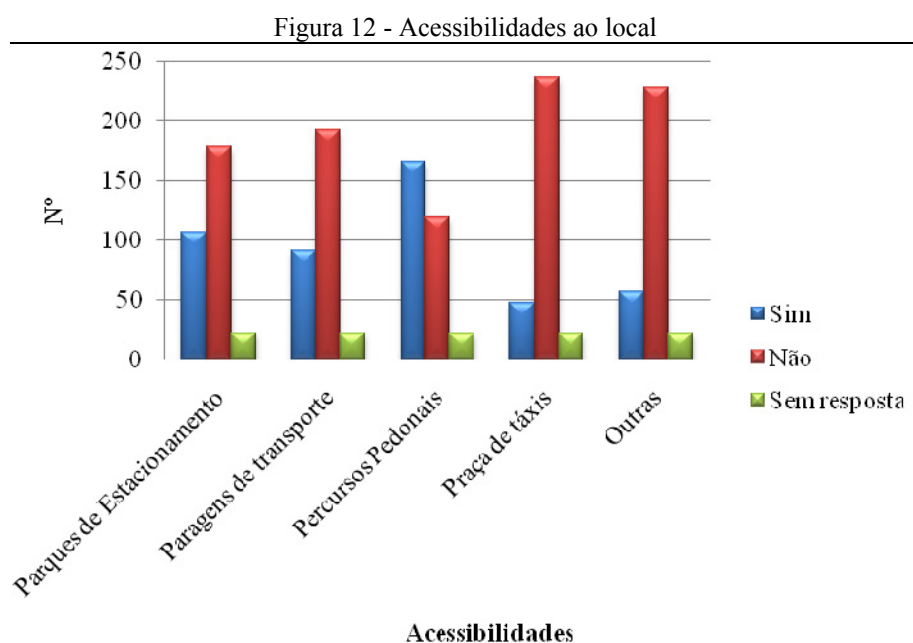
Ainda, em relação à envolvente do local da implantação da estatuária, pode afirmar-se, através da observação da Figura 11, que todos os espaços públicos estão ligados a outras áreas de lazer por um sistema de percursos pedonais, centros comerciais, fecho de rua, entre outros, destacando-se neste caso, os largos, jardins e praças.

Figura 11 – Espaço público e Elementos de ligação a áreas de lazer



Fonte: Elaboração própria, 2008

No que diz respeito à acessibilidade (Figura 12), é possível perceber que os percursos pedonais, parques de estacionamento, paragens de transporte e paragens de transporte são as principais acessibilidades aos espaços públicos. Elaborou-se ainda um Quadro I através do qual é possível averiguar qual a (s) acessibilidade (s) mais comuns a cada tipo de espaço público.



Fonte: Elaboração própria, 2008

Quadro 1 – Espaços públicos vs Acessibilidades

| | | Acessibilidades | | | | |
|------------------------|---------------------------|---------------------------|-------------------------|-----------------------|----------------|--------|
| | | Parques Estacionamento | Paragens transportes | Percursos Pedonais | Praça táxis | Outros |
| Tipo de Espaço público | Avenida | 10 | 8 | 16 | 3 | 3 |
| | Interior Edifício Público | 3 | - | - | - | - |
| | Jardim | 23 | 15 | 31 | 9 | 4 |
| | Largo | 22 | 21 | 40 | 9 | 13 |
| | NR | 3 | 3 | 5 | 3 | - |
| | Outro local | 14 | 8 | 12 | 4 | 13 |
| | Praça | 15 | 11 | 28 | 10 | 9 |
| | Rotunda | 9 | 18 | 25 | 5 | 12 |
| | Rua | 8 | 8 | 9 | 5 | 3 |

Fonte: Elaboração própria, 2008

Constata-se, assim, que os percursos pedonais satisfazem a maior parte dos espaços públicos, onde se inserem avenidas, praças, jardins, largos e rotundas. Já os parques de estacionamento são a acessibilidade mais comum para o interior de um edifício público e outros locais não discriminados.

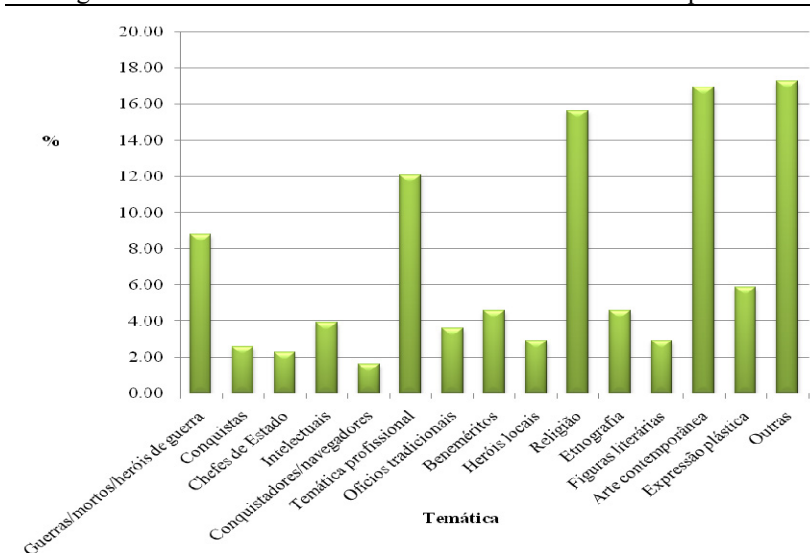
3.2.3. Elementos de statuária e sua inserção em espaço público

Para além de questões relacionadas com o urbanismo dos espaços públicos, foram também formuladas questões no sentido de perceber a statuária em espaço público.

Desta forma, começou por averiguar-se quais as temáticas mais comuns à statuária em espaço público, tal como se pode verificar, na Figura 13, tendo-se detectado catorze temáticas distintivas e uma genérica.

Assim, as temáticas, distintivas como arte contemporânea, religião, temática profissional e guerras/mortos/heróis de guerra, são as mais comuns aos elementos de statuária em espaço público.

Figura 13 – Temáticas do levantamento de statuária do Inquérito I

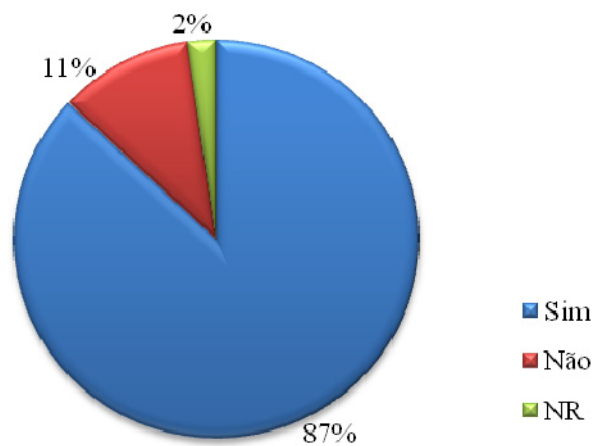


Fonte: Elaboração própria, 2008

Para além das temáticas, foram também averiguadas questões relativas à escala da estátua e, ainda, questões relacionadas com a existência de informação e iluminação das mesmas.

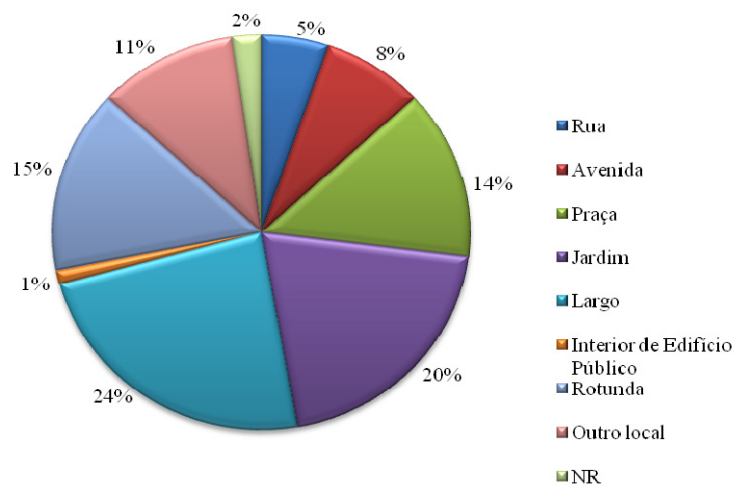
No que respeita à escala da estátua, a esmagadora maioria dos espaços públicos apresenta estátuas que estão à escala do meio envolvente, sendo nos largos, praças e jardins, que este aspecto mais se verifica (Figuras 14 e 15).

Figura 14 – Escala da estátua no meio envolvente



Fonte: Elaboração própria, 2008

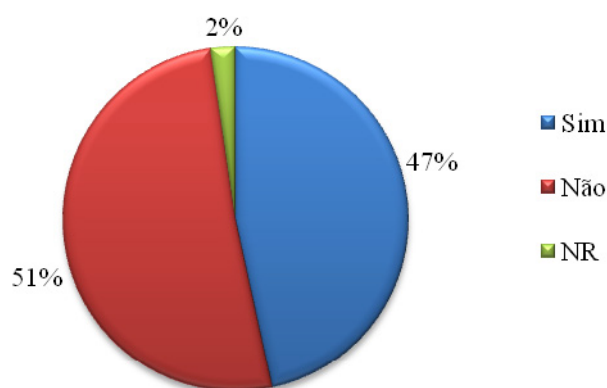
Figura 15 – Escala adequada de estátuas e meio envolvente – discriminação por espaço público



Fonte: Elaboração própria, 2008

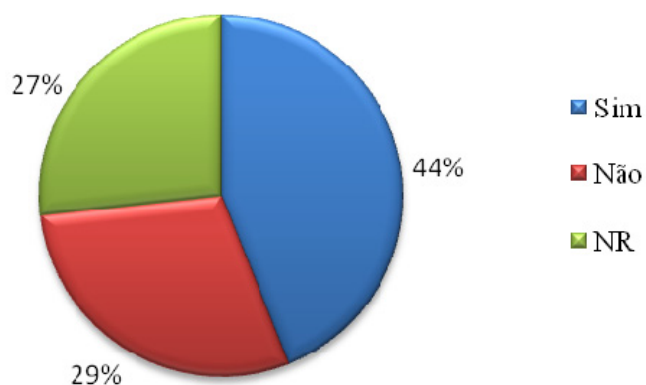
Relativamente à informação sobre as estátuas que se situam nos espaços públicos em questão, constata-se que a maioria desta informação não é visível (Figura 16). Por sua vez, dos espaços públicos que apresentam informação claramente visível sobre a estátua, 44% apresentam-na em materiais perenes, como se representa na Figura 17.

Figura 16 – Informação visível sobre estatuária



Fonte: Elaboração própria, 2008

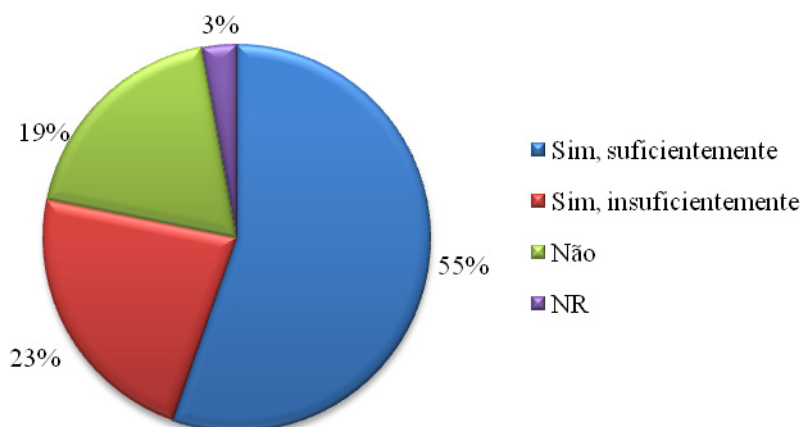
Figura 17 – Informação em materiais perenes



Fonte: Elaboração própria, 2008

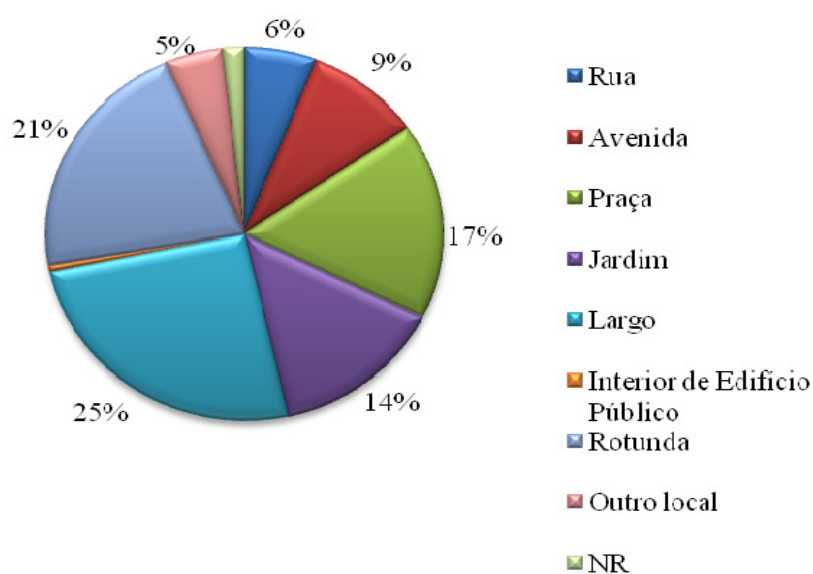
No que respeita à iluminação do local depois de escurecer, verifica-se que 55% dos espaços públicos estão suficientemente iluminados, predominantemente as praças, largos e rotundas (Figuras 18 e 19).

Figura 18 – Iluminação depois de escurecer



Fonte: Elaboração própria, 2008

Figura 19 - Espaços públicos com iluminação suficiente depois de escurecer



Fonte: Elaboração própria, 2008

3.3. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A aplicação do Inquérito I teve como principal objectivo o levantamento da informação considerada pertinente para a análise urbanística da generalidade dos espaços públicos portugueses. Deste modo, procurou-se indagar alguns aspectos relacionados designadamente com a tipologia, localização e função do espaço público; envolvente do local e acessibilidades; elementos de statuária e sua inserção em espaço público.

Constatou-se que as peças de statuária são mais comuns em espaços públicos como largos, jardins e rotundas. Relativamente a este facto, visto que as rotundas têm como função predominante a circulação de tráfego, é importante referir que esta não se afigura a melhor localização para uma estátua. Isto justifica-se pelo facto das rotundas, de uma forma geral, não serem acessíveis ao público, pelo que a estátua aparece apenas como um elemento decorativo, não havendo lugar a interacção entre as pessoas e a estátua. Assim, este aspecto aparece como um aspecto negativo no conjunto do espaço urbano português, uma vez que se espera que os espaços públicos, nomeadamente os que possuem statuária, estejam próximos dos cidadãos, para proporcionar a vivência em espaço público e usufruir da estátua. Ora, isto é mais fácil de acontecer nos demais espaços públicos, que não na rotunda.

Como foi averiguado, a principal função dos espaços públicos em análise, reporta-se ao atravessamento de peões. Ora, esta não é a principal função que se espera para um espaço público com elementos de statuária, uma vez que esta função não propicia o desenvolvimento de actividades sociais, assim como não permite uma interacção forte entre as pessoas, o espaço público e a estátua. Um espaço público com esta função não permite a mesma vivência que um outro, que tenha como funções, por exemplo, o descanso ou o lazer.

No que respeita à envolvente destes locais, os cafés com esplanada, os locais para animação de grupos de rua e os percursos pedonais, entre outros, surgem de um modo equilibrado, o que contribui positivamente para a vivência dos espaços públicos em questão e para os fluxos pedonais terem uma dimensão significativa no contexto em que ocorrem.

Relativamente à área da cidade, os espaços públicos predominam em zonas próximas do centro, nomeadamente centro histórico, bairros comerciais e zonas mistas

de comércio e serviços. Por sua vez, as praças, jardins e largos localizam-se na proximidade do centro histórico das cidades, enquanto que as ruas, avenidas e rotundas com statuária se localizam em zonas mistas de comércio e serviços. Através destes dados, foi possível averiguar que a ligação dos espaços públicos a outras áreas de lazer se verifica na maioria dos espaços públicos, sendo este aspecto mais evidente em praças, jardins e largos.

No que diz respeito à statuária, que foi o elemento seleccionado para análise, foram listadas algumas problemáticas de interacção da statuária com a envolvente, no sentido de perceber a sua inserção no espaço público.

Assim, é importante perceber se a estátua está à escala do meio envolvente, tendo-se verificado que isto acontece na esmagadora maioria dos casos, principalmente em jardins, largos e praças.

Quanto à informação relativa às estátuas, esta é muitas vezes inexistente, embora nos casos em que existe, a mesma se apresente maioritariamente em materiais perenes.

Outra das questões relacionadas com a statuária, diz respeito à sua iluminação depois de escurecer. Aqui, a importância da iluminação reflecte-se quer na projecção da estátua quer num espaço público mais seguro. Foi então possível averiguar que as estátuas aparecem suficientemente iluminadas principalmente em praças, largos e jardins.

Relativamente à statuária verifica-se, que, na generalidade, a mesma se apresenta bem inserida no espaço público, com escala e iluminação adequadas. Porém, de referir um aspecto que assume grande importância aquando da implantação da estátua em espaço público e que se relaciona com a existência de informação visível.

Estes aspectos revelam uma exposição conseguida da estátua e do espaço público, assim como a iluminação, contribui para espaços públicos mais seguros. Como se constatou, a linha de separação entre estátuas com e sem identificação é muito ténue, podendo isto contribuir para uma distanciação entre os frequentadores do espaço público e a estátua, uma vez que estes não identificam a mesma e como tal não se apropriam da história ou ocorrência que a estátua pretende transmitir.

Por último, a questão da acessibilidade aos espaços públicos, que como já foi dito, é dos aspectos mais importantes sob o ponto de vista urbanístico. Assim, nos espaços públicos analisados verifica-se, a partir dos inquéritos realizados, que os percursos pedonais são a principal acessibilidade das avenidas, praças, largos e, até mesmo, de rotundas. Porém, de referir que se registou aqui alguma incongruência nas

respostas dos inquéritos, relativamente à principal acessibilidade apontada para as rotundas, uma vez que não serão certamente os percursos pedonais, deixando-se aqui uma ressalva quanto a este facto.

Posto isto, e para concluir, a fotografia dos espaços públicos portugueses permite verificar, que, em termos gerais, estes cumprem positivamente os aspectos que foram colocados sob análise. Os vários espaços públicos com statuária, predominantemente os jardins, largos e praças encontram-se em áreas importantes das cidades, como o centro histórico, certamente frequentados pelos habitantes, visitantes e turistas e cujos espaços envolventes são propícios à vivência das pessoas em sociedade. Desta forma, pode prever-se que estes espaços estão ao serviço do público, fazendo jus ao verdadeiro significado do termo “espaço público”. No entanto, há a lamentar dois aspectos que se afiguram muito importantes no contexto urbano: i) rotunda como um dos principais espaços públicos; ii) atravessamento de peões como principal função dos espaços públicos. Daqui depreende-se que serão muitos deles, apenas locais de passagem, pelo que não satisfazem funções vitais, como descanso ou estadia, não proporcionando assim a desejada vivência em espaço público. Daqui decorre pouca ou mesmo nenhuma interacção entre os utilizadores do espaço público e os elementos de statuária, principalmente quando localizados em rotundas, e/ou quando surgem mal iluminados.

CAPÍTULO 4 – ESTUDOS DE CASO

4.1. INTRODUÇÃO

Neste capítulo apresenta-se um conjunto de sete estudos de caso que se constituem em objecto de estudo pormenorizado, no âmbito desta dissertação, correspondendo às tipologias mais importantes, a saber: largos, rotundas e praças.

Uma vez que, como já foi visto no capítulo anterior, a estatuária é mais comum em espaços públicos como largos, rotundas e praças, foram seleccionados três exemplares relativos aos largos e dois relativos a cada um dos restantes espaços públicos, sendo que geograficamente estes se situam nas cidades de Guimarães, Lisboa e Porto. Deste modo, as duas praças estudadas, a Praça D. Pedro IV e a Praça da Liberdade, pertencem às cidades de Lisboa e Porto, respectivamente. No que respeita às rotundas, foram estudadas a Rotunda da Boavista e a Rotunda de Entrecampos, localizadas no Porto e em Lisboa, respectivamente. Por último, os largos seleccionados referem-se aos Largos Condessa Mumadona, João Franco e Toural, todos eles localizados em Guimarães.

Importa esclarecer, que estes espaços públicos são todos eles, locais emblemáticos das cidades onde se localizam, motivo pelo qual foram seleccionados como objecto de estudo. De notar aqui uma curiosidade, que se relaciona com o facto de as estátuas terem uma temática histórica, ressaltando-se que as das rotundas e praças apontam para uma mesma temática específica, as guerras peninsulares. No que diz respeito aos largos, a sua escolha prendeu-se com o facto de estes espaços públicos serem locais emblemáticos da cidade de Guimarães.

Relativamente às praças escolhidas, estas situam-se em locais característicos das cidades de Lisboa e Porto, como o são a Praça do Rossio e a Avenida dos Aliados, respectivamente. Também a Rotunda da Boavista e Rotunda de Entrecampos se localizam em locais fortemente caracterizados pelo intenso tráfego automóvel.

Para o levantamento da informação relevante afecta a cada um destes espaços públicos, elaborou-se, no âmbito do Projecto POCI/HEC/59348/2004, os Inquéritos I e II (ver Anexos), cujo preenchimento foi realizado *in situ*. O preenchimento destes inquéritos permitiu o estudo dos seguintes aspectos: desenho urbano; tipologia da área urbana e principal função; caracterização da envolvente; acessibilidades; visibilidade da

estátua e existência de informação interpretativa; condições físicas e climáticas do local; interacção entre pessoas e estátua.

Convém aqui referir que os espaços públicos estudados não se inserem no vasto leque de espaços públicos caracterizados através do preenchimento do Inquérito I. Assim, os resultados apresentados no Capítulo 3, não contemplam os espaços públicos que constituem o estudo de caso desta dissertação.

4.2. LARGO CONDESSA MUMADONA

4.2.1. Evolução do Espaço

A génese do Largo Condessa Mumadona está intimamente ligada à construção do edifício dos Novos Paços do Concelho. Porém, e devido à grande polémica em torno desta construção, António Faria Martins, na sua qualidade de Vereador, propôs à Câmara Municipal que fosse abandonada a construção do edifício em questão e que a praça que resultaria da demolição fosse ajardinada e decorada com uma estátua a Mumadona, de quem tomaria o nome, em homenagem à fundadora do velho burgo vimaranense. Em finais de 1951, escassos meses após a apresentação da proposta, o referido vereador reafirma a sua posição ao apresentar um projecto do que viria a ser a "Praça de Mumadona", que, segundo ele, iria dar maior imponência aos Paços dos Duques de Bragança. Assim, foi decidido que a parte já construída fosse demolida (Figura 20) e em seu lugar se erguesse a estátua a Mumadona, da autoria do escultor Álvaro Brée, oferecida à cidade de Guimarães pelo Presidente do Concelho de Ministros, Dr. Oliveira Salazar (Costa, 2005).

Mais recentemente, o Largo foi alvo de uma mudança profunda, da autoria do Arquitecto Siza Vieira, contemplando a construção do parque de estacionamento subterrâneo da Mumadona que alterou o aspecto e a funcionalidade associada àquela zona da cidade. Assim, a circulação automóvel deixou de ser efectuada com o recurso à placa central, e o sentido de tráfego de algumas ruas afluentes foi limitado a um sentido.

Figura 20 – Edifício dos Novos Paços do Concelho em fase de demolição



Fonte: Guimarães (1985) in <http://www.csarmento.uminho.pt>, 2008

4.2.2. Desenho urbano

Em matéria de desenho urbano, o Largo Condessa Mumadona, apresenta um formato rectangular com as dimensões aproximadas de 90 m x 70 m merecendo destaque a afluência de sete vias de circulação de tráfego (Figura 21). De notar, o carácter especial desta praça que advém das suas dimensões físicas que são significativas no contexto de uma cidade de média dimensão como é Guimarães e pelo elevado número de vias que confluem à praça.

Figura 21 – Vista aérea do Largo Condessa Mumadona



Fonte: <http://maps.live.com>, 2008

4.2.3. Tipologia da área urbana e principal função

O Largo Condessa Mumadona localiza-se no centro da cidade de Guimarães, sendo esta uma zona de serviços (Câmara Municipal de Guimarães e Tribunal) que evidencia também um carácter habitacional devido à presença de um número significativo de moradias unifamiliares (Figura 22).

No que respeita às principais funções, este largo destina-se, essencialmente, à circulação de tráfego e ao atravessamento de peões com ampla possibilidade de contemplação da estátua.

Atente-se ainda que o Largo Condessa Mumadona insere-se no percurso dos visitantes para o Castelo e Colina Sagrada, apresentando-se pouco convidativo à estadia, quer pela falta de sombras, quer pelo impacto significativo do tráfego rodoviário.

Figura 22 – Largo Condessa Mumadona



Fonte: Elaboração própria, 2006

4.2.4. Caracterização da envolvente

Da envolvente, destacam-se com maior evidência o Tribunal, construção típica do período “Estado Novo” (Figura 23) que ladeia um dos lados do largo, a Câmara Municipal de Guimarães e, ainda, o Paço dos Duques de Bragança (Figura 24), o qual pode ser avistado do local onde se encontra a estátua. Destaca-se a entrada do Tribunal

que é ornada com dois exemplares de estátuas, a alusão à Justiça e Fama, sendo este o único edifício com entrada directa a partir desta Praça. A Câmara Municipal de Guimarães e o Paço dos Duques de Bragança não têm entradas a partir desta Praça pelo que se trata de uma situação peculiar de uma Praça confrontada por muros de propriedade. A envolvente é ainda constituída por um conjunto considerável de edifícios habitacionais.

Figura 23 – Tribunal de Guimarães – Fachada Principal



Fonte: Elaboração própria, 2008

Figura 24 – Paço dos Duques de Bragança



Fonte: Elaboração própria, 2008

4.2.5. Acessibilidades

As principais acessibilidades a este local reportam-se a percursos pedonais, parques de estacionamento (superfície e subterrâneo) e paragens de autocarro (Figuras 25 e 26). De notar, que o estacionamento subterrâneo não está a ser efectivamente utilizado. No que respeita aos percursos pedonais (Figura 27) salienta-se o facto de estes proporcionarem a ligação do largo em estudo, ao Centro Histórico da cidade e à Colina Sagrada onde se situa o Castelo, o Paço dos Duques de Bragança e a Igreja de São Miguel.

Figura 25 – Entrada parque de estacionamento subterrâneo
- Largo Condessa Mumadona



Fonte: Elaboração própria, 2008

Figura 26 – Paragens de autocarro – Largo Condessa Mumadona



Fonte: Elaboração própria, 2008

Figura 27 – Percurso Pedonal do Largo para o Centro Histórico

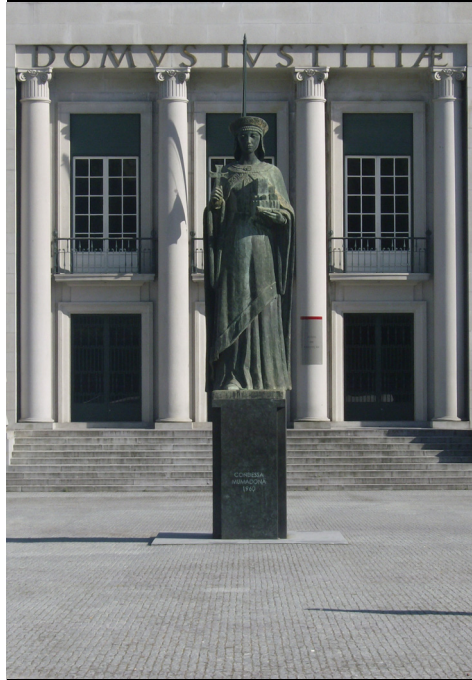


Fonte: Elaboração própria, 2008

4.2.6. Visibilidade da estátua e existência de informação interpretativa

A “Condessa Mumadona” (Figura 28) encontra-se posicionada na frente da fachada principal do edifício do Tribunal, em posição central, num pedestal, apresentando-se à escala do meio envolvente com dimensões superiores a 3 metros e inferiores a 5 metros. Encontra-se devidamente identificada (em materiais perenes), mas não existe iluminação directa do elemento e a da envolvente revela-se insuficiente (Figura 29). O largo é preenchido por um conjunto de bancos que têm em consideração o posicionamento da estátua, permitindo não só a contemplação da mesma bem como proporcionam possíveis momentos de descanso dos transeuntes.

Figura 28 – Estátua Condessa Mumadona



Fonte: Elaboração própria, 2008

Figura 29 – Estátua Condessa Mumadona



Fonte: Elaboração própria, 2008

4.2.7. Condições físicas e climáticas do local

Relativamente às condições físicas, a área do largo, facilmente acessível, permite a prática de algumas actividades de descanso e/ou estadia, as quais poderão ser comprometidas dado o impacto causado pelo tráfego automóvel. No que respeita ao mobiliário urbano, os candeeiros e bancos dispersos no Largo perfazem o conjunto (Figura 30).

Em termos de condições climáticas, a praça apresenta uma boa exposição solar, que contudo em dias de maior calor pode não fomentar o uso do local, uma vez que não

existe qualquer tipo de vegetação na área do largo. A vegetação existente situa-se no nível inferior ao do Largo, onde se localiza o estacionamento automóvel, sendo a mesma apenas visível para quem se encontra no recinto do Largo (Figura 31). Por outro lado, o edifício do Tribunal com uma cêrcea elevada, e as Muralhas que rodeiam o Largo protegem o mesmo da exposição incómoda dos ventos.

Figura 30 – Mobiliário urbano no Largo Condessa Mumadona



Fonte: Elaboração própria, 2008

Figura 31 – Vegetação existente no nível inferior ao Largo



Fonte: Elaboração própria, 2008

4.2.8. Interacção entre pessoas e estátua

A interacção entre pessoas e estátua pode ser tanto visual como física. Assim, os bancos que preenchem a praça e que tem em conta a existência da estátua podem ser uma mais-valia para a contemplação/observação da mesma por parte das pessoas. Por outro lado, uma vez que a estátua é perfeitamente acessível, esta observação pode ser efectuada bem de perto, sendo mesmo possível o contacto físico, como por exemplo tocar.

4.2.9. Vivências no espaço público

O Largo é frequentado principalmente por residentes, trabalhadores e utentes do Tribunal. É ainda frequentado por turistas, não tanto pela relevância ou atracção do Largo em si, mas dada a proximidade ao Paço dos Duques e à Colina Sagrada, que é local de visita obrigatória para quem visita a cidade. Assim, a vivência deste espaço público resume-se praticamente a um local de passagem e não um local para a prática de actividades lúdicas ou para descanso.

4.3. LARGO JOÃO FRANCO

4.3.1. Evolução do Espaço

O actual Largo João Franco, outrora designado por Largo da Misericórdia, data de finais do século XVII e inícios do XVIII, tendo a sua construção acompanhado a construção de algumas igrejas, conventos, palácios e casas nobres do Centro Histórico do Guimarães. Porém, a sua estrutura não sofreu mudanças significativas até aos dias de hoje. A toponímia do local deve-se a João Ferreira Franco Pinto Castelo Branco, advogado, estadista e deputado português que defendeu os interesses de Guimarães. Assim, em pleno Estado Novo (1934), a título póstumo, o desempenho de João Franco foi assinalado com um monumento da autoria do Arquitecto José Marques da Silva.

No fim da década de 80, Fernando Távora termina a sua assessoria ao GTL, passando a colaborar como projectista responsável pela renovação de alguns espaços urbanos de Guimarães, entre eles o Largo João Franco, terminando essas intervenções

entre 1994 e 1995. Desta intervenção destaca-se a preocupação demonstrada pelo Arquitecto Távora em não alterar o desenho geométrico do pavimento do Largo, preservando assim os losangos característicos e seu desenho.

Mais recentemente, em 24 de Junho de 2001, foi inserido no Largo João Franco o polémico Monumento a D. Afonso Henriques, da autoria de João Cutileiro.

4.3.2. Desenho urbano

O Largo João Franco apresenta-se como uma praça com formato rectangular, com aproximadamente 20m x 80m (relação de 1/4), desenvolvendo-se na perpendicular à Igreja da Misericórdia (Figura 32). Observando a Figura 32 facilmente se constata que a praça surge como que um “corredor” dado que o comprimento é muito maior que a largura.

Figura 32 – Vista aérea do Largo João Franco



Fonte: <http://maps.live.com>, 2008

4.3.3. Tipologia da área urbana e principal função

O Largo João Franco localiza-se no centro da cidade, numa zona mista de comércio e serviços, inserida no centro histórico.

Trata-se apenas de um local de atravessamento de peões e de estacionamento automóvel, frequentado por moradores e turistas. Verifica-se no local a presença de estabelecimentos de restauração, serviços bancários, e de edifícios com especial interesse, como o são a Igreja da Misericórdia e o Tribunal da Relação de Guimarães.

4.3.4. Caracterização da envolvente

As construções localizadas na envolvente dispõem de uma cêrcea máxima equivalente a R/C+2, tendo algumas delas sido objecto de obras de reabilitação urbana, como é o caso do Tribunal da Relação (Figura 33). Destaca-se ainda a presença do edifício renascentista da Igreja da Misericórdia (Figura 34), a Santa Casa da Misericórdia, a Capela dos Passos da Paixão de Cristo, um edifício de uma instituição bancária e ainda o Monumento a João Franco (Figura 35).

Figura 33 – Tribunal da Relação de Guimarães



Fonte: Elaboração própria, 2008

Figura 34 – Igreja da Misericórdia



Fonte: Elaboração própria, 2008

Figura 35 – Igreja Monumento a João Franco



Fonte: Elaboração própria, 2008

4.3.5. Acessibilidades

A acessibilidade ao monumento por via automóvel apenas pode ser efectuada por um acesso, sendo este de sentido único e com largura de arruamento aproximada de 2,5m (condição recorrente em todo o centro histórico). Existe no local algum espaço para estacionamento disciplinado (Figura 36), em pequena parte exclusivo do Tribunal da Relação. As funções de restauração e bares do Centro Histórico de Guimarães,

implicam que este largo é insuficiente para dar resposta à procura de estacionamento. De notar ainda a ausência de paragens para transportes públicos e praça de táxis.

Já no que diz respeito ao acesso pela via pedonal (Figura 37) esta é bastante mais simples, e talvez a melhor forma de se poder alcançar o monumento. O local está dotado de passeios largos e encontra-se ligado aos principais espaços da cidade, como é o caso da “Praça de Santiago” e a “Praça da Oliveira” (consequentemente ao Museu de Arte Primitiva Moderna e ao Museu Alberto Sampaio).

Figura 36 – Estacionamento à superfície no Largo João Franco



Fonte: Elaboração própria, 2008

Figura 37 – Percurso Pedonal no Largo João Franco



Fonte: Elaboração própria, 2008

4.3.6. Visibilidade da estátua e existência de informação interpretativa

O “Monumento a D. Afonso Henriques” da autoria de João Cutileiro (Figura 38) encontra-se à escala do meio envolvente com dimensões superiores a 3 e inferiores a 5 metros. No entanto, e atendendo aos 80 metros de comprimento que caracterizam o Largo, as dimensões da estátua mostram-se insuficientes para a projecção da mesma.

Também a posição do monumento compromete significativamente a sua visibilidade, uma vez que este não ocupa uma posição de destaque no conjunto do largo. Assim, a fraca visibilidade e projecção do monumento reside nesta dualidade dimensão/composição.

Por sua vez, o monumento não se encontra identificado, e não estando iluminado de forma directa usufrui da iluminação dos edificios envolventes (Figura 39).

Figura 38 – Monumento a D. Afonso Henriques



Fonte: Elaboração própria, 2008

Figura 39 – Iluminação do Monumento a D. Afonso Henriques



Fonte: <http://www.cm-guimaraes.pt>

4.3.7. Condições físicas e climáticas do local

No local encontram-se duas fontes, espaçadas e delimitadas por correntes com pilaretes, operando assim como placa central (Figura 40). No entanto, embora acessível, a placa central não é convidativa para a prática de actividades de descanso ou estadia, quer pelo impacto do tráfego automóvel, quer pela ausência de equipamento urbano.

O mobiliário urbano que existe no local resume-se aos candeeiros de rua, não havendo qualquer banco, pelo que é comum ver as pessoas sentadas nas escadas da igreja ou nas escadas no sopé da estátua.

No que respeita às condições climáticas, não existe vegetação no local, à excepção de uns canteiros ali colocados a delimitar o espaço onde se encontra a estátua (Figura 41). Contudo, e uma vez que os edifícios que rodeiam o largo possuem uma cêrcea elevada, face à largura do mesmo, estes conferem ao largo algum ensombramento e protecção contra ventos.

Figura 40 – Placa central do Largo João Franco



Fonte: Elaboração própria, 2008

Figura 41 – Vegetação existente no Largo João Franco



Fonte: Elaboração própria, 2008

4.3.8. Interacção entre pessoas e estátua

Apesar de a estátua ser perfeitamente visível e alcançável fisicamente, sendo possível tocá-la e contemplá-la de perto, não se verifica no local uma grande interacção entre as pessoas e a estátua. Isto talvez se fique a dever ao facto da estátua estar localizada num espaço de passagem e que não reúne condições para proporcionar a permanência por parte das pessoas.

4.3.9. Vivências no espaço público

Os frequentadores do Largo João Franco são principalmente residentes, trabalhadores, consumidores e turistas. Porém, este Largo está mais vocacionado para a circulação dos transeuntes, bem como para o estacionamento e circulação automóvel, pelo que qualquer outro tipo de vivência neste espaço torna-se difícil.

4.4. LARGO DO TOURAL

4.4.1. Evolução do Espaço

O Largo do Toural, onde em meados do século XVIII teve lugar uma primeira tentativa de renovação, barroca ainda no espírito, era em 1758, como informam as Memórias Paroquiais «... o campo ou terreiro do Toural que é o de melhor vista e praça desta vila onde está um chafariz do povo de vistosa grandeza cercado de assentos para recreação do povo...». O início da construção, em 1721, da Casa do Toural, a destruição das antigas alpendradas e a construção da Igreja de S. Pedro, em 1735, transformaram o Largo do Toural, caracterizando-se este como praça barroca, axialmente hierarquizada pelo templo que era ladeado por várias casas-nobres. Incompleta, a praça só seria resolvida posteriormente, em finais do século XVIII, com a construção da designada «frente pombalina» do Toural.

Entre 1721 e 1793, assistiu-se, em Guimarães a uma verdadeira revolução urbana, levada a cabo por sucessivas vereações, e implementada pela Comissão de Melhoramentos presidida pelo Dr. Avelino da Silva Guimarães, criada em 1869 na sequência do Plano de 1863, e da qual faziam parte, entre outros, Francisco Martins Sarmento. A essa Comissão coube, para além da concretização de algumas das ideias do Professor Almeida Ribeiro, a criação dos primeiros espaços verdes públicos de Guimarães, no Toural e em S. Francisco, fenómeno oitocentista que se divulgou um pouco por todo o país, a partir do celebrado Passeio Público lisboeta, actual Avenida da Liberdade. A transformação do Toural implicou a demolição, em 1874, do chafariz quinhentista, mais tarde reconstruído na sua actual implantação frente ao Convento do Carmo. Por esta altura, inicia-se a construção do Jardim Público, rodeado por um gradeamento de ferro, que abre em 1878. Para este espaço é criado um mobiliário urbano enquadrado na nova arquitectura do ferro: coreto, mictório, bancos e candeeiros.

Porém, com a implantação da República, o Jardim Público é transferido para outro local, sendo então colocada no centro do Toural, a estátua de D. Afonso Henriques. No início de 1952, considerando a proximidade das comemorações do centenário da elevação de Guimarães a cidade, é deliberado colocar no centro do Toural uma fonte monumental. A Comissão de estética municipal estuda para o Largo do Toural um conjunto de projectos para ocupar o espaço onde tinha estado a Estátua de D. Afonso Henriques, trasladada para o Monte Latito, mais conhecido por Colina Sagrada. Em Julho de 1953, aquando das comemorações do Centenário da elevação de Guimarães a cidade, era inaugurada a "Fonte Monumental", projectada pelo artista vimaranense e Professor da Escola de Belas Artes do Porto, Arquitecto José António Sequeira Braga (ROCHA, 2005).

4.4.1. Desenho urbano

O Largo do Toural apresenta-se em termos de desenho urbano como uma praça rectangular com 90 m × 50 m (Figura 42).

Figura 42 – Largo do Toural



Fonte: <http://maps.live.com>, 2008

4.4.2. Tipologia da área urbana e principal função

O Largo do Toural constitui um dos largos mais importantes da cidade de Guimarães, e encontra-se localizado no coração da cidade de Guimarães, na proximidade do centro histórico (embora esteja no exterior do recinto muralhado da Cidade).

Verifica-se no local a presença de estabelecimentos de restauração, hotelaria, bancos, farmácias e lojas de comércio a retalho, sendo por isso uma zona mista de comércio e serviços.

Trata-se de um espaço para usufruto de moradores e turistas, proporcionando-lhes assim um local de descanso e lazer, com possibilidade de contemplação do monumento e de toda a arquitectura do espaço; é também um local de travessia de peões.

Visto tratar-se então de um local de passagem de peões, este é utilizado muitas vezes como ponto de reunião de pessoas e também de manifestações, sendo utilizado como local oratório e discursivo.

4.4.3. Caracterização da envolvente

As construções localizadas na envolvente dispõem de uma cêrcea máxima equivalente a R/C+3, tendo algumas delas sido objecto de obras de reabilitação urbana. A arquitectura local é fiel à existente no centro histórico de Guimarães, e data na sua maioria dos inícios do Século XIX. Da envolvente do Largo destaca-se ainda a presença de uma Igreja designada como a Igreja de S. Pedro (Figura 43).

Figura 43 – Igreja de S. Pedro



Fonte: Elaboração própria, 2008

4.4.4. Acessibilidades

Visto tratar-se de uma zona de comércio e serviços, como atrás foi referido, pode dizer-se que se trata de um local “privilegiado” no que diz respeito a infra-estruturas viárias. O lugar em questão usufrui de paragens de transportes públicos, praça de táxis e parques de estacionamento, estes últimos com alguns lugares dedicados para cargas/descargas e pessoas incapacitadas (Figuras 44 e 45).

Porém, apesar de se tratar de um largo, este faz a separação dos sentidos de tráfego, contendo em cada lado duas faixas de rodagem, estacionamento e passeio, o que perfaz assim uma largura aproximada de 10m em cada ala do largo, sendo este ainda “cortado”, no lado da menor dimensão, para permitir a inversão do sentido de marcha e acessos a outros arruamentos adjacentes a este.

Apesar do anteriormente exposto verifica-se que o estacionamento existente não se revela suficiente para suprir a procura; a adicionar a isto, há ainda um escoamento do tráfego muito complicado em horas de ponta, fins-de-semana e feriados.

No que respeita ao acesso pedonal não se verificam dificuldades na circulação dos peões, facilitada por passeios largos e passadeiras para peões. O local apresenta conexões fáceis com toda a baixa da cidade assim como ao centro histórico (Figura 46).

Figura 44 – Parque de estacionamento do Largo do Toural



Fonte: Elaboração própria, 2008

Figura 45 – Praça de Táxis no Largo do Toural



Fonte: Elaboração própria, 2008

Figura 46 – Passagens para peões – Largo do Toural



Fonte: Elaboração própria, 2008

4.4.5. Visibilidade da estátua e existência de informação interpretativa

Na zona central do largo encontra-se o monumento “Fonte Monumental – Mil Anos Gloriosos se Passaram – 1953” que se encontra à escala do meio envolvente com dimensões superiores a 3 e inferiores a 7 metros (Figura 47). Encontra-se devidamente identificada (em materiais perenes), revelando-se a iluminação directa do elemento adequada e suficiente (Figura 48). A localização dos bancos de jardim tem em consideração o posicionamento do monumento sendo possível a interacção com esta. Constitui-se no elemento focal principal, sobretudo na época natalícia, visto que é colocado sob a fonte um pinheiro alusivo à época, com altura aproximada da cércea da envolvente. Existem ainda na envolvente uma Igreja que poderá “desviar” a atenção da fonte, tal como a arquitectura da envolvente e a proximidade de outros monumentos/estátuas, como é o caso da estátua de D. Afonso Henriques no largo João Franco da autoria de João Cutileiro.

Figura 47 – Fonte Monumental – Mil Anos Gloriosos se Passaram-1953



Fonte: Elaboração própria, 2008

Figura 48 – Informação interpretativa na Fonte Monumental – Mil Anos Gloriosos se Passaram-1953



Fonte: Elaboração própria, 2008

4.4.6. Condições físicas e climáticas do local

Em termos de condições físicas, o largo é dotado de um conjunto de bancos de jardim, papeleiras e cabinas telefónicas e um espaço considerável para satisfazer as necessidades dos transeuntes (Figuras 49 e 50). No que respeita à exposição solar é de referir o facto do largo ser um local bastante soalheiro e, ao mesmo tempo, protegido

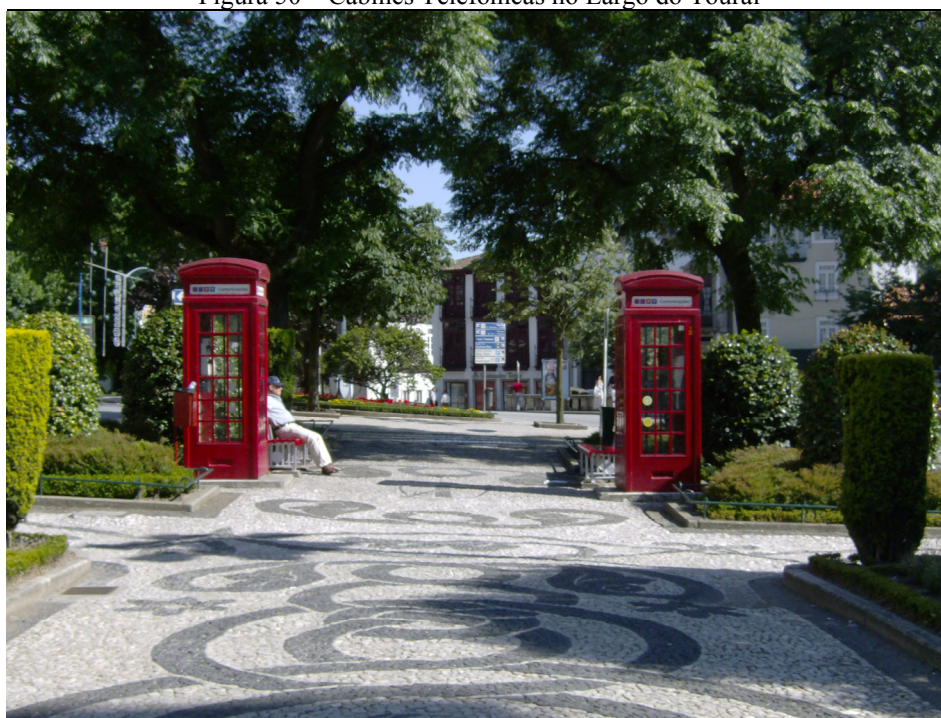
dos ventos pela cércea dos edifícios adjacentes. Relativamente à vegetação existente esta é constituída por árvores de pequeno/grande porte e canteiros.

Figura 49 – Bancos de jardim no Largo do Toural



Fonte: Elaboração própria, 2008

Figura 50 – Cabines Telefónicas no Largo do Toural



Fonte: Elaboração própria, 2008

4.4.7. Interacção entre pessoas e estátua

Relativamente à interacção entre pessoas e estátua é possível contemplar a estátua bem de perto, uma vez que o local é fisicamente alcançável. Esta contemplação também pode ser feita a partir dos bancos de jardim que se encontram dispersos na praça. No entanto, uma vez que a estátua se encontra localizada numa fonte é difícil o contacto físico. Assim, a interacção será neste caso uma interacção mais visual que física.

4.4.9. Vivências no espaço público

O Largo do Toural é frequentado principalmente por residentes, trabalhadores, consumidores e turistas, constituindo-se num local emblemático da cidade de Guimarães, e, por isso, de visita obrigatória para quem visita a cidade. É muitas vezes, palco de manifestações, mas é, também, um local onde é possível observar as pessoas a usufruir de momentos de descanso e/ou convívio, principalmente nos fins de tarde e fins-de-semana (Figura 51).

Figura 51 – Pessoas em momentos de descanso e/ou convívio



Fonte: Elaboração própria, 2008

4.5. PRAÇA D. PEDRO IV – LISBOA

4.5.1. Evolução do Espaço

A Praça D. Pedro IV, designada até ao século XIX por Praça do Rossio, tem constituído até aos dias de hoje, o centro nevralgico de Lisboa. A Praça D. Pedro IV, nasce com o terramoto de 1755, quando a irregular e rectangular praça desaparece, sendo destruídos também o Hospital de Todos os Santos (séc. XVII) e o Convento de S. Domingos (séc. XII), o palácio de Estaus (séc. XV). Após a tragédia, com a reconstrução pombalina erguem-se e os edifícios em paralelograma, com o cunho do arquitecto Carlos Mardel. No lugar do Palácio dos Estaus, onde esteve sediada a Inquisição, nasce o Teatro D. Maria II (SIMÕES, 2007). Esta Praça esteve, desde sempre, associada a grandes manifestações populares, como a da multidão que em 1372 se reuniu para impedir o casamento do Rei D. Fernando com Leonor Teles.

Foi também local de touradas, festivais, paradas militares e autos-de-fé durante a Inquisição. É ainda hoje palco de ocasionais comícios políticos e manifestações. Foi também o local da feira da ladra e do mercado quotidiano. Em meados do século XIX a praça foi calçetada a preto e branco, com padrões ondulantes.

De referir ainda, que viveram nesta zona, dois dos mais famosos escritores portugueses: Eça de Queirós e Bocage.

O Rossio tem ainda a mesma forma rectangular que apresentava na Idade Média, sendo três de seus lados constituídos por prédios dos séculos XVIII e XIX, que, de alguma forma, tentam conservar o traçado do Marquês de Pombal. A Praça do Rossio, está toda ela rodeada de edifícios históricos: de um lado, o Castelo de S. Jorge, do outro, as ruínas do Carmo, em frente o Teatro D. Maria II, e ainda, o palácio dos Condes de Almada ou da Restauração por aí se terem reunido os conjurados de 1640. Quatro épocas separadas por séculos.

No centro, ergue-se a estátua de D. Pedro IV, o primeiro imperador do Brasil independente, inaugurada a 29 de Abril de 1870, da autoria de Elias Robert. Na sua base, encontram-se quatro figuras femininas constituindo alegorias à Justiça, à Sabedoria, à Força e à Moderação, qualidades atribuídas a D. Pedro e d autoria de Gabriel Davidoud. Em 1889 foram acrescentadas duas fontes monumentais, uma de cada lado da coluna.

Mais recentemente, a Praça foi alvo de obras de requalificação que consistiram, essencialmente, na renovação de todos os sistemas de infra-estruturas de água, gás, electricidade, telecomunicações, pluviais, substituição de pavimentos e arranjos paisagísticos, desenvolvendo-se numa área caracterizada por uma intensa ocupação de redes de subsolo e pela necessidade de manter o trânsito e os acessos a lojas e edifícios da zona. Os passeios alargados, repuseram-lhe a vocação de praça de convívio e de encontro assim como a parte central, alargada e empedrada (Coelho, 2008).

4.5.2. Desenho urbano

No que diz respeito ao desenho urbano, a Praça D. Pedro IV apresenta um formato rectangular com as dimensões de 200 m x 90 m (Figura 52).

Figura 52 - Praça D. Pedro IV em Lisboa



Fonte: <http://maps.live.com>, 2008

4.5.3. Tipologia da área urbana e principal função

A Praça D. Pedro IV, mais conhecida por Praça do Rossio, localiza-se em pleno Centro Histórico da cidade de Lisboa. Esta praça situada na Baixa Pombalina, na proximidade do Chiado, insere-se numa zona mista de comércio e serviços, sendo frequentada por uma diversidade de pessoas, desde residentes, turistas, consumidores a

trabalhadores, e cujas funções são predominantemente as de descanso ou estadia e atravessamento de peões.

4.5.4. Caracterização da envolvente

Uma vez na praça, é fácil perceber que a sua envolvente é composta por uma grande diversidade de cafés, com destaque para o Café Nicola e a Pastelaria Suíça, restaurantes, lojas de comércio, escritórios, entre outros. A Praça é ladeada em três frentes por edifícios de fachada pombalina, sendo dominada a norte pela construção neoclássica do Teatro Nacional D. Maria II, e na fachada oposta, encontra-se o arco de varanda neoclássica que faz a ligação entre duas fachadas pombalinas, dando passagem para a Rua do Arco da Bandeira (Figuras 53 e 54).

Destaca-se, também, a Estação do Rossio (Figura 55) e a ligação desta praça a outras áreas da cidade com interesse histórico, como sejam a Praça da Figueira, a Rua Augusta que permite a ligação da praça ao Terreiro do Paço e, ainda, a Rua do Carmo que faz a ligação entre esta e o Chiado.

Nesta praça revestida a calçada portuguesa, são de assinalar as duas fontes barrocas que ladeiam, a norte e a sul, a estátua de D. Pedro IV (Figura 56).

Os bancos que mobilam esta praça podem funcionar como elementos de adorno da praça, assim como podem proporcionar aos transeuntes momentos de descanso e de contemplação da estátua e de tudo o que a rodeia.

Figura 53 – Teatro Nacional D. Maria II



Fonte: Elaboração própria, 2007

Figura 54 – Varanda neoclássica que dá acesso à Rua da Bandeira



Fonte: Elaboração própria, 2007

Figura 55 – Estação do Rossio



Fonte: Elaboração própria, 2007

Figura 56 – Fonte na Praça D. Pedro IV



Fonte: Elaboração própria, 2008

4.5.5. Acessibilidades

No que respeita às acessibilidades evidenciam-se os percursos pedonais, as muitas paragens de transporte, nomeadamente, de autocarro, metro, comboio, eléctrico e, ainda, as praças de táxis (Figuras 57, 58 e 59).

Assim, a praça é rodeada por uma via de quatro faixas de rodagem, sendo que uma delas se destina à circulação de autocarros. Existe, ainda, uma estação de Metropolitano e de comboio, ambas com o mesmo nome, Estação do Rossio, designação pela qual é mais conhecida aquela zona histórica, o Rossio.

Figura 57 – Acesso Pedonal na Praça D. Pedro IV



Fonte: Elaboração própria, 2008

Figura 58 – Paragem de autocarro na Praça D. Pedro IV em Lisboa



Fonte: Elaboração própria, 2008

Figura 59 – Paragem do Metro na Praça D. Pedro IV



Fonte: Elaboração própria, 2008

4.5.6. Visibilidade da estátua e existência de informação interpretativa

A estátua D. Pedro IV ocupa o lugar central na praça e encontra-se voltada a Sul, para o rio Tejo, no cimo de um pedestal, perfazendo uma altura total de 27,50 m (Figura 60).

No entanto, a sua visualização e contemplação no interior da praça, não é muito facilitada dado esta se encontrar a tão elevada altura. Neste contexto, vistas mais convidativas podem ser obtidas a partir das ruas perpendiculares à praça, nomeadamente a Rua do Amparo que vem da continuação da Praça da Figueira e a Calçada do Carmo. No período nocturno, a visibilidade da estátua é assegurada não só pela abundante iluminação do espaço envolvente, mas também pela iluminação da própria estátua (Figura 61).

Relativamente à informação interpretativa, esta aparece escrita, em cada uma das faces do pedestal da estátua, em letras desenhadas em alto-relevo no mármore branco (Figura 62).

No entanto, a sua leitura não é facilitada quer pela cor das letras que não se evidencia no fundo de mármore branco, quer pela altura acima do campo de visão, a que a mesma se encontra.

Figura 60 – Estátua D. Pedro IV



Fonte: Elaboração própria, 2008

Figura 61 - Iluminação da Praça D. Pedro IV



Fonte: <http://maps.live.com>, 2008

Figura 62 – Informação interpretativa da estátua D. Pedro IV



Fonte: Elaboração própria, 2008

4.5.7. Condições físicas e climáticas do local

No que respeita às condições físicas do local, verifica-se que a praça acomoda as necessidades dos incapacitados, pessoas idosas, pessoas com carrinhos de bebé e vendedores com carros, devido não só à grande área que a praça ocupa, mas também à existência de bancos distribuídos na placa central da praça (Figuras 63 e 64).

Em termos de condições climáticas, a praça apresenta uma boa exposição solar, que contudo em dias de maior calor pode não fomentar o uso do local, uma vez que as sombras das árvores não abrangem os bancos disponíveis. Por outro lado, encontrando-se a praça rodeada por edifícios de cêrcea elevada, pode considerar-se que a mesma se encontra protegida dos ventos.

Figura 63 – Comércio de rua na Praça D. Pedro IV em Lisboa



Fonte: Elaboração própria, 2008

Figura 64 - Mobiliário Urbano e pavimento na Praça D. Pedro IV em Lisboa



Fonte: Elaboração própria, 2008

4.5.8. Interacção entre pessoas e estátua

Uma vez que a estátua se encontra, como já foi referido anteriormente, a 27,50 m de altura, a interacção possível a verificar-se será entre as pessoas e o pedestal da mesma. Assim, é possível apenas tocar e subir o pedestal da estátua. Relativamente à contemplação da estátua, esta pode ser feita a partir dos bancos que tem em linha de conta a existência da estátua, assim como pode ser feita bem de perto. Ainda de referir o

facto, de se verificar *in situ* que o local da estátua é um local muito procurado pelos turistas, para tirar algumas fotografias. Para além desta constatação, verificou-se que as pessoas concorrem ao pedestal da estátua, não só para observar determinados pormenores construtivos mas também para compreender a informação relativa à mesma.

4.5.9. Vivências no espaço público

A Praça D. Pedro IV inserida numa zona mista de comércio e serviços é, como seria de esperar, frequentada por residentes, consumidores e trabalhadores. É também frequentada por turistas, uma vez que é referência em qualquer roteiro turístico da cidade de Lisboa, e, por isso, local de visita obrigatória.

É possível observar pessoas com comportamentos diferentes, umas vezes apressadas, outras vezes percorrendo a praça ao ritmo de passeio de lazer, outras vezes simplesmente sentadas, conversando ou lendo e até mesmo contemplando a estátua e tirando fotografias a esta e a toda a envolvente. De acordo com o Regulamento da Venda Ambulante do Concelho de Lisboa, é permitida, na Praça D. Pedro IV, a venda de castanhas e gelados, pelo que é comum as pessoas adquirirem estes tipos de produto em plena Praça.

A Praça, é, ainda nos dias de hoje, à semelhança do passado, palco de muitas manifestações públicas, mas, é também, um local de referência na cidade de Lisboa, proporcionando momentos de contemplação da envolvente caracterizada por alguns edifícios históricos e pelas silhuetas das colinas da cidade.

4.6. PRAÇA DA LIBERDADE – PORTO

4.6.1. Evolução do Espaço

A Praça da Liberdade, onde hoje se localiza o monumento a D. Pedro IV, surgiu ainda no século XVIII no então chamado Campo das Hortas (antes de 1711). Porém, conheceu até aos dias de hoje, várias designações toponímicas: Casal de Novais (no século XV), Largo da Natividade (depois de 1682, devido à fonte lá construída nesse ano), Praça Nova das Hortas (depois de 1711), Praça da Constituição (1820), Praça

Nova (de novo, em 1823), Praça de D. Pedro IV (1833), Praça da República (13 de Outubro de 1910) e Praça da Liberdade (desde 27 de Outubro de 1910).

A sua construção deveu-se ao progressivo crescimento da cidade, sendo o bispo D. Tomás de Almeida (1709-1717) a mandar abrir, na muralha Fernandina, o Postigo de Santo Elói para maior comodidade da população, dotando o então Campo das Hortas com um grande átrio. Os principais factos históricos da cidade do Porto tiveram lugar na Praça da Liberdade, desde o século XIX, sendo este o lugar de encontro de políticos, escritores e artistas e transformou-se no verdadeiro centro social e político do Porto. Entre os seus acontecimentos destaca-se o enforcamento dos liberais, em 1829, e nela foi também proclamada a República, pela primeira vez no País, em 31 de Janeiro de 1891. Em 1866, como forma de homenagem da cidade do Porto ao rei liberal, é oficialmente inaugurado o monumento a D. Pedro IV. Em 1916, a Câmara dá início à construção da moderna Avenida dos Aliados e ao edifício camarário no topo norte, fazendo, por isso, desaparecer muitos dos velhos edifícios que circundavam a então Praça D. Pedro IV, entre os quais os emblemáticos cafés Suíço e Guichard, ponto de encontro de políticos e homens de letras, substituídos pelas modernas construções que agora ladeiam a praça. Desapareceu também a Fonte da Arca ou da Natividade, uma vistosa fonte seiscentista e os respectivos tanques, que ocupavam o lado ocidental da praça, à entrada da Rua dos Clérigos. O único dos edifícios do século XIX é o Palácio das Cardosas, ainda existente no local (*in* Porto XXI).

Mais recentemente, a Avenida dos Aliados e a Praça da Liberdade, foram alvo de um conjunto de intervenções, algo polémicas, e que, por sua vez, transformaram a imagem do local. Relativamente à Praça da Liberdade, o Arquitecto Siza Vieira criticou a “centralidade perdida” da mesma, defendendo a necessidade de a “tratar como espaço único, de forma a anular ambiguidades resultantes de uma evolução nunca concluída. No que toca à estátua de D. Pedro IV, questionou a razão desta estar de costas para a avenida.

Assim, em termos gerais, o projecto apresentado por Siza Vieira e Souto Moura, compreendeu o alargamento dos passeios para seis metros em cada lado, reduzindo a placa central, tendo sido por isso eliminados os canteiros existentes na Avenida dos Aliados. Segundo Siza Vieira, naquele espaço “não pode haver verde rasteiro por causa da estação do Metro. Passa no momento a haver uma grande presença de verde elevado das árvores e isso não é nenhum drama” (*in* Porto Sempre, nº8, pp. 10-11). Assim, os canteiros que existiam na Praça da Liberdade foram retirados, mas em compensação,

não foi colocado qualquer tipo de vegetação na área da praça. Outra modificação expressiva relaciona-se com a mudança da típica calçada portuguesa para cubos de granito, em passeios, e no núcleo central da praça, e, que segundo o arquitecto confere uma maior uniformização do espaço. Também a iluminação foi reformulada, e na Praça da Liberdade, foram recuperados os antigos candeeiros em ferro fundido.

Relativamente à estátua D. Pedro IV, também o pedestal foi alvo de uma intervenção, que, compreendeu ainda, a reparação da cabeça e da asa do dragão do escudo da cidade, que estavam partidas.

4.6.2. Desenho urbano

Relativamente ao desenho urbano da Praça da Liberdade no Porto, esta apresenta um formato rectangular (Figura 65) com dimensões médias de 80 metros de comprimento e 70 metros de largura.

Figura 65 – Praça da Liberdade



Fonte: <http://maps.live.com>, 2008

4.6.3. Tipologia da área urbana e principal função

A estátua de D. Pedro IV localiza-se na Praça da Liberdade em plena Avenida dos Aliados, na zona histórica da cidade do Porto. A Praça da Liberdade insere-se numa zona mista de comércio e serviços, sendo por isso, os residentes, turistas, consumidores ou trabalhadores os principais frequentadores deste local. Porém, é apenas permitido aos transeuntes, o atravessamento da praça, não havendo possibilidade de permanência por parte destes, uma vez que a praça se encontra desprovida de qualquer lugar de repouso, nomeadamente, bancos de jardim. Ora, os bancos revestem-se de grande importância, na medida em que proporcionam momentos de descanso, podendo a estes aliar-se a contemplação da estátua.

4.6.4. Caracterização da envolvente

A envolvente da praça é preenchida por um conjunto amplo de edifícios de escritórios, bancos, restaurantes, cafés, lojas de comércio entre outros. A Câmara Municipal (Figura 66), e edifícios dotados de grande importância arquitectónica e histórica, como é a Estação de S. Bento (Figura 67), a Torre dos Clérigos e o Banco de Portugal (Figura 68), entre outros, situados na proximidade, constituem elementos de destaque da envolvente deste espaço público.

Figura 66 – Edifício da Câmara Municipal do Porto



Fonte: Elaboração própria, 2008

Figura 67 – Estação de S. Bento



Fonte: Elaboração própria, 2008

Figura 68 – Edifício do Banco de Portugal



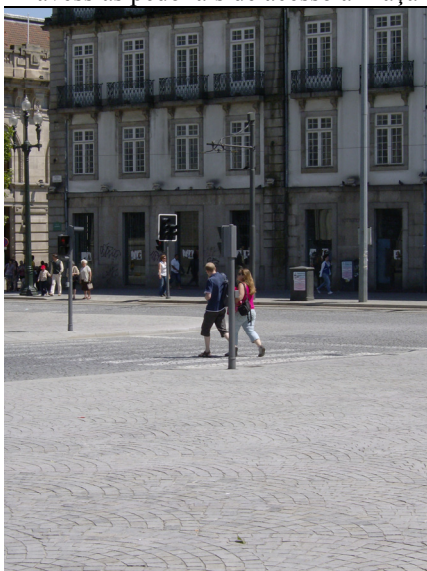
Fonte: Elaboração própria, 2008

4.6.5. Acessibilidades

A praça em questão tem um formato rectangular e o arruamento circundante é constituído por três vias de tráfego, sendo que uma delas se destina ao tráfego de autocarros, perfazendo um total de 12 metros. Contudo, pode constatar-se que o

arruamento em questão é composto por passeios e pelas faixas de rodagem que servem o tráfego intenso que lá circula. Os acessos ao local estão servidos por um conjunto de travessias e percursos pedonais (Figura 69), parques de estacionamento, paragens de transporte (autocarro e metro), praças de táxis e linha ferroviária.

Figura 69 – Travessias pedonais de acesso à Praça D. Pedro IV



Fonte: Elaboração própria, 2008

4.6.6. Visibilidade da estátua e existência de informação interpretativa

A estátua D. Pedro IV com 10 metros de altura (Figura 70), encontra-se bem visível no centro da Praça da Liberdade, principalmente vista da rua dos Clérigos, local este que permite uma visualização tal, que a estátua surge como um elemento de destaque, livre de obstáculos visuais, pelo que a sua percepção é quase imediata. Em período nocturno a iluminação da estátua é conseguida à custa dos candeeiros que iluminam o espaço da praça em geral, não havendo iluminação directa da estátua (Figura 71). Relativamente à existência de informação interpretativa esta existe e é apresentada em materiais perenes como o bronze (Figura 72).

Figura 70 – Estátua D. Pedro IV



Fonte: Elaboração própria, 2008

Figura 71 – Candeeiros na Praça D. Pedro IV



Fonte: Elaboração própria, 2008

Figura 72 – Informação interpretativa da estátua D. Pedro IV



Fonte: Elaboração própria, 2008

4.6.7. Condições físicas e climáticas do local

No que respeita às condições físicas do local, verifica-se que a praça não acomoda as necessidades dos incapacitados, pessoas idosas, pessoas com carrinhos de bebé e vendedores com carros. Isto poderia ser possível uma vez que esta praça apresenta área suficiente para preencher este requisito. No entanto, a inexistência de mobiliário urbano, como bancos de jardim, faz com que esta praça não responda eficazmente à necessidade de todo o tipo de pessoas. Porém, *in situ*, verifica-se a existência de bancos dispersos nos passeios da Avenida dos Aliados e voltados para a praça, situação que poderá induzir alguma contemplação da praça, da estátua e de toda a envolvente (Figura 73).

Em termos de condições climáticas, a praça apresenta uma boa exposição solar, que contudo em dias de maior calor pode não fomentar o uso do local, uma vez que não há qualquer tipo de vegetação que possa amenizar o incómodo sentido em dias de maior calor. Embora inexistente no espaço da praça, é possível encontrar árvores de médio/grande porte ao longo de toda a Avenida dos Aliados. Por outro lado, encontrando-se a praça rodeada por edifícios de cércea elevada, pode considerar-se que a mesma se encontra protegida dos ventos.

Figura 73 – Bancos existentes na Avenida dos Aliados



Fonte: Elaboração própria, 2008

4.6.8. Interacção entre pessoas e estátua

A interacção entre pessoas e estátua é possível neste caso sob duas formas, o contacto físico e visual. Sendo o pedestal da estátua perfeitamente acessível é permitido às pessoas uma contemplação próxima da estátua, sendo possível também o contacto físico. No entanto, verifica-se *in situ*, que este é mais um local de passagem que propriamente de estadia, pelo que a interacção entre pessoas e estátua é muito rara. De acrescentar um aspecto relevante, que se relaciona com o facto do pedestal da estátua servir frequentemente de banco, já que este tipo de mobiliário urbano é inexistente no espaço da praça (Figura 74).

Figura 74 – Pessoas sentadas no pedestal da estátua D. Pedro IV



Fonte: Elaboração própria, 2008

4.6.9. Vivência em espaço público

Apesar da Praça da Liberdade se localizar no Centro Histórico do Porto, caracterizado por uma intensa vivência urbana, e, por isso, frequentado por residentes, consumidores, trabalhadores e turistas, esta praça surge apenas como espaço de passagem, pelo que a vivência neste espaço é muito limitada.

4.7. ROTUNDA DA BOAVISTA – PORTO

4.7.1. Evolução do Espaço

A Rotunda, que antes se chamou Praça da Boavista, datada do final do séc. XIX, deve o seu nome à extensa Quinta Boa Vista que se estendia por toda aquela área. A arborização existente na época permitiu, desde 1876, a feira de S. Miguel, antes instalada na Cordoaria.

A decisão de ajardinar a rotunda e de construir o monumento aos Heróis da Guerra Peninsular, da autoria do Arquitecto Marques da Silva e do escultor Alves de

Sousa, data de 1909. Assim, por esta altura, o último Rei de Portugal, D. Manuel II, lançou a primeira pedra, mas a construção propriamente dita só começou em 1912 e terminou em 1951.

A Rotunda albergou durante vários anos a Feira do Livro e as Festas São-Joaninas, e sofreu mais recentemente uma remodelação, no âmbito da construção da linha de Metro Matosinhos/Boavista.

Actualmente, a Rotunda serve de elo de ligação a sete artérias da cidade: Ruas Júlio Dinis, Nossa Senhora de Fátima, 5 de Outubro, Meditação, Caldas Xavier, Avenida da Boavista e Avenida de França.

4.7.2. Desenho urbano

A Praça Mouzinho de Albuquerque, vulgarmente conhecida como Rotunda da Boavista insere-se, no que respeita ao desenho urbano, na categoria de praças em leque. A esta praça de formato circular semaforizada, confluem uma totalidade de oito troços de arruamento, constatando-se um arruamento circundante de 30 metros de largura, dotado de faixas de rodagem, estacionamento e passeios (Figura 75).

Figura 75 – Rotunda da Boavista



Fonte: <http://maps.live.com>, 2008

4.7.3. Tipologia da área urbana e principal função

A designada rotunda da Boavista (como é mais conhecida) no Porto abrange um círculo de 190 metros de diâmetro e está situada numa zona mista de comércio e serviços inserida na periferia da zona histórica da cidade do Porto. Sendo este espaço público uma rotunda, a sua principal função relaciona-se, como é óbvio, com a distribuição do atravessamento de tráfego automóvel. Contudo, convém referir que no interior da rotunda existe um jardim, local este onde se localiza o Monumento aos Heróis da Guerra Peninsular. Assim, este jardim no interior da rotunda revela-se capaz de proporcionar momentos de lazer e descanso.

4.7.4. Caracterização da envolvente

A envolvente da rotunda é composta por cafés, lojas comerciais, edifícios de escritórios, entre outros. Merece destaque a Casa da Música (Figura 76), na envolvente adjacente à placa central da rotunda, quer pelo carácter que assume como elemento polarizador de atenções, como pela vista frontal e magnífica do monumento escultórico superior, a qual pode ser alcançada a partir da sua varanda.

Figura 76 – Casa da Música na envolvente da Rotunda da Boavista



Fonte: Elaboração própria, 2008

4.7.5. Acessibilidades

No local, pode constatar-se um arruamento circundante de 30 metros de largura, dotado de faixas de rodagem, estacionamento e passeios, que servem o tráfego intenso que lá circula. Os acessos a este local estão favorecidos por um conjunto de travessias e percursos pedonais, parques de estacionamento, paragens de transporte (autocarro e metro) e, ainda, por praças de táxis (Figuras 77, 78, 79 e 80).

Figura 77 – Travessia pedonal na Rotunda da Boavista



Fonte: Elaboração própria, 2008

Figura 78 – Parque de estacionamento na Rotunda da Boavista



Fonte: Elaboração própria, 2008

Figura 79 – Paragem de autocarro na Rotunda da Boavista



Fonte: Elaboração própria, 2008

Figura 80 – Paragem de Metro nas imediações da Rotunda da Boavista



Fonte: Elaboração própria, 2008

4.7.6. Visibilidade da estátua e existência de informação interpretativa

A percepção do “*Monumento aos Heróis da Guerra Peninsular*” (Figura 81) com 45 metros de altura não sai beneficiada, visto que esta apenas é possível numa de duas situações, ou quando a pessoa se encontra a uma distância considerável do acesso à rotunda, de onde se avista o topo do monumento, ou quando se encontra no interior da mesma. Isto acontece, porque sendo esta uma rotunda com uma elevada afluência de tráfego, torna-se difícil para quem nela circula reparar que no seu interior existe um monumento escultórico.

O atravessamento da rotunda é permitido aos transeuntes, e uma vez no interior desta, é possível admirar o monumento bem de perto e de uma forma interactiva. Porém, as potencialidades deste local não se encerram aqui, sendo passível de proporcionar momentos de lazer e descanso para os quais, em muito contribuem as condições soalheiras do jardim e as árvores de grande porte, sob as quais se encontram os bancos de jardim voltados para o monumento escultórico.

Figura 81 - Monumento aos Heróis da Guerra Peninsular



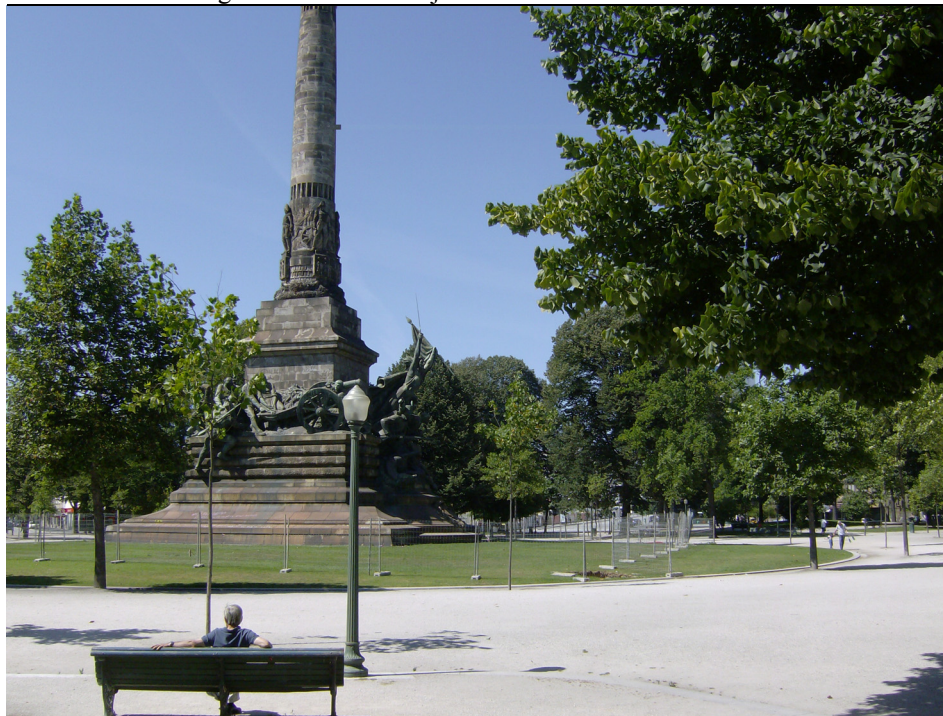
Fonte: Elaboração própria, 2008

4.7.7. Condições físicas e climáticas do local

No que respeita às condições físicas do local, a praça acomoda as necessidades dos incapacitados, pessoas idosas, pessoas com carrinhos de bebé e vendedores com carros, devido não só à grande área que a praça ocupa, mas também à existência de bancos distribuídos em toda a praça (Figura 82). De notar ainda a presença de outro tipo de mobiliário, como papeleiras, candeeiros e bebedouros (Figuras 83 e 84).

Em termos de condições climáticas, a praça apresenta uma boa exposição solar, encontrando-se preenchida por um conjunto de árvores de grande porte que não só embelezam o local, como protegem os seus utentes tanto da acção do sol como dos ventos.

Figura 82 – Banco de jardim na Rotunda da Boavista



Fonte: Elaboração própria, 2008

Figura 83 – Mobiliário Urbano (Papeleira e candeeiro) na Rotunda da Boavista



Fonte: Elaboração própria, 2008

Figura 84 – Mobiliário Urbano (Bebedouro) na Rotunda da Boavista



Fonte: Elaboração própria, 2008

4.7.8. Interacção entre pessoas e estátua

A estátua é perfeitamente acessível, sendo contudo apenas possível tocar e observar o pedestal, uma vez que este atinge uma altura de 45 metros, tornando praticamente impossível observar com clareza o topo da estátua dentro do perímetro da praça. Contudo, no local é possível ver muitas pessoas sentadas na base do pedestal.

4.7.9. Vivência no espaço público

A Rotunda da Boavista frequentada por residentes, consumidores, trabalhadores e turistas é um ponto de referência na cidade do Porto, onde, é comum ver-se pessoas a praticar desporto, como a corrida ou bicicleta, ou vê-las simplesmente sentadas a conversar, descansar ou a admirar o jardim.

4.8. ROTUNDA DE ENTRECAMPOS - LISBOA

4.8.1. Evolução do Espaço

A Praça de Entrecampos, vulgarmente designada como Rotunda de Entrecampos, situa-se em Lisboa, e, no centro da mesma, encontra-se o Monumento aos Heróis da Guerra Peninsular.

Segundo Seco e Silva (2004), várias são as referências bibliográficas que considera que, em Portugal, as primeiras concepções geométricas do tipo rotunda foram construídas e integradas pelo Engenheiro Ressano Garcia, nos planos de reconversão da cidade de Lisboa no final do século XIX, (rotundas do Marquês do Pombal, Entrecampos e Saldanha), muito antes que Henard tivesse tido oportunidade de construir em 1907, aquelas que foram as primeiras rotundas francesas: Place de la Nation e de Charles de Gaulle em Paris.

A Rotunda, anteriormente designada Praça Mouzinho de Albuquerque, está integrada no Campo Grande, constituindo o topo sul.

Da rotunda partem três avenidas importantes de Lisboa, Avenida da República, Avenida dos Estados Unidos da América e Avenida das Forças Armadas. Adjacente à praça, na direcção norte, surge o jardim de razoáveis dimensões, o conhecido Campo

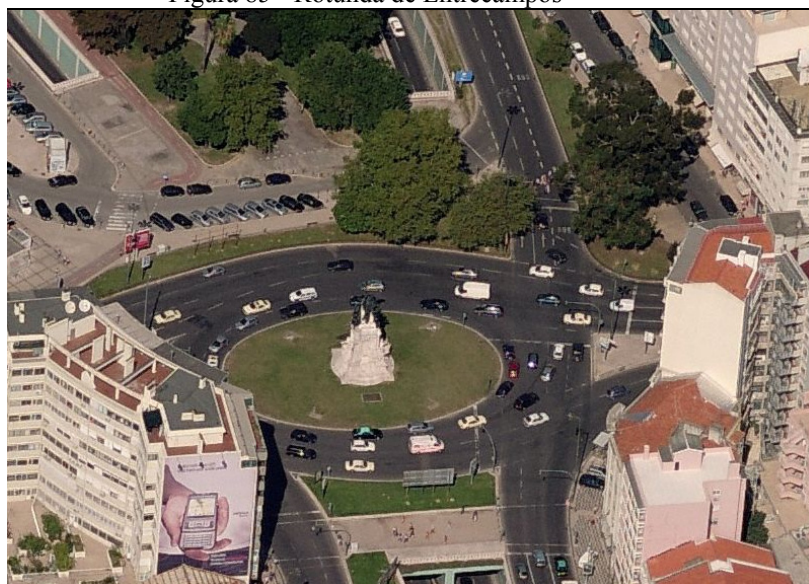
Grande, ladeado por duas vias para circulação automóvel fazendo a ligação com a freguesia do Lumiar.

O Monumento aos Heróis da Guerra Peninsular da autoria dos irmãos Francisco de Oliveira Ferreira (arquitecto) e José Oliveira Ferreira (escultor), foi construído com a finalidade de homenagear os heróis que morreram durante as Invasões Francesas (1807 a 1814). A cerimónia de lançamento da primeira pedra do monumento, presidida pelo Rei D. Manuel II, teve lugar a 15 de Setembro de 1908, e a sua construção terminou em 29 de Novembro de 1932, tendo sido inaugurado em 8 de Janeiro de 1933 com a presença do General Carmona, Presidente da República.

4.8.2. Desenho urbano

Em termos de desenho urbano, a Rotunda de Entrecampos em Lisboa caracteriza-se essencialmente pelo seu formato elíptico, inserindo-se num arruamento com 80 metros de largura, o qual, inclui faixas de rodagem e de estacionamento, passeios e placa central (Figura 85). De notar que a rotunda é semaforizada e apresenta seis faixas de tráfego intenso.

Figura 85 - Rotunda de Entrecampos



Fonte: <http://maps.live.com>, 2008

4.8.3. Tipologia da área urbana e principal função

A rotunda de Entrecampos, localiza-se numa área de forte expansão no século XX, caracterizada por ser uma zona mista de comércio e serviços na periferia da área histórica da cidade. O arruamento em que se insere, num total de 80 metros de largura, inclui faixas de rodagem e de estacionamento, passeios e placa central, evidenciando assim as suas vincadas funções de tráfego. Por este facto, não constitui preferencialmente uma zona de descanso/lazer, não havendo lugar a travessias de peões em direcção ao monumento, o que implica que não há interacção das pessoas com o mesmo.

4.8.4. Caracterização da envolvente

A envolvente da rotunda é composta por um conjunto de edifícios de escritório, cafés, lojas comerciais, entre outros. Deste espaço, destaca-se o Jardim do Campo Grande, que pela sua riqueza natural atrai turistas, trabalhadores e até mesmo moradores, para um contacto directo com a natureza, para além de se revelar um espaço capaz de proporcionar actividades de lazer e descanso. Uma vez no Jardim, é possível fazer caminhadas e até mesmo dar um passeio de bicicleta visto que está contemplado uma pista ciclável. Por outro lado, os bancos que pontuam o jardim também proporcionam alguns momentos de descanso. No entanto, há a lamentar o facto do jardim se encontrar fracamente iluminado no período nocturno.

4.8.5. Acessibilidades

No que respeita a acessibilidades, esta zona encontra-se servida por um conjunto de percursos pedonais que não alcançam porém a rotunda, zonas de estacionamento, paragens de transporte (autocarro, metro) e praças de táxis (Figuras 86 e 87).

Figura 86 – Paragem de autocarro nas imediações da Rotunda de Entrecampos



Fonte: Elaboração própria, 2008

Figura 87 – Praça de Táxis nas imediações da Rotunda de Entrecampos



Fonte: Elaboração própria, 2008

4.8.6. Visibilidade da estátua e existência de informação interpretativa

O “*Monumento ao Povo e aos Heróis da Guerra Peninsular*”, com 12 metros de altura, localiza-se no centro da rotunda, sendo que a sua percepção é mais provável para quem circula na Avenida das Forças Armadas (perpendicular ao Jardim do Campo Grande) uma vez que esta é bastante ampla e livre de obstáculos visuais (Figura 88). Porém, uma vez que não é permitido o acesso à placa central, um local para uma possível contemplação da estátua é o Jardim do Campo Grande. No entanto, os bancos que existem no jardim para além de serem em número reduzido e bastante degradados, encontram-se voltados para o interior do jardim, pelo que não tem em conta a existência da estátua. Assim, a melhor contemplação da estátua é a partir do interior do jardim, embora seja difícil uma vez que a linha de visão é atravessada pelo intenso tráfego motorizado que lá circula. Em relação à informação interpretativa da estátua, esta apresenta-se em mármore, isto é no mesmo material que constitui a estátua, e em alto-relevo. No entanto, a sua leitura torna-se difícil uma vez que as cores das letras não sobressaem no conjunto da estátua.

Figura 88 - Monumento na Rotunda de Entrecampos visto pela Avenida das Forças Armadas



Fonte: Elaboração própria, 2008

4.8.7. Condições físicas e climáticas do local

Em termos de condições físicas, dado que o local onde se implanta a estátua não é acessível e nem contém em si qualquer tipo de mobiliário urbano ou qualquer tipo de vegetação, o critério das condições físicas e climáticas não tem aplicação no estudo deste local.

4.8.8. Interacção entre pessoas e estátua

A interacção possível entre pessoas e estátua reduz-se ao contacto visual que é apenas possível a partir dos passeios das ruas adjacentes e a partir do Jardim do Campo Grande. Relativamente ao contacto físico este é impossível dado a rotunda ser inacessível a peões.

4.8.9. Vivência no espaço público

As características relativas a esta Rotunda, e mencionadas anteriormente, não permitem a aplicação do conceito de vivência.

4.9. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Da aplicação dos Inquéritos I e II foi possível apreender as principais características urbanísticas dos largos, praças e rotundas que constituíram objecto de estudo numa segunda fase da presente dissertação.

Os Largos estudados, a saber: Condessa Mumadona, João Franco e Toural, apresentam um formato rectangular, em matéria de desenho urbano. No que respeita à localização, também é comum o facto dos largos se localizarem em zonas mistas de comércio e serviços na proximidade do Centro Histórico da cidade de Guimarães. Relativamente às principais funções, o atravessamento de peões aparece como a função comum aos três largos estudados. Os Largos Condessa Mumadona e Toural apresentam, ainda, a função de circulação de tráfego automóvel. Porém, apenas o Largo do Toural apresenta funções de descanso ou lazer.

No que respeita à envolvente, os largos estudados localizam-se na proximidade de edifícios de grande interesse como são os Tribunais, a Câmara Municipal de Guimarães, a Igreja de S. Pedro e o Paço dos Duques de Bragança.

Em matéria de acessibilidades, constata-se que os percursos pedonais e os parques de estacionamento são acessibilidades comuns a todos os largos estudados, sendo que os Largos Condessa Mumadona e Toural usufruem ainda de paragens de transporte (autocarro) e praças de táxis.

Relativamente à statuária presente nos largos, todos os exemplares se apresentam à escala do meio envolvente, com dimensões entre 3 e 7 metros, ocupando uma posição central, à excepção do monumento situado no Largo João Franco. No que respeita à identificação das estátuas, no Largo João Franco o “Monumento a D. Afonso Henriques” não se encontra identificado, ao contrário das estátuas dos Largos Condessa Mumadona e Toural que se apresentam devidamente identificadas em matérias perenes, nomeadamente o bronze. Em termos de iluminação, apenas a estátua do Largo do Toural se encontra bem iluminada, sendo a iluminação inexistente nas estátuas da Condessa Mumadona e Largo João Franco.

Em relação ao mobiliário urbano, os bancos em pedra localizados no Largo Condessa Mumadona proporcionam não só momentos de descanso/estadia, como também permitem a contemplação da estátua uma vez que têm em linha de conta a existência desta. Por sua vez, no Largo do Toural para além dos bancos de jardim voltados para a estátua, existem também papeleiras e cabinas telefónicas, situação contrastante com o Largo João Franco que não apresenta qualquer tipo de mobiliário urbano. No que se refere às condições climáticas, os largos estudados apresentam uma boa exposição solar e como estão rodeados por edifícios de cêrcea elevada, encontram-se protegidos contra a acção dos ventos. Porém, apenas no Largo do Toural existe algum tipo de vegetação, nomeadamente árvores de pequeno e grande porte e ajardinados, cuja sombra proporcionada em dias de maior calor se revela insuficiente uma vez que não abrange uma grande área no interior do largo nem os bancos aí existentes.

No que respeita à interacção entre pessoas e estátua, é permitida uma proximidade física, sendo mesmo possível tocá-las. No entanto, este tipo de interacção é mais difícil na estátua do Largo do Toural visto que esta se localiza numa fonte.

Em matéria de vivência urbana, o Largo do Toural surge como o espaço público em que este conceito melhor se aplica, verificando-se neste a prática efectiva de actividades como conversar, ler, passear, entre outras.

Porém, da análise realizada, constata-se que o Largo João Franco surge no Centro Histórico de Guimarães, como sendo apenas um local de passagem, uma vez que não apresenta condições físicas para a permanência das pessoas, aparecendo por isso, desvinculado da sua função de espaço público. Também o Monumento a D. Afonso Henriques, sem qualquer tipo de informação interpretativa ou de iluminação, aparece sem destaque no conjunto do Largo, não se revelando por isso num elemento de valorização deste espaço público.

Assim, e dos três Largos estudados, aquele que melhor satisfaz a sua condição de espaço público é o Largo do Toural, uma vez que, inserido no Centro Histórico de Guimarães, apresenta um conjunto de características que o tornam um espaço público por excelência na cidade de Guimarães: diversidade de acessibilidades; envolvente Histórica; condições físicas para a prática de actividades como o descanso e/ou estadia; estatuária em harmonia com a envolvente.

A Praça foi outro tipo de espaço público estudado no âmbito da presente dissertação, tendo sido seleccionadas as Praças D. Pedro IV em Lisboa e a Praça da Liberdade no Porto.

No que respeita ao formato destas praças, ambas apresentam um formato rectangular. Relativamente à localização, as praças inserem-se em zonas históricas das cidades do Porto e Lisboa, nomeadamente a Baixa do Porto e a Baixa Pombalina.

Ambas as praças localizam-se em zonas mistas de comércio e serviços, cuja envolvente é constituída por um grande número de estabelecimentos comerciais, cafés, restaurantes, bancos, edifícios importantes como a Câmara Municipal do Porto, Estação de S. Bento, Torre dos Clérigos, no Porto e o Teatro Nacional D. Maria II, a Estação do Rossio e as fachadas pombalinas em Lisboa, entre outros. As principais funções das Praças prendem-se com o atravessamento de peões, sendo que a Praça D. Pedro IV apresenta ainda a função de descanso/estadia.

As acessibilidades às praças, quer no Porto quer em Lisboa são várias, pois aí se localizam: paragens de transporte (autocarro, metropolitano, comboio), praça de táxis, parques de estacionamento e percursos pedonais.

As estátuas localizadas nas duas Praças estudadas reportam-se à mesma personalidade histórica, ou seja, D. Pedro IV. Estas ocupam uma posição central na

Praça, encontrando-se à escala do meio envolvente, embora tenham dimensões bem diferentes; no Porto a estátua tem 10 metros de altura e em Lisboa tem 27, 50 m (incluindo o pedestal). Quanto à visibilidade, no caso da estátua D. Pedro IV em Lisboa, as melhores vistas não são obtidas no interior da praça, devido à altura a que se encontra a estátua D. Pedro IV. No entanto, é possível ler a informação interpretativa sobre a estátua e que se apresenta nas faces da base do pedestal em alto-relevo. No que se refere à iluminação, a estátua encontra-se bem iluminada tanto pela iluminação directa como pela iluminação do meio envolvente. No caso da estátua D. Pedro IV no Porto, esta ocupa também um lugar central na praça e a sua visibilidade é total pois a praça aparece livre de obstáculos visuais. A informação interpretativa sobre a estátua existe e é perfeitamente perceptível; a única iluminação existente na praça provém dos candeeiros destinados à iluminação pública, ou seja, não há iluminação directa sobre a estátua.

No que se refere às condições físicas, a Praça D. Pedro IV, apresenta uma área considerável, pelo que consegue satisfazer as necessidades dos transeuntes, e, sendo preenchida por bancos, proporciona alguns momentos de descanso e de contemplação da estátua e do espaço envolvente. No caso da Praça da Liberdade, verifica-se o oposto, ou seja, não há qualquer tipo de mobiliário urbano, pelo que não há condições para as pessoas frequentarem e permanecerem no local. Em termos de condições climáticas, tanto no Porto como em Lisboa, a envolvente das Praças é constituída por edifícios de cércea elevada pelo que as mesmas se encontram protegidas contra a acção dos ventos. Por outro lado, a exposição solar em ambas as praças é boa, sendo que apenas a Praça D. Pedro IV em Lisboa possui vegetação, nomeadamente árvores de médio porte, mas cujas sombras não alcançam os bancos, pelo que em dias de maior calor não é suficiente para manter as pessoas na área da Praça.

A interacção física entre pessoas e estátua pode ser efectuada nos dois casos, embora na estátua de Lisboa a proximidade possível seja com o pedestal e não propriamente com a estátua.

Apesar de ambas as Praças estarem localizadas em zonas históricas das cidades do Porto e Lisboa, e de serem utilizadas pelo mesmo tipo de utentes (residentes, consumidores, trabalhadores e turistas), a vivência nestes dois espaços públicos é muito distinta. Deste modo, tem-se a Praça D. Pedro IV em Lisboa, onde é possível observar pessoas a passear, ou então, sentadas, em momentos de convívio e/ou de descanso, e muitas vezes fotografando a estátua ou a envolvente. De notar que esta Praça é o único espaço público do conjunto dos sete estudados, em que é possível o comércio

ambulante, pelo que também é comum ver as pessoas a comprar alguns produtos, como as tradicionais castanhas, gelados ou flores. Por sua vez, a Praça da Liberdade no Porto, aparece como que uma “ilha” na Avenida dos Aliados, em que este tipo de vivência é muito raro e difícil, dadas as condições físicas do local, servindo apenas como local de passagem de peões.

Para além dos largos e praças, constituíram ainda objecto de estudo as Rotundas da Boavista no Porto e de Entrecampos em Lisboa. A primeira com formato circular e a segunda com uma forma elíptica, inserem-se ambas numa zona mista de comércio e serviços na periferia da zona histórica das cidades em que se encontram localizadas. Como é óbvio, a principal função deste tipo de espaço público prende-se com a circulação de tráfego automóvel, sendo que contudo, a rotunda da Boavista possui no seu interior um jardim capaz de proporcionar alguns momentos de descanso ou lazer. De notar ainda, que o atravessamento de peões para o interior da rotunda só é permitido na Rotunda da Boavista.

A composição da envolvente das rotundas estudadas é bastante semelhante, fazendo parte delas, cafés, lojas comerciais, edifícios de escritórios e em que merecem destaque a Casa da Música no Porto e o Jardim do Campo Grande em Lisboa. As acessibilidades às rotundas são várias, nomeadamente paragens de transporte (autocarro, metropolitano), praças de táxis, parques de estacionamento e percursos pedonais.

No que se refere à visibilidade das estátuas, estes casos são bastante diferentes. Na Rotunda da Boavista é permitido, aos transeuntes, o acesso ao jardim no qual se insere o monumento com um pedestal que perfaz 45 metros de altura, pelo que é apenas possível contemplar a base do monumento. Porém, nas ruas que convergem para a rotunda é possível avistar o topo do monumento, constituindo-se, por isso, num ponto de referência na cidade do Porto. Na rotunda da Boavista a contemplação do monumento é apenas possível nos passeios e ruas envolventes e ainda no Jardim do Campo Grande, uma vez que a placa central não é acessível a peões. Em ambos os monumentos, existe informação interpretativa, embora no monumento de Lisboa a leitura seja difícil devida à distância a que se encontra dos peões.

No que se refere às condições físicas e climáticas, este aspecto não tem aplicação no âmbito do estudo da Rotunda de Entrecampos, pelo facto desta não ser acessível a peões e, também, por não conter em si qualquer tipo de mobiliário urbano.

Por sua vez, o Jardim da Rotunda da Boavista, é dotado de extensa vegetação, em especial árvores de grande porte, que protegem a área da acção do vento e do sol.

Relativamente à interacção entre pessoas e estátua, esta é apenas visual no caso da Rotunda de Entrecampos, ao contrário da verificada na Rotunda da Boavista em que é possível observar e contemplar o monumento bem de perto.

Por último, e em termos de vivência em espaço público, estes dois casos são completamente distintos. Na Rotunda da Boavista, constatou-se a existência de pessoas sentadas, no jardim ou nos bancos, umas vezes em momentos de convívio, outras vezes lendo, outras apenas contemplando a paisagem. Verificou-se ainda a realização efectiva de práticas desportivas como: andar a pé, andar de bicicleta, correr. Em situação contrastante, tem-se a Rotunda de Entrecampos, onde este tipo de vivência é impossível, pelo que este critério não tem aplicação prática.

Após esta breve síntese, expõe-se de seguida uma discussão mais profunda de todos os aspectos até aqui apresentados.

A afirmação de Lamas (1992), na qual as praças podiam ser delimitadas por edifícios públicos, por igrejas ou edifícios religiosos, por filas de habitações ou palácios, expressa de forma clara e sucinta a envolvente de todos os espaços públicos analisados.

Os edifícios públicos como Tribunal de Guimarães e Paço dos Duques de Bragança, Câmara Municipal do Porto e Teatro Nacional D. Maria II são característicos dos Largos Condessa Mumadona, Praça da Liberdade e Praça D. Pedro IV, respectivamente. Já as igrejas ou outros edifícios religiosos são característicos dos Largos do Toural e João Franco em Guimarães. As rotundas da Boavista e Entrecampos são caracterizadas pela envolvente de filas de habitações e edifícios de comércio.

Atente-se no caso do Largo Condessa Mumadona, espaço primeiramente escolhido para a implantação do Edifício dos Paços do Concelho, entretanto substituído pelo projecto que previa o ajardinamento e colocação da estátua que originou a toponímia do largo, tendo sido mesmo reconhecido pelo então vereador António Faria Guimarães que a "Praça de Mumadona", iria dar maior imponência ao Paço dos Duques de Bragança. Adivinha-se neste e nos outros casos, o reconhecimento da praça como elemento que reúne a ênfase do desenho urbano como espaço colectivo de significação importante (Lamas, 1992). Por sua vez, e de acordo com Coelho (2008), a função viária possibilitou também a criação de espaços urbanos distintos, transformando-os em locais especiais e com grande identidade, pela sua identificação através da localização de

monumentos, expressando deste modo a realidade da Rotunda da Boavista identificada pelo seu Monumento aos Heróis da Guerra Peninsular.

De uma forma geral, a análise da evolução dos espaços públicos em estudo, permitiu também constatar outro aspecto importante e que corrobora a afirmação de Lamas (1992), quando considera que as praças são lugares de cenário urbano e decoração, suporte e enquadramento de monumentos, como obeliscos, estátuas ou fontes, e, também lugares de vida social e de manifestações de poder.

De notar, que, embora todos os espaços públicos sejam locais emblemáticos das cidades de Guimarães, Porto e Lisboa, o Largo do Toural, a Praça da Liberdade e a Praça D. Pedro IV, assumem-se como lugares de vida social e de manifestações de poder por excelência, visto que continuam a ser ainda hoje o palco de manifestações, discussões políticas, festivais, entre outros. A história relativa a cada espaço público deixa também sobressair outro aspecto interessante, e que se relaciona com a statuária, que, surge no espaço público não só como elemento de decoração, mas também como manifestação de poder. As estátuas constituíram, nestes casos, o elemento físico através do qual se fez uma homenagem a uma personalidade importante da cidade, como por exemplo, João Franco, ou de importância nacional, como D. Pedro IV ou a um acontecimento nacional, por exemplo as Guerras Peninsulares. Apenas o Largo do Toural não deve o seu nome a uma personalidade ou acontecimento, mas antes à feira de venda de gado que tinha lugar no espaço do largo.

Em matéria de tipologia, todos os espaços estudados, inserem-se, de acordo com classificação de Lynch (1981), na categoria de espaços públicos não lineares. Ainda no que concerne às características tipológicas, e, de acordo com Matas Colom et al. (1983) citado por Angelis *et al* (2004), tem-se espaços públicos de significação simbólica, de significação visual, praças com função de circulação e praça com funções recreativas. Na categoria de praça com significação simbólica insere-se a Praça D. Pedro IV, na medida em que é um marco urbano, com desenho monumental e se relaciona com algum acontecimento de importância nacional (Matas Colom et al. (1983) citado por Angelis *et al* (2004)). A Praça da Liberdade caracterizada essencialmente pela Avenida dos Aliados e Câmara Municipal do Porto, e a Rotunda da Boavista caracterizada pelo Monumento aos Heróis da Guerra Peninsular, inserem-se no conjunto de praças com significação simbólica, uma vez que estes espaços públicos não se recordam por si, mas sim pelo monumento ou edificação que os define ou ao qual estão subordinados. Por sua vez, o Largo João Franco e o Largo do Toural, inseridos no Centro Histórico de

Guimarães, e o Largo Condessa Mumadona nas imediações dos Paços dos Duques, inserem-se também no conjunto de espaços públicos com significação simbólica.

No que respeita a espaços públicos com função de circulação, inscrevem-se a Rotunda de Entrecampos, a Rotunda da Boavista e o Largo Condessa Mumadona. No que se refere a estes dois últimos espaços públicos, apesar de classificados como espaços públicos com função simbólica, não poderão deixar de ser incluídos nesta categoria, uma vez que estes apresentam como principais funções a circulação de tráfego. Por último, de acrescentar que tanto a Praça D. Pedro IV em Lisboa como o Largo do Toural podem ser incluídos na categoria de espaços públicos com função recreativa, uma vez que estes se reconhecem pelo desenvolvimento de actividades de entretenimento, passeio ou encontro (Matas Colom et al. (1983) citado por Angelis *et al* (2004)).

Por outro lado, e segundo a classificação de Zucker (1959) o Largo Condessa Mumadona, o Largo do Toural, o Largo João Franco e a Praça da Liberdade, inserem-se na categoria denominada *dominated square*, uma vez que todos estes espaços públicos são rodeados por edifícios de grande projecção na imagem da cidade, como o são as Igrejas, a Câmara Municipal, o Tribunal e o Paço dos Duques. Por outro lado, a Praça D. Pedro IV insere-se na categoria *nuclear square*, visto que esta apresenta a estátua D. Pedro IV, assim como outras duas fontes, para além de ser rodeada por edifícios com grande monumentalidade, como o Teatro Nacional D. Maria II, Estação do Rossio e demais edifícios com as típicas fachadas pombalinas.

Ainda em relação à tipologia, mas desta feita atendendo à classificação de Sitte (1992), todos os espaços públicos à excepção das rotundas, inserem-se na categoria de praças de profundidade. Ora, isto tem razão de ser, na geometria evidenciada pelos largos e praças, em que o comprimento é superior à largura, daí a condição de praças de profundidade. Por último, em questões de natureza tipológica, classificam-se os espaços públicos estudados, à luz da classificação proposta por Rigotti (1956). Assim, as Rotundas de Entrecampos e Boavista e o Largo João Franco inserem-se no leque de praças de circulação, tendo em conta que as rotundas estão mais vocacionadas para a circulação de tráfego e o Largo João Franco mais vocacionado para o estacionamento automóvel. Por outro lado, os restantes espaços públicos são classificados como praças de descanso, nomeadamente praças de igrejas e palácios e praças monumentais.

Em matéria de desenho urbano, a Praça D. Pedro IV e a Praça da Liberdade, bem como os Largos Condessa Mumadona, Toural e João Franco apresentam um formato rectangular, tal como preconizado por Kostof (1992) e Sitte (1992), ao contrário de Krier (1979) em que este formato corresponderá à transformação do quadrado. Por sua vez, a Rotunda da Boavista e a Rotunda de Entrecampos apresentam, respectivamente, os formatos circular e elipsoidal, inserindo-se por isso, e de acordo com Kostof (1992) na categoria de praças circulares e elipsoidais ou então na categoria de praças radiais/circulares e suas derivações atendendo à classificação de Sitte (1992) e de Krier (1979).

No que se refere à tipologia da área urbana, tem-se que os espaços públicos estudados encontram-se todos eles inseridos em zonas urbanas de grande importância, como o são as zonas mistas de comércio e serviços. De notar ainda que a função comum aos espaços públicos estudados, se relaciona com o atravessamento de peões. No que se refere à vivência no espaço público, este tipo de função apresenta-se difícil de classificar, dado que não há certeza quanto ao motivo que está subjacente ao atravessamento por parte dos peões. No entanto, esta função insere-se no conjunto de actividades necessárias, quando o motivo subjacente for a deslocação de casa para o local de trabalho e vice-versa. Por outro lado, se o atravessamento de peões fizer parte de um passeio pela cidade, então, esta função fará parte do leque de actividades opcionais.

Apenas três dos sete espaços públicos estudados apresentam funções de descanso ou lazer, a saber: Largo do Toural em Guimarães, Praça D. Pedro IV em Lisboa e a Rotunda da Boavista no Porto. De notar que as funções de descanso ou lazer inserem-se no conjunto de actividades opcionais, as quais resultam da opção dos utilizadores quando combinadas com a predisposição, a qualidade do ambiente urbano e as condições climáticas (Serdoura, 2008).

Constata-se ainda, que, ao contrário do que seria de esperar e do que seria desejável, nem todos os espaços públicos apresentam funções de descanso, lazer ou estadia, não correspondendo por isso às funções vitais de um espaço público urbano. Ora, no caso das Rotundas, a par do atravessamento de peões que só reflecte a realidade da Rotunda da Boavista espera-se também a circulação de tráfego. No entanto, a Rotunda da Boavista, dotada do seu jardim ao qual é permitido aceder, representa um caso “*sui generis*” na categoria das rotundas, dado que apresenta funções de descanso ou estadia.

A Praça da Liberdade, em pleno Centro Histórico da cidade do Porto, perde a possibilidade de ser um espaço público de vivência comum por excelência por se reduzir apenas a um local de atravessamento de peões, no qual as condições para permanência por parte das pessoas são praticamente inexistentes. Por sua vez, uma situação semelhante é patente no Largo João Franco, em que o mesmo parece mais uma rua do Centro Histórico da cidade de Guimarães do que propriamente um Largo. Isto tem razão de ser no próprio desenho do espaço, em que a circulação e o estacionamento automóvel absorveram grande parte da área do largo, resumindo-se a área destinada à vivência em comum, a uma placa central de pequenas dimensões e na qual não há condições para permanência por parte das pessoas.

O comércio de rua, inserido no leque de actividades sociais, foi em tempos uma função característica do Largo do Toural, Rotunda da Boavista e Praça D. Pedro IV, sendo que actualmente este tipo de actividade apenas se verifica na Praça D. Pedro IV.

No que se refere a acessibilidades, verifica-se que estas são variadas em cada um dos casos estudados, o que seria de esperar, dada a localização dos espaços públicos em zonas mistas de comércio e serviços. Assim, pode afirmar-se que este é um aspecto conseguido em todos os espaços públicos estudados, embora o Largo João Franco seja servido apenas por percursos pedonais e parques de estacionamento.

À excepção do monumento sito no Largo João Franco, todos os elementos de estatúria estudados, ocupam um lugar central no respectivo espaço público, o que vai de encontro ao preconizado por Lamas (1992) que refere que uma praça pode sobrepor ou integrar a presença de um elemento central. Lamas (1992) refere ainda que um monumento desempenha um papel essencial no desenho urbano, na medida em que caracteriza a área ou bairro e torna-se pólo estruturante da cidade, expressando assim a realidade da Praça D. Pedro IV e da Rotunda da Boavista, que devido aos seus monumentos são uma referência na paisagem das cidades de Lisboa e Porto, respectivamente. Por outro lado, e de um modo geral, as estátuas encontram-se à escala do meio envolvente e apresentam-se devidamente identificadas em materiais perenes, à excepção do “Monumento a D. Afonso Henriques”, no Largo João Franco em Guimarães. Porém, no “Monumento ao Povo e aos Heróis da Guerra Peninsular”, na Rotunda de Entrecampos em Lisboa, apesar de bem visível no centro da rotunda, não consegue captar a atenção quer dos automobilistas quer dos transeuntes; os primeiros devido à agitação do trânsito, os segundos pela distância dos passeios à placa central da rotunda, sendo que este não é acessível. Posto isto, e citando Ribeiro (2008), uma

rotunda é o pior sítio para se colocar uma escultura, neste caso leia-se, monumento. No entanto, Schnüttgen (2008) defende que, apesar de tudo, há outra leitura que funciona, pois, uma escultura numa rotunda tem uma leitura como um logótipo, vê-se por segundos e reconhece-se qualquer coisa, uma mensagem, pelo que poderá ser este o caso da Rotunda de Entrecampos, em Lisboa.

Em termos de visibilidade nocturna, e mais concretamente no que se relaciona com a iluminação, a maioria das estátuas encontram-se bem iluminadas, à excepção das estátuas da Praça da Liberdade no Porto, Largo João Franco e Largo Condessa Mumadona, em Guimarães.

Deste modo, a statuária dos espaços públicos estudados, aparece, de uma forma geral, bem localizada e com dimensões que se adequam à escala envolvente, sendo apenas de lamentar o facto de nem todas as estátuas se encontrarem iluminadas no período nocturno, não havendo por isso a valorização merecida quer do espaço público quer da estátua.

Em matéria de condições físicas, e no que respeita ao mobiliário urbano, e citando Pardal (1998), que refere que o mobiliário urbano compreende todo o equipamento capaz de contribuir para o conforto e eficácia dos aglomerados urbanos, merecem destaque o Largo do Toural em Guimarães, a Praça D. Pedro IV em Lisboa e a Rotunda da Boavista no Porto. Estes espaços públicos evidenciam uma grande diversidade de mobiliário urbano, apresentando candeeiros, bancos de jardim, papeleiras, bebedouros e até mesmo cabinas telefónicas, contrastando por isso, com os bancos e candeeiros do Largo Condessa Mumadona, e ainda com o Largo João Franco e Praça da Liberdade, nos quais é possível apenas encontrar os típicos candeeiros. De notar ainda, que este mobiliário urbano revela-se não só na qualidade do espaço, como referiu Lamas (1992), mas também no conjunto de actividades de permanência que os mesmos suportam, como seja o descanso, a estadia e a contemplação da envolvente e até mesmo da estátua que é o elemento característico destes espaços públicos.

No que respeita a condições climáticas, os espaços públicos estudados encontram-se bem protegidos contra a acção dos ventos, excepto na Rotunda de Entrecampos em que este critério não se aplica.

Verifica-se uma boa exposição solar em todos os espaços públicos estudados, embora seja na Rotunda da Boavista que este último aspecto é melhor conseguido, dada a abundância de vegetação e consequente sombra proporcionada pela mesma. No entanto, e atendendo a que as árvores e demais vegetação servem para organizar, definir

e conter espaços, para além, de assumirem grande importância no controlo do clima (Lamas, 1992), é de lamentar que a Praça da Liberdade e o Largo João Franco não exibam qualquer tipo de vegetação. Porém, o caso da Praça da Liberdade poderá não ser tão sintomático, uma vez que a mesma pode usufruir da vegetação presente em toda a Avenida dos Aliados. Sendo assim, e tendo em conta o que acaba de ser dito, o Largo do Toural em Guimarães, a Praça D. Pedro IV em Lisboa e a Rotunda da Boavista no Porto, surgem, de entre todos os espaços públicos estudados, como os que melhor satisfazem as necessidades dos incapacitados, das pessoas idosas, de pessoas com carrinhos de bebé e vendedores com carro.

Por último, e no que respeita à interacção física entre pessoas e estátuas, esta é possível em todos os espaços públicos, excepto na Rotunda de Entrecampos. No entanto, nos casos da Praça D. Pedro IV e no Largo João Franco esta interacção é teoricamente difícil, pois estes espaços públicos não oferecem, pelas razões já apontadas, condições para tal. No entanto, “*in situ*” apenas se verifica uma grande interacção contemplativa da estátua, acrescida de actividades como tirar fotografias, na Praça D. Pedro IV em Lisboa, facto talvez explicado por esta praça ser uma “sala de visitas” da capital, e, por isso mesmo, um local de passagem obrigatória para quem visita a cidade.

Em suma, dos sete espaços públicos estudados, o Largo do Toural, a Praça D. Pedro IV e a Rotunda da Boavista, apresentam-se como espaços bem pensados, em harmonia com a envolvente, capazes de satisfazer as necessidades dos cidadãos, fazendo, por isso, jus à sua designação de espaço público.

Relativamente ao Largo Condessa Mumadona, Largo João Franco e Praça da Liberdade, de referir que a localização dos mesmos nos Centros Históricos de Guimarães e Porto, assim como a existência de boas acessibilidades e de envolventes atraentes, são indicadores de um potencial muito grande para estes se constituírem como espaços de referência nas cidades do Porto e de Guimarães. Contudo, isto não será possível enquanto os mesmos apresentarem o atravessamento de peões como principal função. Outro aspecto importante será o preenchimento destes espaços com algum mobiliário urbano, uma vez que, como refere Lamas (1992), o mobiliário urbano não pode ser considerado de ordem secundária, dadas as implicações na forma e equipamento da cidade, revelando-se na qualidade do espaço.

Relativamente à statuária presente nestes espaços públicos, tem-se três exemplares que reportam à História das cidades do Porto e Guimarães, e por isso,

constam nos roteiros turísticos destas cidades. Contudo, a iluminação das estátuas no período noturno e uma clara informação interpretativa acerca das mesmas, são aspectos que carecem de intervenção, no sentido de promover um melhor entendimento entre espaço público e statuária, para que esta última se constitua como elemento de regeneração urbana.

5. CONCLUSÕES

5.1. SÍNTESE FINAL

O entendimento de espaço público tem sido, nos últimos anos, continuamente reavaliado e renovado.

A exigência, hoje colectiva, por uma maior qualidade do ambiente urbano, a resposta a novas lógicas de organização, a renovação e integração de áreas degradadas, as necessidades de uma sociedade com novos padrões culturais, a revitalização de áreas centrais degradadas, ou em processo de marginalização, a própria competitividade entre centros urbanos, são alguns dos factores que interferem no modo de ver o espaço público e que, por conseguinte, conduzem quer a intervenções significativas e emblemáticas de requalificação de espaços já existentes, quer a uma preocupação dominante de produção de novos espaços, e uma lógica de consolidar a cidade e as periferias. No entanto, constata-se que nem sempre os espaços urbanos são o resultado de uma atitude consciente e planeada mas apenas o resultado final de processos sociais complexos.

Assim, o objectivo principal que constituiu a motivação para a realização da presente dissertação consistia em estudar a composição e vivência dos espaços públicos portugueses. A metodologia utilizada para a avaliação urbanística dos espaços públicos portugueses que detinham elementos de estatutária iniciou-se com a abordagem teórica ao tema em estudo, que, possibilitou numa fase posterior, a execução e envio do Inquérito I a todas as Câmaras Municipais do Norte e a todas as capitais de distrito do Centro e Sul do País. Em termos de conteúdo, o Inquérito I é composto por um conjunto de questões com as quais se pretendia averiguar aspectos significantes relativos ao espaço público e à sua estatutária.

Neste contexto, a tipologia, localização, função, caracterização da envolvente e acessibilidades foram os aspectos abordados no que diz respeito ao espaço público, enquanto que aspectos como temática, escala, existência de informação interpretativa e iluminação dizem respeito à estatutária em espaço público.

Depois de recebida a informação facultada pelas Câmaras Municipais, foi realizada uma base de dados no programa SPSS, que permitiu numa primeira fase o tratamento e armazenamento da informação. Numa fase posterior, foram efectuados os

cruzamentos das variáveis em estudo, com os quais foi possível conceber a fotografia dos espaços públicos portugueses. Deste modo, tem-se que a grande maioria dos espaços públicos portugueses com statuária reportam-se a jardins, largos e praças. Estes encontram-se, geralmente, em áreas de grande importância, como o centro histórico, pelo que serão frequentados pelos habitantes, visitantes e turistas e cujos espaços envolventes são propícios à vivência das pessoas em sociedade. Porém, foram obtidos dois resultados que comprometem a função vital de um espaço público, a saber: rotunda como um dos principais espaços públicos e atravessamento de peões como principal função dos espaços públicos. Ora, a rotunda é um espaço público cuja principal função se relaciona com a distribuição de tráfego, pelo que não será o local mais vocacionado para a vivência urbana, e, tão pouco para a localização de elementos de statuária que se pretendem próximos das pessoas, sendo mesmo considerado por Ribeiro (2008), que a rotunda é o pior sítio para se colocar uma escultura.

Relativamente ao facto do atravessamento de peões ser a principal função dos espaços públicos, depreende-se que serão muitos deles, apenas locais de passagem, não favorecendo actividades vitais como o descanso, lazer ou estadia. Assim, adivinha-se ainda que a interacção entre os utilizadores do espaço público e os elementos de statuária, principalmente quando localizados em rotundas com raio reduzido, seja pouca ou mesmo nenhuma. Em termos de acessibilidades aos espaços públicos, os percursos pedonais assumem-se como a principal acessibilidade das avenidas, praças, largos e, até mesmo, de rotundas. No entanto, deixa-se aqui uma ressalva quanto ao facto dos percursos pedonais serem a principal acessibilidade das rotundas.

No que diz respeito à statuária em espaço público, verifica-se que as estátuas surgem, geralmente, com escala e iluminação adequadas. De prever aqui que a iluminação contribui não só para uma boa exposição da estátua assim como ajuda à criação de espaços públicos mais seguros. No que respeita à existência de informação visível, a percentagem de estátuas identificadas e não identificadas é quase a mesma, situação esta que pode provocar um certo desinteresse das pessoas pelas estátuas.

Posto isto, este objectivo foi plenamente alcançado na medida em que foi possível, através da aplicação do Inquérito I, apreender não só as principais características urbanísticas de uma vasta panóplia de espaços públicos inseridos nas cidades portuguesas, assim como permitiu indagar alguns aspectos relativos à statuária dos mesmos.

Outro objectivo específico definido para esta dissertação prendeu-se com a avaliação urbanística de um grupo específico de espaços públicos, e ainda com o estudo da statuária nesses mesmos espaços públicos. Deste modo, depois de realizada a fotografia dos espaços públicos portugueses, constituiu matéria de estudo aprofundado da presente dissertação apenas um conjunto de sete espaços públicos, entre largos, praças e rotundas. A selecção destes tipos de espaços públicos tem razão de ser no resultado alcançado na primeira fase, em que estes são os tipos de espaços públicos mais frequentes nas cidades portuguesas. Os largos estudados, a saber: Largo Condessa Mumadona, Largo do Toural e Largo João Franco, são todos eles locais emblemáticos da Cidade de Guimarães. Em Lisboa foi estudada a Praça D. Pedro IV e a Rotunda de Entrecampos, enquanto no Porto foram seleccionadas a Praça da Liberdade e a Rotunda da Boavista, também eles locais simbólicos das cidades em questão. Relativamente à statuária destes espaços públicos, os vários exemplares têm em comum a temática associada, ou seja, todos eles se referem à temática histórica, sendo que as estátuas das Praças e Rotundas se reportam às guerras peninsulares.

A realização deste último objectivo da avaliação urbanística dos sete espaços públicos especificados acima, pressupõe a realização e posterior aplicação *in situ* dos Inquéritos I e II, que visou os seguintes aspectos: desenho urbano, tipologia da área urbana, função, caracterização da envolvente, acessibilidades, visibilidade da estátua e informação interpretativa, condições físicas e climáticas do local e interacção entre pessoas e estátua. Em matéria de desenho urbano, os Largos Condessa Mumadona, João Franco e Toural e a Praça D. Pedro IV apresentam um formato rectangular; a Praça da Liberdade e Rotunda de Entrecampos apresentam um formato oval e, por último, a Rotunda da Boavista que se apresenta como uma praça radial. Neste estudo, constatou-se que todos os espaços públicos estudados localizam-se em zonas mistas de comércio e serviço, sendo que as Praças e Largos encontram-se nos Centros Históricos das cidades e as Rotundas na periferia destes. Relativamente, às principais funções, apenas a Praça D. Pedro IV em Lisboa, o Largo do Toural e a Rotunda da Boavista, apresentam funções de descanso e/ou estadia, as quais se inserem na categoria de actividades opcionais. Os restantes espaços públicos, Largo Condessa Mumadona, Largo João Franco, Praça da Liberdade e Rotunda de Entrecampos, apenas evidenciam a função de atravessamento de peões, que poderá inserir-se na categoria de actividades necessárias ou até mesmo opcionais. Esta não é concerteza a função que mais contribuirá para que um espaço público satisfaça as necessidades dos seus utilizadores. E no que respeita a

este aspecto, ou seja, o tipo de utilizadores, todos estes espaços, devido à sua localização de destaque nas cidades, são frequentadas por um conjunto alargado de pessoas, a saber: residentes, trabalhadores, consumidores e turistas. Dada a grande diversidade de utilizadores, é necessário assegurar que os espaços públicos estejam concebidos de maneira a darem resposta às múltiplas necessidades deste tipo de utilizadores. Ora, tendo em conta, que, apenas a Praça D. Pedro IV, o Largo do Toural, o Largo Condessa Mumadona e a Rotunda da Boavista estão dotados de mobiliário urbano e de alguma vegetação, poderá adiantar-se que só estes espaços públicos se encontram em condições de potenciar actividades de lazer, descanso, estadia, promovendo assim a vivência social. No entanto, um factor muito importante e que é comum a todos os espaços públicos, relaciona-se com a envolvente dos mesmos. Todos estes espaços públicos inserem-se em locais, cujas envolventes atractivas concretizam-se em mais-valias no que se refere à exposição dos mesmos, enquanto espaços públicos. Também as acessibilidades são um aspecto muito importante e muito bem conseguido nos espaços públicos estudados, dispondo de: paragens de transporte (autocarro, comboio, metro), praças de táxis, percursos pedonais e parques de estacionamento.

Relativamente à statuária, todos os exemplares estão à escala do meio envolvente e ocupando uma posição central nos espaços públicos correspondente, à excepção do Largo João Franco em que o aspecto da centralidade do monumento não é respeitado. Também é no Largo João Franco que se verifica a única situação em que o elemento de statuária não se encontra devidamente identificado. Em termos de interacção entre pessoas e estátua, este aspecto é melhor conseguido na Praça D. Pedro IV em que é possível ver as pessoas em acções contemplativas da estátua, como a ler a informação que consta na base do pedestal, ou então a tirar fotografias.

Em matéria de vivência urbana, esta é mais intensa nos seguintes espaços públicos: Praça D. Pedro IV, Largo do Toural e Rotunda da Boavista. Nestes espaços estão bem presentes actividades como passear, descansar, contemplar a estátua e a envolvente, sendo mesmo possível, na Rotunda da Boavista a prática de alguns desportos: andar de bicicleta e correr. De referir ainda que o único espaço público onde se verifica comércio de rua é na Praça D. Pedro IV.

Importa, agora, dar resposta às seguintes questões que foram colocadas no âmbito do Capítulo1: que relação existe entre o espaço público e arte pública? Estarão os espaços públicos projectados, tendo em vista o seu fim último, que é a satisfação das

necessidades dos cidadãos? Em que medida poderá a statuária impor-se como elemento de regeneração urbana dos espaços públicos portugueses?

Relativamente à questão que aborda a relação entre espaço público e arte pública, pode-se aqui perceber que o sucesso de um espaço público está associado ao sucesso da sua statuária, e vice-versa. Ora, veja-se os dois casos díspares da Praça D. Pedro IV em Lisboa e o Largo João Franco em Guimarães. Assim, no caso da Praça de Lisboa tem-se uma relação de simbiose entre a Praça e a estátua de D. Pedro IV. A Praça D. Pedro IV apresenta-se como um espaço público bem enquadrado, e que oferece condições para a vivência urbana, pelo que é frequentada por uma grande diversidade de pessoas. Ora, este facto favorece não só o espaço público, enquanto elemento urbano, mas também contribui para a exposição da estátua. Por outro lado, quanto mais “atractiva” se mostrar a estátua, mais procurada será pelo público, público esse que frequentará e usufruirá também do espaço público em questão. Já no caso do Largo João Franco, este aparece completamente desfasado da sua função de espaço público, não criando, por isso, condições para que as pessoas se apercebam da existência da estátua. Efectivamente, o Monumento a D. Afonso Henriques, que se apresenta sem qualquer tipo de iluminação, não consegue captar as atenções para si nem para o espaço público em que se enquadra.

No que se refere à satisfação das necessidades dos utilizadores dos espaços públicos, pode prever-se que ainda muito haverá a fazer pois, enquanto a principal função de um espaço público passar pelo atravessamento de peões, certamente não estarão satisfeitas as necessidades mais básicas de atractividade destes espaços: descanso, estadia, lazer.

Por último, a statuária pode constituir-se num elemento de regeneração urbana, uma vez que, são notórias algumas potencialidades, nem sempre exploradas, mas que podem potenciar os exemplares enquanto elementos de crescimento do espaço público, enquanto espaços culturais e sociais.

5.2. LIMITAÇÕES DO ESTUDO DESENVOLVIDO

A primeira grande limitação encontrada no início da realização deste trabalho foi a escassa informação existente sobre o tema do trabalho, quer a nível nacional quer a nível internacional. Porém, aquando da pesquisa bibliográfica, constatou-se que as publicações internacionais relativas ao tema “espaço público” são em maior número que

as publicações nacionais. No entanto, quer a nível nacional como internacional, a informação relativa a arte pública em espaço público é muito escassa.

A falta de informação e de meios evidenciada por parte das Câmaras Municipais, traduzindo-se num atraso ao nível do envio da informação requerida numa primeira fase do trabalho, constituiu também uma limitação. Por isso, tornou-se necessário contactar telefonicamente várias vezes algumas Câmaras Municipais, com visita pessoal aos Municípios de maior complexidade (Porto e Lisboa), no sentido de dirimir, em alguns casos, a falta de informação e, noutros, algumas dúvidas na compreensão da informação recebida.

De referir ainda que este estudo limitou-se a espaços públicos e respectiva estatuária que datam dos séculos XVIII, XIX e XX, não tendo sido abordados espaços públicos já inseridos nos movimentos pós-modernistas, como o Parque das Nações em Lisboa, entre outros.

5.3. DESENVOLVIMENTOS FUTUROS

O espaço público tem como função primordial a satisfação das necessidades das pessoas, pelo que a sua concepção ou reabilitação deve ser objecto de um estudo interdisciplinar que explore as suas reais potencialidades, apostando sempre na harmonia entre o novo e o pré-existente.

Assim, afigura-se importante que as entidades camarárias, responsáveis pelos espaços públicos, apostem em estratégias urbanas, apoiadas numa cultura urbanística com novos processos de protecção e valorização respeitando sempre o pré-existente, e apostando na qualificação do ambiente urbano, na protecção e valorização ambiental, na dinamização do turismo, cultura e lazer, aproveitando o valioso património de estatuária existente em Portugal para criar espaços informativos e de interactividade entre o passado, o presente e o futuro da urbe citadina onde esta se encontra localizado.

Desta forma, espera-se que este trabalho contribua para que o espaço público e os elementos que o constituem sejam entendidos como catalisadores da vida urbana.

Em termos de trabalhos futuros, julga-se pertinente colocar algumas questões, tais como: que aspectos deve compreender a concepção/reabilitação de um espaço público, para que os mesmos possam satisfazer plenamente a sua condição de espaço

público? Quais os mecanismos a aplicar para que a estatutária pública promova a vivência em espaço público urbano?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFONSO, B., *A evolução da forma urbana de Guimarães e a criação do seu património edificado* [Versão electrónica]. Acedido em 7 de Agosto de 2008, no *Web site* da Câmara Municipal de Guimarães: <http://www.cm-guimaraes.pt/files/1/documentos/470409.pdf>
- ALVES, Fernando M. Brandão – *Avaliação da Qualidade do Espaço Público Urbano. Proposta Metodológica*; Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian Fundação para a Ciência e a Tecnologia / Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2003.
- ABREU, José G., *Um Modelo Fenomenológico para a Escultura Pública*, Revista Faculdade de Letras, Porto, 2003, volume 2, pp. 285-448.
- ANGELIS, B., CASTRO, R. e NETO, G., *Metodologia para levantamento, cadastramento, diagnóstico e avaliação de praças no Brasil*, Revista Engenharia Civil da Universidade do Minho, Guimarães, 2004, número 20, pp. 57-70.
- BERGER, F. (2008), Apresentação FA – UTL. Em: Coelho D.,
- Direcção Regional do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. (2008) *A Praça em Portugal, Inventário de Espaço Público – Continente*. Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Arquitectura.
- COSTA, A. (2005, 5 de Junho). Estátuas de Guimarães. *O Povo de Guimarães*, p. 12.
- Departamento de Património Cultural da Câmara Municipal de Lisboa. (2005). *Roteiro de Estatuária e Escultura de Lisboa*. FNAC. Lisboa.

- Departamento de Bibliotecas e Arquivos da Câmara Municipal de Lisboa, *D. Pedro IV (Praça)* [Versão electrónica]. Acedido em 20 de Setembro de 2008, no *Web site* da Câmara Municipal de Lisboa: <http://revelarlx.cm-lisboa.pt/gca/?id=359>
- *Dois meses para debater espaços urbanos*, 'ARTE & CONSTRUÇÃO', número 199, Maio de 2007.
- FADIGAS, L., *Espaço Público e Qualidade Urbana*, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2006.
- GEHL, J. e Gemzøe, L., *Novos espaços urbanos*, Tradução de Carla Zollinger, Editorial Gustavo Gili, SA., Barcelona, Espanha (2000) (2^{sd} Edition 2002).
- GUIMARÃES, J., *Guimarães do presente e do passado*, Guimarães (1985), em <http://www.csarmento.uminho.pt>.
-
- LYNCH, K., *Good City Form The MIT Press*, Cambridge, Massachusetts (1981), (7th Edition, 1990).
- MADEIRA, T. (1999). A evolução dos espaços urbanos públicos na cidade de São Tomé. Em: M. Teixeira (ed.), *A Praça na Cidade Portuguesa*. Livros Horizonte. Lisboa
- MACHADO, A. (2006). *Os espaços públicos da Exposição do Mundo Português e da EXPO'98 / Aquilino Machado*. Colecção ExpoEntes; Edições Parque Expo'98. Lisboa (2006).
-
- MOUGHTIN, C. (2003). *Urban Design: Street and Square*. Acedido em 27 de Dezembro de 2008, em <http://books.google.pt/books?isbn=0750657170>.
- PITEIRA, S., *A Simbologia da Escultura Pública*, Boletim APHA, número 1, 2003.
- REIS, Ricardo, *A Arte Pública como Recurso Educativo*, 2005.

- REMESAR, A., [1997a] – *Public Art. An Ethical Approach*. In REMESAR, Antoni (Ed.) – *Urban Regeneration. A challenge for public art*. Barcelona: Universitat de Barcelona. Monografies Psico-Socio-Ambientales.
- ORIÁ, R., *A história em praça pública - Os monumentos históricos de Fortaleza (1888-1929)*», Primeiros Escritos, número 7, Julho de 2001.
- Câmara Municipal do Porto. *Requalificação da Avenida dos Aliados*, Porto Sempre - Revista da Câmara Municipal do Porto, nº8, Abril de 2005.
- Câmara Municipal de Lisboa. *Regulamento da Venda Ambulante no Concelho de Lisboa, Edital nº 82/95*.
- RIGOTTI, G. (1956), *Urbanística - la tecnica*. 2. ed. Torino. Editrice Torinese.
- SERDOURA, Francisco (2006), *Espaço Público. Lugar de Vida Urbana*, Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa
- SIMÕES, C (2007). *Lisboa Século XXI*. Acedido em: 4 de Outubro de 2008, em <http://www.cunhasimoes.net/cp/Textos/LisboaXXI/LisboaXXI.htm>.
- SILVA, A. e SECO, A. (2004). *Dimensionamento de Rotundas - Textos Didácticos*. 3ª Edição. Departamento de Engenharia Civil da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Coimbra.
- SITTE, C. (1992), *A Construção das cidades segundo os seus princípios artísticos* – Trad. Ricardo Ferreira Henrique. São Paulo: Ática.
- TEIXEIRA, M (1999). *As Praças Urbanas Portuguesas Quinhentistas*. Em: M. Teixeira (ed.), *A Praça na Cidade Portuguesa*. Livros Horizonte. Lisboa.

ANEXOS

| | | | | | |
|-----------------|--|------|--|---------------------|--|
| Nº Questionário | <input style="width: 90%;" type="text"/> | Data | <input style="width: 90%;" type="text"/> | Local de Realização | <input style="width: 90%;" type="text"/> |
|-----------------|--|------|--|---------------------|--|

INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO - INQUÉRITO I

GRUPO A: IDENTIFICAÇÃO DA ESTÁTUA

1. Título:

2. Tipologia de espaço público onde se insere a estátua

| | | | |
|------------|-----------|---------------------------------|----------------|
| 1. Rua | 3. Praça | 5. Largo | 7. Rotunda |
| 2. Avenida | 4. Jardim | 6. Interior de edifício público | 8. Outro local |

☐

3. Que temática lhe está associada?

| | | |
|-------------------------------------|--------------------------|------------------------|
| 1. Guerras/ mortos/heróis de guerra | 6. Temática profissional | 11. Etnografia |
| 2. Conquistas | 7. Ofícios tradicionais | 12. Figuras literárias |
| 3. Chefes de Estado | 8. Beneméritos | 13. Arte contemporânea |
| 4. Intelectuais | 9. Heróis locais | 14. Expressão plástica |
| 5. Conquistadores/navegadores | 10. Religião | 15. Outra (s) |

☐

GRUPO B: ESPAÇO PÚBLICO ENVOLVENTE

1. Qual a principal função do local em que está implantada a estátua?

| | | |
|-----------------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|
| 1. Zona de descanso ou de estadia | 3. Zona de atravessamento de peões | 3.2 Sem possibilidade de contemplação |
| 2. Zona de lazer | 3.1 Com possibilidade de contemplação | 4. Outras funções |

☐

2. Existem na envolvente da estátua:

| | |
|---|-----------------------|
| 1. Cafés com esplanadas | 3. Percursos pedonais |
| 2. Local para actuação de grupos de animação de rua | 4. Outros |

☐

3. Em que área da cidade está localizada?

| | |
|----------------------|---------------------------|
| 1. Próxima do centro | 2. Na periferia da cidade |
|----------------------|---------------------------|

☐

3.1 Indique o tipo de local.

| | | | |
|---------------------|-----------------------|-------------------|--------------------------------------|
| 1. Centro Histórico | 2. Bairro Residencial | 3. Zona Comercial | 4. Zona mista de comércio e serviços |
|---------------------|-----------------------|-------------------|--------------------------------------|

☐

4. O local está ligado a outras áreas de lazer por um sistema de percursos pedonais, centros comerciais, fechos de rua, etc., de modo a encorajar a caminhada?

1. Sim 2. Não ☐

5. As peças de escultura no local estão à escala do meio envolvente?

1. Sim 2. Não ☐

6. Existe informação interpretativa claramente visível sobre a estátua?

1. Sim 2. Não ☐

7. Essa informação interpretativa é apresentada em materiais perenes?

1. Sim 2. Não ☐

8. A estátua está iluminada depois de escurecer?

| | | |
|-------------------------|---------------------------|--------|
| 1. Sim, suficientemente | 2. Sim, insuficientemente | 3. Não |
|-------------------------|---------------------------|--------|

☐

9. As acessibilidades ao local estão favorecidas por:

| | | |
|------------------------------|-----------------------------------|-----------|
| 1. Percursos Pedonais | 3. Paragens de transporte público | 5. Outros |
| 2. Parques de estacionamento | 4. Praça de táxis | |

☐

N.º Questionário

Data

Local de Realização

INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO - INQUÉRITO II

1. Qual a dimensão aproximada da estátua?

- | | | |
|----------------------|--------------------|---------------------|
| 1. Maior do que 1,5m | 3. Maior do que 5m | 5. Maior do que 15m |
| 2. Maior do que 3m | 4. Maior do que 8m | |

2. Qual a dimensão aproximada do espaço público onde está localizada a estátua?

- | | |
|--|------------------------------|
| 1. Menor do que 30 * 30m | 2. Dimensões entre 30 e 70 m |
| 3. Dimensões entre 70 e 120m | 4. Maior que 1 há |
| 5. Arruamento (inclui faixas de rodagem, estacionamento, passeios e rotunda) | |
| 5.1 Largura menor que 6m | 5.2 Largura entre 6 e 12m |
| 5.3 Largura entre 12 e 30m | 5.4 Largura maior que 30m |

3. Que grupos de utilizadores frequentam o local?

- | | | |
|---------------|-------------|-----------|
| 1. Residentes | 2. Turistas | 3. Outros |
|---------------|-------------|-----------|

4. A localização da estátua insere-se em percurso pedonal para a baixa (centro da cidade)?

- | | | |
|-------------------|------------------|--------|
| 1. Sim, existente | 2. Sim, proposto | 3. Não |
|-------------------|------------------|--------|

5. As condições climáticas do local (exposição solar, ensombramento, ventos) fomentam o uso do local?

- | | |
|--------|--------|
| 1. Sim | 2. Não |
|--------|--------|

6. Existe espaço disponível à volta da estátua para contemplação da mesma sem interferir com pessoas sentadas ou em "trânsito", ou foram atribuídas a estas funções, caso existam, subáreas da praça para evitar conflitos?

- | | |
|--------|--------|
| 1. Sim | 2. Não |
|--------|--------|

7. A estátua constitui-se num elemento focal atractivo ou existem outros elementos atractivos na proximidade?

- | | | | |
|------------|----------------------------|--|--------------|
| 1. Coretos | 2. Árvores de grande porte | 3. Edifícios (Museus, Igrejas e Capelas) | 4. Outro (s) |
|------------|----------------------------|--|--------------|

8. O local acomoda as necessidades dos incapacitados, das pessoas idosas, de pessoas com carrinhos de bebé e de vendedores com carros?

- | | |
|--------|--------|
| 1. Sim | 2. Não |
|--------|--------|

9. A localização dos bancos/zonas de descanso no local da estátua, toma em linha de conta a existência da estátua?

- | | |
|--------|--------|
| 1. Sim | 2. Não |
|--------|--------|

10. Existe alguma forma de interacção das pessoas com a estátua, por exemplo, tocar, subir?

- | | |
|--------|--------|
| 1. Sim | 2. Não |
|--------|--------|

11. Existe informação interpretativa sobre a estátua?

- | | |
|--------|--------|
| 1. Sim | 2. Não |
|--------|--------|

12. A informação encontra-se de maneira que permite leitura fácil?

- | | |
|--------|--------|
| 1. Sim | 2. Não |
|--------|--------|

13. A informação não permite uma leitura fácil pelo seguinte:

- | | | | |
|--|--|---|-----------------------|
| 1. Tipo e tamanho de letra desadequado | 2. Altura a que se encontra a informação muito acima do campo de visão | 3. Tipo de material e/ou cor das letras | 4. Outras (descrever) |
|--|--|---|-----------------------|

Listagem de Municípios que responderam ao Inquérito I

Amares

Barcelos

Cabeceiras de Basto

Celorico de Basto

Esposende

Fafe

Póvoa de Lanhoso

Terras de Bouro

Vieira do Minho

Vila Nova de Famalicão

Vila Verde

Vizela

Bragança

Carraceda de Ansiães

Freixo de Espada à Cinta

Miranda do Douro

Mirandela

Mogadouro

Moncorvo

Vila Flor

Vinhais

Amarante

Felgueiras

Gondomar

Lousada

Marco de Canaveses

Matosinhos

Paredes

Póvoa de Varzim

Valongo

Vila do Conde

Alijó

Chaves

Mondim de Basto

Montalegre

Murça

Sabrosa

Santa Marta de Penaguião

Vila Pouca de Aguiar

Arcos de Valdevez

Melgaço

Monção

Paredes de Coura

Ponte de Lima

Valença

Vila Nova de Cerveira

Guarda

Beja

Faro

Portalegre

Santarém